

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

Anna Carolina Ortega

“INFANCIALIZAR O JORNALISMO:
as representações das crianças nas reportagens da Agência Mural”

Porto Alegre
Agosto de 2024

Anna Carolina Ortega

“INFANCIALIZAR O JORNALISMO:
as representações das crianças nas reportagens da Agência Mural”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Thaís Helena Furtado

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Ortega, Anna Carolina
Infância e o jornalismo: as representações das
crianças nas reportagens da Agência Mural / Anna
Carolina Ortega. -- 2024.
113 f.
Orientadora: Thais Helena Furtado.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Infância. 2. Jornalismo periférico. 3. Agência
Mural. 4. Criança. 5. Representações. I. Furtado,
Thais Helena, orient. II. Título.

Anna Carolina Ortega

“INFANCIALIZAR O JORNALISMO:
as representações das crianças nas reportagens da Agência Mural”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em: 22 de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Thaís Helena Furtado - Orientadora

UFRGS

M^ª. Silvia Saraiva de Macedo Lisboa - Examinadora

UFRGS

Prof. Dr^ª Débora Lapa Gadret - Examinadora

UFRGS

Essas podem ser vidas parecidas ou diferentes da sua, mas com certeza têm algo a te ensinar
– *basta prestar atenção*
Otávio Júnior

Emoção também é informação
Fabiana Moraes

A beleza é um tema recorrente para as crianças
Débora de Araújo e Lucimar Dias

Agradecimentos

Se eu fosse só, não estaria aqui. Meu Orixá me ajudou a persistir. Em toda a minha caminhada, a presença do Pai Ogum guiou os meus caminhos para que eu pudesse enfrentar todos os desafios até chegar neste exato momento, nestas palavras que aqui escrevo. Agradeço a ele por estar sempre à minha frente, protegendo-me, amparando-me e me trazendo a força e coragem necessárias para realizar tudo o que sonho e o que preciso. *Ogunhê!*

Como aprendi, “não há como andar nas ruas, sem passar pelas esquinas”. Por isso, agradeço ao Pai Bará, senhor dos cruzeiros, por abrir os meus caminhos, guiando-me por essa trajetória, com todas as encruzilhadas que também compõem este trabalho. Que honra apresentar a minha pesquisa no ano do senhor! *Alupô!*

Aprendi também que Santo Antônio é professor, e, como devota dele, sou grata pela clareza, discernimento e sabedoria com as palavras que foram alicerces deste TCC.

Ao Pai Xangô, dono da justiça e detentor da balança, agradeço pelo equilíbrio dado a cada passo. Sempre tive chão onde pisar, casa para onde voltar. Kaô Kabecilê!

À Iansã, senhora dos ventos, que com sua firmeza e ventania manteve apenas o que era necessário em minha vida. Epahey Oyá!

À Nossa Senhora dos Navegantes, Mãe Iemanjá, senhora dos pensamentos, por tranquilizar o meu coração, a minha mente e aliviar a minha angústia e as minhas lágrimas nos momentos em que mais precisei. Odô Ìyá!

À mãe Oxum, por me lembrar quem eu sou, reconhecendo aquilo de que sou capaz. Agradeço por purificar o meu corpo e os meus pensamentos. As suas águas sempre me acalentaram. Ora iê iê!

Ao Pai Oxalá, pela paz e sossego de espírito que me conduziram nesta jornada. Êpa êpa Babá!

Agradeço também aos guias da Umbanda, em especial ao Pai Jorge de Ronda, às correntes de Pretos Velhos, Caboclos, Exus, Povo das Matas e das Águas. Aos Pais e Mães e suas falanges, meu eterno e carinhoso agradecimento por tanto amor.

Não tenho como começar este trabalho sem agradecer às mulheres que vieram antes de mim. Sou quem sou por conta de vocês. Para minha mãezinha Fabiane (*in memoriam*) e minha vó Seles (*in memoriam*), escrevo para dizer que consegui. Confio que a vida acontece em suas múltiplas dimensões e daqui desejo que vocês estejam também celebrando essa conquista que é, além de minha, nossa. É nossa porque vocês cultivaram em mim a certeza de que eu era capaz. E de que eu era amada. Essas duas coisas tão importantes estão inscritas nos meus passos, e vocês seguem presentes em tudo que eu faço. Obrigada por terem sido exatamente a mãe e a vó que vocês foram em vida. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos.

À minha tia Lu, eu agradeço por também ter me cuidado sempre. Minha infância foi especial porque tinha tua companhia, com quem eu sempre pude ter espaço para brincar. Obrigada por teu amor, por tua torcida e por me ensinar a ver o mundo de uma forma única. Tu foste, provavelmente, a primeira pessoa que eu entrevistei na vida. Obrigada por sempre participar das minhas brincadeiras com microfone, câmera de vídeo e muitas perguntas. De alguma forma, aquela Anna criança é a Anna que se forma jornalista agora.

Ao Caio, meu amor, meu lar. Você me mostra que a casa é um lugar de tranquilidade, segurança e, sobretudo, alegria. A casa é um lugar para florescer. Obrigada por ser minha família todos os dias e por juntos construirmos um amor tão lindo e verdadeiro que faz tudo acontecer. Você me trouxe tanta força, me lembrou muitas vezes que tudo daria certo. Os desafios ficaram pequeninos depois do seu aconchego. Obrigada por cada biscoito de polvilho, bolacha cream craker, iogurte com granola, cafezinho de qualidade que você preparou para que a escrita se tornasse mais leve. E se tornou mesmo. Sou grata por ter você ao meu lado. Sou grata por todas as suas escutas – das dúvidas, das certezas, das descobertas. Você me compreende, me fortalece e me faz rir sempre. Te amo vezes mil.

Sou grata à vida por me possibilitar ter muitas famílias. *À Família Daltro Milton*, eu agradeço por tanto amor. *À Dona Nadyr*, por ser nossa fortaleza e por me ensinar diariamente o significado de fé. É uma benção ter a senhora em nossas vidas. *À Jeronima*, por ser minha referência para tudo. A forma como eu caminho hoje tem muito de ti – das tuas palavras, da

tua sabedoria, da tua força e do teu amor. Obrigada por me lembrar sempre do que era necessário para que eu seguisse em frente, para que eu não desviasse do que realmente importava. Sou muito grata em te ter na minha vida. *À Jana*, por acreditar em mim sempre. Obrigada por todas as conversas na cozinha e pela tua firmeza que me ensina e me inspira muito. Não venci sozinha essa batalha. Tu estava lá, e saber disso me fez continuar inúmeras vezes. *À Thaynê*, por todo amor e torcida. Sou grata por te ter em minha vida e saber que a gente sempre pode contar uma com a outra. *Ao Joãozinho*, por todas as orações e por me lembrar que posso sonhar grande. Agradeço também ao Bica, ao Paulo Roberto, à Fabi, à Claudinha, à Sandrona, à Glauce e a toda essa família e corrente de amor.

À Liginha e ao Duduzinho: vocês são família. Obrigada por estarem comigo em todos os momentos, nos melhores e também nos mais difíceis. Quando um dia acharam que eu era a “duduzinha”, saibam que foi uma alegria. Parecer com vocês significa, para mim, ver a vida pelos olhos da beleza, da sensibilidade, da delicadeza. Agradeço por ter vocês na minha vida e poder apertar na campainha a qualquer momento do dia. Saber que sempre terei a casa de vocês me conforta muito e me traz a certeza de que os caminhos da vida são muito certos. Ainda bem que estamos sempre juntinhos!

À Daniela, sou grata por toda caminhada. Este trabalho se conclui agora porque houve um longo percurso, cheio de histórias, que me trouxeram até aqui. Obrigada por percorrer todas elas comigo, como uma dupla, e por sempre olhar com respeito, acolhimento e sinceridade para as minhas andanças. Agradeço por possibilitar com que eu aprendesse a Análise como uma criança – vivendo, me encantando, colocando a mão na terra, sem medo de se sujar. Sou grata por ter um espaço para *ser*, com a liberdade, e o aterramento que propiciam muitos voos! Obrigada por seres quem és. Me trazes coragem!

À Mariana, minha amiga da vida. Não foi por acaso que trilhamos o TCC no mesmo momento. Sempre fomos feitas das sincronias. Obrigada por partilhar comigo incontáveis (e memoráveis) transformações ao longo dos anos. Sou muito feliz em te ter a cada momento. Obrigada por celebrarmos nossas conquistas com presença e até atenção e por nossa amizade que é muito valiosa. Nossas conversas são ecos para uma vida toda – e tenho certeza que nós, de dez anos atrás, estamos muito orgulhosas. Me emociona saber que temos uma a outra.

À Laurinha, minha amiga-irmã, por ser apoio, cuidado, e amorosidade sempre. Obrigada por sempre querer o meu melhor.

À Isa, que sorte a chance de nos acompanharmos crescer! Sou muito feliz em te ter perto, com toda tua sinceridade e parceria que fazem a vida melhor. Amo muito nossa amizade.

À Rafinha, eu agradeço por ser presente, independente da distância física. A vida vai mudando, a gente também. Obrigada por, desde a adolescência, me incentivar a pensar sobre liberdade e autonomia. Te amo!

À Ana Laura, amiga querida que o Unimúsica me deu. Sou muito grata por te ter em minha vida, com toda a tua festa-existência. Obrigada por teus olhinhos que marejam com a beleza. Aprendo contigo diariamente. Te quero pertinho para sempre!

À Edinha, ao Paulo e ao Martin, obrigada por estarem sempre por perto! Com vocês, aprendi desde cedo que família são todos aqueles que amamos e que estão ao nosso lado.

À minha prima Bru, que, mesmo longe fisicamente, vibra por cada uma das minhas conquistas. Te ter na vida é a certeza de que posso partilhar tudo contigo. Isso é uma forma de paz no coração. A vó, certamente, está feliz com todas as nossas realizações!

À Ani, agradeço por todas as orações, torcidas, e por ser referência de vida para mim. Obrigada por sempre nos acalmar, nos mostrar os caminhos, e por ser um exemplo de que como a vida pode ser leve e bem vivida!

À Titita, por ser um presente que eu ganhei da vida. Quem diria que aquelas idas despreziosas na tua casa, dizendo “Tita, não quero atrapalhar”, se tornariam, depois, o meu lar? É maravilhosa a sensação de poder conversar de tudo contigo, Titita. Obrigada por derramar sobre nossas cabeças um pozinho mágico que deve ter na tua casa e que faz com os sonhos se realizem. A tua esperança e crença de que tudo pode acontecer são ânimos necessários nos dias. Obrigada por ser casa, aconchego e segurança. Te amo!

Aos meus colegas do Nonada Jornalismo, Centro Cultural da UFRGS e do Jornal da Universidade por todos os encontros, aprendizados e realizações!

À Thais, orientadora querida. Sou grata por, desde o início, ter tido a alegria de conviver contigo. Não acho que seja um acaso a infância ser o teu tema de pesquisa, pois tu manténs muito viva a tua criança dentro de ti. É inspirador presenciar a tua dedicação, a abertura para novas ideias, a tua empolgação e o teu sorriso cotidiano. Obrigada por ter trazido tranquilidade e serenidade a todas as nossas orientações. Eu saía das conversas de coração leve, e não há nada mais gratificante que isso. Desejo que sigamos juntas realizando novos sonhos relacionados às crianças e ao jornalismo.

Aos amigos que fiz na Fabico, sou grata a cada um. Levo comigo memórias maravilhosas desses encontros e de trabalhos que nos transformaram. *À Fabi*, essa pessoa que desejo ter para sempre na vida. *À Jacque*, amiga querida que tive a sorte de conhecer neste fim de curso. *À Clara*, por toda a nossa jornada conhecendo mães atípicas e acreditando na sensibilidade como forma de narrar. *À Mari*, com quem dividi os primeiros semestres e, graças aos caminhos da vida, vamos realizar o sonho da formatura. *À Valen*, amiga com quem me identifico tanto e com quem posso partilhar os receios e as conquistas. *Ao João, ao Leo, à Lucia, ao Lucas, ao Vini* e a todos os amigos e colegas com quem pude trocar durante esse tempo. *Aos professores da Fabico*, por todos os aprendizados durante a graduação. Sinto-me honrada em me formar nesta Universidade. Agradeço em especial à Sandra, ao Basílio e à Márcia. O que aprendi com vocês andaré comigo para onde quer que eu vá.

Ao Rafa e à Thais, meus chefes e amigos queridos. Tem muito de vocês neste trabalho e no meu vir-a-ser jornalista. Conviver diariamente com vocês, no Nonada, é, para mim, uma honra e uma alegria. Obrigada por me mostrarem que é possível fazer um jornalismo de acordo com o que a gente acredita. A coragem, resiliência e determinação de vocês me inspira. Obrigada por acreditarem nas minhas ideias e estarem ao meu lado em tantos momentos significativos, pessoais e profissionais.

À Marília e à Lili, por todo amor. Ter em casa uma dupla de gatinhas, realmente, significa que nenhuma madrugada de escrita será só.

A todos e todas vocês, obrigada por fazerem parte da minha vida e caminharem ao meu lado!

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo compreender como as crianças são representadas nas reportagens da Agência Mural em que elas são fontes. Para isso, o estudo tem como objetivos específicos: 1) investigar as múltiplas visões sobre as infâncias e, especialmente, sobre as infâncias periféricas; 2) compreender as características do jornalismo periférico; 3) identificar como a voz das crianças é incluída nas reportagens em que elas são fontes. Como base teórica, discuto a construção histórica das infâncias, os atravessamentos étnico-raciais na vida das crianças, a construção e desconstrução de estereótipos no jornalismo e o papel da reportagem em estabelecer representações sociais de grupos historicamente sub-representados. Em termos metodológicos, utilizo como aporte teórico a Análise de Discurso de linha francesa. Defino o jornalismo periférico da Agência Mural como uma formação discursiva, que denomino como “FD do jornalismo periférico”. Sob essa abordagem, analiso o discurso das crianças em sete textos, publicados entre 2018 e 2024, na Agência Mural – com o intuito de identificar as posições-sujeito que meninos e meninas ocupam e quais sentidos são acionados por essas posições. Na análise, identifiquei ao todo 11 posições-sujeito, são elas: 1) a criança que pensa nos outros; 2) a criança que brinca; 3) a criança que estuda; 4) a criança que tem aptidões; 5) a criança que ensina; 6) a criança que tem consciência política; 7) a criança que está vulnerável; 8) a criança que está em paz; 9) a criança que tem medo do julgamento; 10) a criança que segue exemplos; e 11) a criança que se emociona. As posições-sujeito da “criança que pensa nos outros” e da “criança que brinca” são as que mais possuem sequências discursivas, representando, juntas, 35,38% das incidências discursivas. Os sentidos dessas posições-sujeito estão vinculados à uma noção de coletividade, senso crítico e empatia expressas com destaque nas falas das crianças. A variedade de posições-sujeito sugere uma pluralidade de representações das crianças periféricas de São Paulo e se contrapõe a um histórico de violência e subalternidade historicamente atribuído a elas. Concluiu-se também que a predominância do discurso direto das crianças nas reportagens indica que elas têm direito à própria voz na Agência Mural.

Palavras-chave: jornalismo periférico; infância; criança; discurso; representações; Agência Mural

Abstract

This research aims to understand how children are represented in Agência Mural's stories. On this purpose, the study has the following specific objectives: 1) investigate the multiple views on childhood and, especially, on peripheral childhoods; 2) understand the characteristics of peripheral and independent journalism; 3) identify how children's voices are included in the reports in which they are sources. As a theoretical basis, I discuss the historical construction of childhoods, the ethnic-racial intersections in children's lives, the construction and deconstruction of stereotypes in journalism and the role of reporting in establishing social representations of historically underrepresented groups. In methodological terms, I use French Discourse Analysis as a theoretical approach. I define the peripheral journalism of Agência Mural as a Discursive Formation, which it calls "FD of peripheral journalism". Under this approach, the study analyzes children's speech in 7 texts, published between 2018 and 2024 in Agência Mural - with the aim of identifying the subject positions that children occupy and which meanings are triggered by these positions. In the analysis, I identified eleven subject positions, they are: 1) a child who thinks about others; 2) a child who plays; 3) a child who studies; 4) a child who has skills; 5) a child who teaches; 6) a child who is politically aware; 7) a vulnerable child; 8) a child who is at peace; 9) a child who is afraid of judgment; 10) a child who follows examples; 11) a child who gets emotional. The subject positions of "child who thinks about others" and "child who plays" are those that have the most discursive sequences, representing 35,38% of the material. The meanings of this subject position are linked to a notion of collectivity, critical sense and empathy expressed prominently in the children's statements. The variety of subject positions suggests a plurality of representations of children who live in suburbs areas in São Paulo. It was also concluded that the predominance of direct speech in the stories indicates that children have the right to their own voice in Agência Mural.

Key-words: journalism; childhood; peripheral journalism; Agência Mural;

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Corpus empírico da pesquisa	63
TABELA 2 - Resumo dos textos analisados	64
TABELA 3 - A inserção das falas das crianças	67
TABELA 4 - Distribuição de posições-sujeito por IDs	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 INFÂNCIAS, NO PLURAL	18
2.1 A construção das infâncias	18
2.2 A infância sob perspectivas afro-centradas	22
2.3 Infâncias, comunicação e jornalismo	26
3 SUBJETIVIDADES, NO PLURAL	32
3.1 Estereótipos e o que jornalismo tem a ver com isso	32
3.2 Desumanizar e humanizar	39
4 JORNALISMOS, NO PLURAL	43
4.1 Jornalismo e periferias	43
4.2 Um outro modelo de negócio	50
4.3 Agência Mural	53
5 METODOLOGIA: O DISCURSO COMO UM MODO DE OLHAR	56
5.1 Análise de discurso: uma encruzilhada de relações	56
5.2 Construção do corpus: sete reportagens	61
6 ANÁLISE: QUANDO AS CRIANÇAS SE POSICIONAM	67
6.1 A voz das crianças	67
6.2 As posições-sujeito das crianças	71
6.2.1 A criança que pensa nos outros	74
6.2.2 A criança que brinca	76
6.2.3 A criança que estuda	78
6.2.4 A criança que tem aptidões	80
6.2.5 A criança que ensina	81
6.2.6 Criança que tem consciência política	83
6.2.7 Criança que está vulnerável	84
6.2.8 Criança que está em paz	87
6.2.9 Criança que tem medo do julgamento	88
6.2.10 Criança que segue exemplos	90
6.2.11 Criança que se emociona	91
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	99
Apêndice A - Tabela de sequências discursivas	106

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação, aprendi que as pessoas que entrevisto deixam marcas em mim. *Sou um pouco de todas que conheci*. Na definição de Medina (2003), o jornalismo é a arte de tecer o presente e considero esta uma imagem valiosa para abrir os caminhos do presente trabalho. Em janeiro de 2023, conheci uma dessas pessoas que marcaria minha trajetória enquanto repórter. O encontro aconteceu por conta da proposta da Professora Thaís Furtado na disciplina eletiva “Atividades Orientadas de Jornalismo Impresso”, em que cada aluno da turma deveria escolher uma criança sobre quem produziria um perfil jornalístico a ser apresentado no final do semestre. Assim, fruto dos caminhos da vida, conheci Nicolas Castro, na época com 12 anos, e sua família. Desde os primeiros meses de vida, ele pisa sobre o chão do Ilê Nação Oyó, um terreiro de Quimbanda, Umbanda e Batuque gaúcho, localizado em Porto Alegre. Por mais de um mês, uma vez por semana, acompanhei Nicolas em sua rotina que contemplava a relação com a espiritualidade, mas também a sua vida escolar, as relações familiares, as brincadeiras no condomínio, os sentimentos e desafios da pré-adolescência.

Os ecos desse trabalho de reportagem se estendem até hoje, pois esta pesquisa, a escolha de pensar sobre a infância e o jornalismo em meu trabalho de conclusão, foi confirmada por essa experiência. Através do processo de entrevistar Nicolas, minha primeira vivência entrevistando uma criança, e também entrevistando uma mesma pessoa por um período de tempo estendido, foi determinante para que eu percebesse algo: *as crianças também querem ter suas histórias contadas*.

O caminho, porém, entre ter essa certeza, o desejo de falar sobre infância, e a materialização da pesquisa, seu objeto e objetivos, não foi linear. Foi um espiral, repleto de dúvidas e mudanças de rota. Em um primeiro momento, eu pensava em analisar os processos de produção das reportagens com as crianças, pois esse sempre foi um campo de estudo que me encantou. Entretanto, com o tempo, amadureci a ideia de que gostaria de visualizar as representações das crianças, pois o campo teórico das discussões relacionadas ao papel do jornalismo em construir a realidade sempre me interessou. Então, surgiu a pergunta: onde analisar? A resposta veio pelas próprias reportagens. Durante o ano de 2023, comecei a prestar mais atenção no trabalho jornalístico realizado pela Agência Mural: jornalismo das periferias e perceber que frequentemente reportagens tratavam das infâncias. O trabalho realizado pela Mural é considerado precursor na abrangência dos territórios periféricos de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O primeiro elemento que me chamou atenção nas matérias foram os títulos: “Crianças de 7 religiões contam como praticam a fé em

meio ao cenário de intolerância”; “O que as crianças das periferias de São Paulo esperam do próximo governo; “Crianças relatam saudade dos amigos e 'medo do corona' na volta às aulas presenciais”. Os verbos de ação foram meus primeiros indicativos sobre o potencial das reportagens em termos de pesquisa, pois poderiam ser objetos interessantes para verificar o protagonismo infantil. Ao ler diversas matérias produzidas pelo veículo, conclui que é, de fato, um objeto de estudo rico para analisar uma série de questões, para além da infância e do jornalismo, como as noções de raça, classe e território.

A escolha por se debruçar sobre um veículo jornalístico fora do circuito *mainstream* se dá também por minha trajetória profissional. Desde 2022, atuo como repórter no Nonada Jornalismo, uma organização sem fins lucrativos, nativa-digital, especializada em jornalismo cultural, com foco nos direitos humanos, nas comunidades tradicionais e na educação. Os meus caminhos nesta pesquisa também são influenciados por esse olhar aprendido e apreendido nesses anos, em que vivencio um jornalismo considerado independente, sugerindo pautas, realizando entrevistas e acreditando que as reportagens podem provocar “terremotos e fissuras” (Moraes, 2015, p. 233). No Nonada, compreendi que o campo do jornalismo emergente é fértil para novas ideias, abordagens, e pode ser um catalisador de mudanças.

Em um segundo momento, após esse percurso de decisão do tema, realizei uma pesquisa exploratória em diferentes repositórios, como o Banco de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, os anais da Intercom, os Anais SBPJor, e os repositórios digitais de universidades como a UFRGS, a PUCRS e a USP. Procurei pelas palavras-chaves “crianças; infância; periferia; jornalismo periférico;” e encontrei trabalhos sobre o jornalismo periférico em seus diferentes formatos – rádio, TV, impresso. As pesquisas mapeadas tratavam da Agência Mural, abordavam as práticas do veículo, a história, a visão de periferia, mas não focaram em um tema específico como eu pretendia fazer. Deparei-me também com trabalhos sobre a infância representada em veículos, assim como discussões raciais sobre a infância na comunicação, mas não encontrei pesquisas que unissem o jornalismo periférico e as crianças. Assim, percebi que esse poderia ser um caminho interessante de pesquisa.

Outro aspecto importante no firmamento do objeto foi a realização de que, nos últimos anos, cada vez mais é comum a notícia de mortes violentas de crianças em territórios periféricos. Segundo um estudo feito pela Rede Nossa São Paulo em colaboração com a

Bernard van Leer Foundation¹, organização holandesa com foco em primeira infância, uma criança que vive no bairro de Marsilac, extremo sul de São Paulo, tem 23 vezes mais de morrer antes do primeiro ano de vida do que uma criança do bairro de Perdizes, zona oeste da capital paulista. São muitos os nomes de crianças que nos últimos anos ficaram conhecidas nos noticiário após casos de violência estatal. Me pergunto, ao olhar para esse panorama e também a partir dos autores reunidos nesta monografia, quais histórias as crianças têm para contar em vida? Por que conhecemos seus rostos, nomes e histórias em situações trágicas que configuram o que Noguera (2020) chama de Necroinfância? O posicionamento editorial da Agência Mural, apresentado no capítulo 4, evidencia a escolha do objeto, pois os princípios do veículo apontam para uma recusa da visão da periferia enquanto lugar de violência e precariedade.

Partindo da compreensão de que o jornalismo colabora para a construção da realidade, inclusive dos imaginários acerca das crianças das periferias, pretendo responder ao seguinte problema de pesquisa: **de que forma as crianças são representadas nas reportagens da Agência Mural?** A análise se dará através de reportagens em que as crianças são fontes. Logo, **o objetivo geral deste trabalho é compreender como as crianças são representadas nas reportagens da Agência Mural em que elas são fontes.** Para caminhar em direção a essas respostas, desenvolvo os seguintes **objetivos específicos:** a) entender como se dá a construção das múltiplas infâncias; b) compreender as características do jornalismo periférico; c) analisar de que forma a voz das crianças aparecem nas reportagens;

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. Na sequência da introdução, o segundo capítulo percorre a história da infância no Ocidente e a progressiva conquista de direitos das crianças conforme as regulações nacionais e internacionais. A partir de autores como Marôpo (2015), Sarmiento (2005; 2017), e Marchi (2017), abordo o surgimento da sociologia da infância e como essa forma de pensar impactou a visão sobre as crianças como sujeitos sociais. No tópico seguinte, apresento entendimentos afro-centrados relacionados às infâncias (Noguera, 2018; 2020); Araújo e Gomes (2023) que expandem as reflexões para como os povos negros, quilombolas e indígenas compartilham perspectivas próprias sobre o ser criança. Em seguida, no mesmo capítulo, falo da relação da comunicação e do jornalismo com a infância através de pesquisadoras como Furtado (2013; 2019; 2020; 2021; 2022; 2023) e Doretto (2019; 2020).

¹ A pesquisa pode ser acessada no link:

<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/12/criancas-morrem-23-vezes-mais-em-bairros-perifericos-de-sp.htm> [Acesso em 20 de julho de 2024]

O terceiro capítulo trata da relação do jornalismo e das diferentes subjetividades. O cerne deste capítulo é a discussão sobre os estereótipos a partir da visão de Hall (1996; 1999; 2016) e Moraes (2022) sobre as construções jornalísticas que reduzem as subjetividades de determinados grupos sociais. Além disso, o capítulo reúne debates acerca do significado de humanização e desumanização, exemplificando com pesquisas já realizadas em outros veículos. No quarto capítulo, abordo o surgimento, na última década, de veículos considerados periféricos, evidenciando quais são as suas características a partir de pesquisadoras Rovida (2020; 2022), Felix (2023) e Figaro (2017; 2021). Neste tópico, abordo as formas de financiamento desses veículos independentes e chego, por fim, na Agência Mural, foco deste trabalho.

No quinto capítulo, desenvolvo os principais aportes teóricos da metodologia de Análise de Discurso de linha francesa de acordo com Pêcheux (1969; 1990), Maingueneau (2015), Orlandi (2007) e Benetti (2008) e apresento o corpus empírico da pesquisa, composto de sete textos publicados pela Agência Mural entre 2018 e dezembro 2024. Por fim, trago os resultados da análise, descrevendo como a voz das crianças é incluída nas matérias e as 11 posições-sujeito encontradas dentro da formação discursiva das periferias: 1) a criança que pensa nos outros; 2) a criança que brinca; 3) a criança que tem aptidões; 4) a criança que estuda; 5) a criança que ensina; 6) a criança que tem consciência política; 7) a criança que está em paz; 8) a criança que tem medo do julgamento; 9) a criança que está vulnerável; 10) a criança que segue exemplos; 11) a criança que se emociona. Assim, concluo com as percepções advindas desse “gesto de interpretação” (Orlandi, 1999) feito na análise.

2 INFÂNCIAS, NO PLURAL

O esforço para definir o que é a infância vem de longe. Pelo menos, desde o século XIX, sabe-se que há pesquisas para compreender quando ela começa, em termos etários; o que ela significa, em termos simbólicos; e onde ela se localiza na linha do tempo ocidental, em termos históricos. Neste capítulo, analiso as diferentes concepções sobre o ser criança em nossa sociedade, a partir da perspectiva da Sociologia da Infância. Reúno, ainda, um panorama sobre a presença da criança nos estudos da comunicação e, em especial, no jornalismo, com foco na representação de meninos e meninas nos veículos de imprensa.

2.1 A construção das infâncias

Para compreender como nasce o conceito de infância, é importante perceber que há uma história de infância vista pela sua negação. As crianças são tidas como aquelas que não podem uma série de coisas no mundo dos adultos, como votar ou tomar decisões significativas. Evidentemente, são menores de idade, mas algumas correntes de pesquisa da Educação, da Psicanálise, das Ciências Sociais, e mais recentemente da Comunicação, entendem que elas são, além disso, também minorizadas² pela sociedade. O uso aqui da palavra minorizada não é à toa, pois, nos últimos anos, observa-se uma defesa da substituição da palavra 'minoria' para a denominação grupos socialmente 'minorizados', evidenciando os processos sociais que estão envolvidos. Esse conjunto de entendimentos, socialmente compartilhados no mundo eurocêntrico-ocidental, é chamado por Sarmiento (2005) de construção simbólica da infância e tem como a modernidade o seu tempo-espaço de elaboração.

As razões que destinaram as crianças a essa posição de subalternidade diante dos adultos são várias. Sarmiento (2005) aponta que as posições paternalistas, consolidadas no mundo predominantemente patriarcal, favoreceram uma efetiva minorização das crianças, evidenciando relações assimétricas entre as gerações. Outra razão apontada é a exclusão das crianças da vida produtiva, o que, para lógica capitalista, é uma forma de exclusão de vida e de sua importância. Ariès (1981) foi o primeiro teórico a teorizar sobre o que funda a infância

² Essa é uma debate que atravessa diferentes grupos, como mulheres, negros e LGBTQs. Há pouco tempo, até mesmo a academia valia-se do termo 'minoria' para definir qualquer grupo que vivencia exclusões sociais. Porém, o termo 'minorizados' evidencia um processo externo ao grupo, que no caso da infância, seria a própria visão adultocêntrica, que rege o mundo ocidental. Disponível em: https://calourada.prg.unicamp.br/wp-content/uploads/2021/03/Unicamp-DEDH_Guia-.pdf. [Acesso em: 8 abril 2024]

é um dos primeiros a defender que existe um período da vida que separa as gerações. Para ele, a Idade Média marca esse momento decisivo em que as crianças vivenciam um período diferenciado da vida.

Sarmiento evidencia também que a construção do conceito de infância se dá por processos de disciplinação da infância (Foucault, 2000), que são inerentes à criação de uma ordem social dominante. Ou seja, haveria uma “administração simbólica” que funda o entendimento de infância, a partir de uma organização social e da regulação dos cotidianos, em que se estabelece como regra a desqualificação da voz das crianças e uma espécie de colonização adultocentrada dos modos de expressão e de pensamento das crianças.

Partindo dessas percepções, nasce, na década de 1980, a Sociologia da Infância (SI), afastando-se das perspectivas biologistas e da psicologia desenvolvimentista, como uma alternativa às teorias tradicionais sobre a infância. A SI descolou-se da Sociologia da Família, tornando-se um campo próprio em que a criança é considerada como ator social pleno. Entende-se que a categoria geracional é ainda relevante, mas não dissociada de noções de classe e gênero. As crianças são percebidas como sujeitos dotados de agência, capacidade de elaboração própria, e não como objetos, ou pessoas de transitoriedade e dependência (Sarmiento, 2005). Além disso, embora a Sociologia da Infância recuse uma concepção uniformizadora da infância (Sarmiento, 2005), ela também reconhece que há uma categoria social geracional própria, em que fatores sociais relacionados às vivências de classe, gênero, etnia, raça, espaço geográfico de residência constituem o grupo.

Nos anos 1990, considera-se que houve uma mudança paradigmática sobre a infância, relacionada à SI, corrente francesa, e aos Estudos Sociais da Infância, corrente anglo-saxônica. A própria Sociologia da Infância também é composta por diferentes vertentes, que trazem como ponto em comum o entendimento de que a infância é uma construção social, dependente "ao mesmo tempo do contexto social e do discurso intelectual" (Sirota, 2001, p.10).

Mas quando pensamos em infância, que criança vem à nossa mente? A criança que fomos? Ou a criança idealizada, construída e, de certa forma, imprecisa? Ao se debruçar sobre os estudos da infância, torna-se importante lembrar que a “a infância é mais do que uma construção teórica ou do olhar” (Araújo, 2015, p.56). Na visão da autora, especialista nas relações étnico-raciais, a possibilidade de vida - sonhos e desejos - em torno da criança são fundamentais para compreensão do modo como sua infância acontece.

De forma conjunta à conceitualização da infância, também nasce a normatização da infância, ou seja, o surgimento de um modelo de criança, aquela que seria a 'regra',

considerada 'normal' (Turmel, 2013; Tonin, 2022). Embora isso não seja sempre explicitado dessa forma, a normatividade da criança e a administração simbólica da infância são planos de fundo de uma série de decisões políticas e, por que não, comunicacionais, quando se pensa em ações para as crianças.

Por conta desses paradoxos, Marchi (2007) menciona a necessidade de se prestar atenção nas crianças fora das normas - e, nesta pesquisa, poderemos pensar nas crianças fora dos centros urbanos. Para a autora, entender as desigualdades que acometem as infâncias é oferecer possibilidades de inclusão, e ela exemplifica citando a situação contemporânea das crianças migrantes na Europa, em relação às quais há uma "desconsideração do seu estatuto de sujeito de direitos" (Marchi, 2017, p.951). Por isso, defende a necessidade emergente de transformar a ótica analítica ocidental-cêntrica sobre as crianças, a partir de um olhar que considere as condições estruturais das infâncias.

A normatividade, ao olhar de Marchi (2017), definiu ao longo da história quais crianças estavam ou não incluídas nos direitos que seriam, por tese, para todas as crianças. Houve uma virada analítica recente, dos últimos 30 anos, que atenta para as diferentes crianças, tendo por consequência o entendimento de como "desigualdade e o risco social implicam nas condições de vida das crianças à escala global, e como diferentes crianças, em condições sociais, geográficas e étnico-raciais distintas, são afetadas por essas desigualdades" (Marchi, 2017, p.961). Cabe lembrar também que, embora o foco das análises aqui seja a desigualdade como produtora de diferenças, nos interessa, nesta pesquisa, não apenas ressaltá-las, mas também apontar que as diferentes subjetividades infantis são produtoras de inventividades e modos de viver, as chamadas culturas da infância (Corsaro, 1997), que também merecem atenção. Sobre esse modo de olhar para a infância, Marchi e Sarmiento dizem:

Uma concepção normativa ocidental cêntrica da intervenção política centrada nos direitos tende a exprimir-se sob uma forma que ignora a diversidade de infâncias e a reproduzir a visão da criança "europeia de classe média" da qual parte. Desse modo, tende a ignorar e a excluir formas de vida e de ação infantis que estão "fora da norma", reproduzindo uma visão que não deixa de ser excludente, por mais bem intencionada que seja. (Marchi; Sarmiento, 2017, p. 956)

O questionamento da normatividade não é exclusivo das pesquisas sobre infância. Pelo contrário, pode-se dizer que nas últimas três décadas, os estudos das humanidades vêm se debruçando sobre o perigo da história única (Adinche, 2020³), em defesa de um número maior

³ A palestra ministrada por Chimamanda Ngozi Adichie ficou mundialmente conhecida e tornou-se uma das mais acessadas na plataforma TED Talk . A tradução e adaptação para o português aconteceu em 2020.

de narrativas diversas, sobre os diferentes povos e grupos sociais. Isso significa perceber, como diz Arroyo (2012, p.28), que "nem toda infância é reconhecida na história da infância". Ao mesmo tempo em que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (CDC), de 1989, tornou-se o instrumento de direitos humanos mais significativo em escala mundial, ela também foi responsável por corroborar a globalização política e cultural de um determinado modelo de infância (Marchi, 2007). É um paradoxo da CDC, pois é como se ela garantisse o direito à infância, e não, às infâncias.

Assim, um determinado tipo de infância, sendo considerado norma, não somente desclassifica todos os outros tipos no plano ideal, mas, mais grave, exclui, no plano empírico — da realidade social cotidiana — determinadas crianças dos direitos que lhes estão internacionalmente assegurados. Certas crianças seriam, assim, “crianças” apenas no plano jurídico. (Marchi; Sarmento, 2017, p. 955)

Nesse cenário, as discussões étnico-raciais são, cada vez mais, indissociáveis da infância. Instrumentos jurídicos como a Lei 10.639/2003, e outras, reconhecem a importância do ensino das culturas afro-brasileiras nas escolas, desde a educação infantil, demonstrando um enveredamento presente de repertórios aos quais precisam, como obrigatoriedade, ser contemplados desde a mais tenra idade. No campo da educação, essas políticas têm sido entendidas como formas de "justiça curricular" (Ponce; Neri, 2015) e "justiça cognitiva" (Meneses, 2009). No estudos da infância, autores como Nogueira e Barreto (2020), Gomes e Araújo (2023) assumem uma frente que entrelaça a Sociologia da Infância aos estudos étnico-raciais, especialmente em um afroperspectivismo (Nogueira, 2018).

Esses pensadores vão olhar para além da chave das desigualdades, ou da exclusão, presentes quando observamos indicadores sociais⁴, pesquisas acadêmicas e mesmo coberturas midiáticas (Furtado; Doretto, 2020). Suas elaborações retomam as crianças como produtoras

Disponível em:

https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt

.Acesso em: 12 abr. 2024. Essa ideia é pertinente aqui, não apenas em referência ao livro, mas a síntese que esse título traz sobre uma visão histórica, geralmente única, que somos apresentadas, de lugares como África, ou até mesmo periferias.

⁴Alguns dados do IBGE evidenciam as desigualdades, por exemplo, na educação. As desigualdades entre brancos e negros (população que reúne os declarados pretos e pardos, conforme metodologia do IBGE) estão na Educação Básica até o ensino médios. Em matrículas de creches, entre 2016 e 2018: 3 em cada 10 bebês (32%) declarados negros frequentavam crecheo. Porém, mesmo com o aumento, o percentual ainda estava atrás do de crianças brancas, que correspondia a 39%, em 2018. Entre jovens, 58,3% dos declarados pretos e 59,7% dos pardos concluíram o Ensino Médio até os 19 anos em 2019, enquanto entre brancos, a taxa foi 15 pontos percentuais a mais (75%). Segundo o Todos Pela Educação, essa disparidade na conclusão é reflexo da desigualdade no desempenho adequado ao longo dos anos, que começa a se ampliar ainda no Ensino Fundamental". Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/> Acesso em: 12 abr. 2024.

culturais, criadoras de mundos e capazes de simbolizar suas percepções. Um sentido de autonomia e de deslocamento da visão adultocêntrica em relação às infâncias é cultivado por perspectivas contra-hegemônicas (Kashindi, 2015), que acrescentam novas camadas aos autores inaugurais da Sociologia da Infância, ao discutirem raça, classe e etnia de modo mais aprofundado, e que podem ser bem-vindos ao nos aproximarmos em direção à infância. É o que propõem as autoras:

As crianças sabem de si, principalmente, as pobres, as negras, e aquelas em situação de maior vulnerabilidade e desigualdade, cujas infâncias são roubadas pela pobreza e pela fome. E é isso que o olhar adulto tem dificuldade de admitir. A raça atravessa e participa da formação das infâncias e, infelizmente, nem sempre como parte fascinante do processo de diversidade humana, mas como um peso, como marca de inferioridade. **E é isso que precisamos superar.** (Gomes; Araújo, 2023, p.18. Grifos meus)

Embora, originalmente, as autoras venham da Educação, 'isso que precisa ser superado' a que se referem pode ser pensado dentro da comunicação, área de partida desta pesquisa, e nas abordagens midiáticas e jornalísticas sobre as infâncias. Como crianças pobres, negras, ou em situação de vulnerabilidade aparecem nas mídias? Além disso, a própria noção de justiça cognitiva (Meneses, 2009), em que se pretende transformar as diretrizes históricas de ensino às crianças, considerando mais suas histórias de vida, pode ser pertinente para o jornalismo, pensando que uma de suas finalidades é apresentar a pluralidade da sociedade (Reginato, 2019).

A diversidade epistemológica é reconhecida também por Sarmiento (2005) quando diz que as perspectivas sobre a infância no Ocidente, em uma perspectiva eurocêntrica, podem ser distantes daquelas concebidas por outros povos que não se caracterizam pela exclusão das crianças da vida. É importante entrarmos em outras percepções, para que seja possível alargar nossos pensamentos sobre o ser criança, e pensadores africanos e afro-brasileiros podem nos auxiliar nisso. Ou, como explica Meneses (2009), é preciso abrir o campo acadêmico à diversidade epistêmica do mundo. Cabe sublinhar que essa perspectivas também são compartilhadas por diversos povos indígenas, para quem o protagonismo infantil é parte da cultura em uma variedade etnias.

2.2 A infância sob perspectivas afro-centradas

Diversas culturas entendem a infância como lugar da prática do bem-viver, filosofia de origem dos povos andinos, amazônicos e africanos, que se contrapõe ao "capitalismo

selvagem" (Krenak, 2019). Um exemplo desse entendimento se encontra no interior dos quilombos, em que a experiência de vida comunitária e conectada ao território, atribui outras significações às vivências das crianças. Em sua tese, a professora Patrícia Maria Santana (2015) pesquisou no Quilombo Mata do Tição, localizado em Minas Gerais, a forma como as crianças dessa comunidade contam suas próprias histórias. Na visão da autora, ouvir as vozes de crianças quilombolas – ou negras, indígenas, e todas aquelas pertencentes a grupos socialmente estigmatizados –, poderá trazer "forças renovadoras capazes de alentar as buscas por outra lógica de organização da vida distintas daquelas que se mostraram ineficazes e sem futuro" (Santana, 2023, p.64).

O filósofo congolês Kashindi (2015) fundamenta suas análises na filosofia Ubuntu, conhecida popularmente através da frase "eu sou porque nós somos". A comunidade tem centralidade nesse pensar, assim como se observa no viver quilombola⁵. Os conhecimentos são circulares, coletivistas e inclusivos (Santana, 2023). Essa filosofia pode contribuir para se pensar nas infâncias, porque considera que os aprendizados acontecem durante toda vida, são não-lineares e, mesmo que não diga deste modo, entende que não são apenas as crianças que precisam aprender - como acontece na perspectiva adultocêntrica (Faria; Santiago, 2016) do mundo.

Santana aborda as crianças quilombolas a partir do que elas são, no presente, e a partir "da presença e não da falta. A busca por cidadania e não o racismo", como explicam Araújo e Gomes (2023, p.22). A autora percebe que no Mato do Tição meninos e meninas são atuantes dentro das atividades comunitárias através de brincadeiras, práticas religiosas e manifestações culturais. Há, segundo ela, uma "construção de uma identidade quilombola e de uma identidade negra positivada" (Santana, 2023, p.72), identificável através de relatos, anotados em um diário de campo. Na pesquisa (Santana, 2023, p. 73), Kênia, de 13 anos, expressa que a infância no quilombo é parecida às outras infâncias: "Brincamos, jogamos bola, nos divertimos, gostamos de passear. Tem telefone e Facebook e também temos folia, candombe, festa de São João, reza do cruzeiro, batuque e Carnaval." As crianças reconhecem também suas singularidades e as dificuldades em comum, pois "dentro do quilombo, constroem repertórios de enfrentamento desses processos de subalternização de sua condição de criança negra e quilombola valorizando a si mesmas e sua cultura" (Santana, 2023, p.73)

⁵ De acordo com dados do Censo 2022, a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorde-inedito-do-censo> Acesso em: 12 abr. 2024.

Perguntar às crianças o que é importante em suas vidas no presente é também ensaiar aproximações a seus universos. No viver quilombola, o cotidiano infantil é um lugar próprio, e não extensão de outro. Utilizando a técnica do desenho, a pesquisadora constatou exatamente isso: as crianças desenhavam casas interligadas por trilhas, davam importância à natureza, aos espaços públicos para brincadeiras, às práticas religiosas e ao convívio social. Ao pensar em perspectivas afrocentradas, há de se lembrar que a etimologia da palavra "infância" na África do Sul, é outra. Noguera e Barreto (2018) contam que o sentido filosófico da palavra infância, diferente daquele que "não fala" (o infante), seria *ubuntwana*. Nessa compreensão, o momento da vida infantil trata-se de uma condição de experimentação da vida.

A partir de estudos de Zamantuli Scaraffiotti (2011), a palavra "ubuntwana" significa infância e "umntwana" quer dizer criança. O que chama atenção é que infância está inscrita numa hipótese que se justifica a partir do conceito de ubuntu [...] "twana" remete para uma relação de afeto, paixão, uma inclinação enamorada e de onde o sentido de infância em xhosa remeteria para afeto enamorado pela humanidade, o que difere de amor incondicional e irrestrito. (Noguera; Barreto, 2018. p, 631).

Reunindo etimologias africanas e indígenas, os pesquisadores criam o neologismo "infancializar", que seria um combate teórico e epistemológico à visão da infância enquanto negação ou ausência. Além disso, explicam que "nós aqui fazemos traduções e interpretações de línguas africanas e idiomas de povos indígenas em que 'infância' é uma grande potência vital de descoberta da realidade" (Noguera; Barreto, 2018, p. 631). Combinando perspectivas filosóficas e educativas, há um entendimento no contexto ubuntu que *ubuntwana* quer dizer "infância enquanto agente de provocação", capaz de afetar afetivamente, acolher e provocar o encantamento diante da vida." Em termos filosóficos, a infância aqui aparece como uma condição de experiência humana privilegiada. O valor dado às crianças em comunidades africanas se dá também pelo sentido de corresponsabilidade (Gomes; Silva; Pereira, 2013), em que se observa que meninos e meninas cuidam uns dos outros e assumem papéis, funções, de destaque em suas comunidades.

Também em um trabalho de pesquisa com crianças quilombolas, dessa vez do Quilombo dos Arturos, Minas Gerais, um grupo de pesquisadores (Herédia; Gonzaga; Araújo, 2023) percebem os valores civilizatórios afro-brasileiros praticados na infância. Para eles, significar a categoria de raça nas pesquisas e práticas cotidianas é um dever ético dos educadores – e tentaremos acrescentar aqui, em seguida, comunicadores e jornalistas. No Quilombo, as festas de Congado, religiosidade de origem Banto praticada principalmente na

região sudeste, são espaços onde as crianças conhecem o chão que pisam e são incentivadas a conhecer suas raízes e origens. Um processo semelhante acontece em comunidades de terreiro (Rufino, 2023), onde a conexão entre mais velhos e mais novos, crianças e mestres, é também um valor afro-brasileiro e quilombola. Nesses espaços afro-brasileiros, os mais novos e os mais velhos são entendidos pela comunidade como detentores de saber.

2.3 Infâncias, comunicação e jornalismo

O reconhecimento das crianças nos estudos da comunicação é considerado recente e crescente. Um mapeamento realizado⁶ mostrou que, entre 1970 e 2020, apenas 1,76%, dos estudos identificados no campo versam sobre a temática da infância. No período de 1974 até 2020, foram contabilizados nas revistas científicas de qualis A2 e B1⁷ em torno de 16.143 artigos. Desses, apenas 274 abordavam a infância. Segundo Tonin e Machado (2021, p. 4), "a cronologia das ocorrências de pesquisas revela que foram necessários 18 anos para que o campo manifestasse o primeiro estudo com ênfase na infância." A pesquisa reconhece que os números podem ser afetados pela baixa atualização dos repositórios das universidades, especialmente no contexto analógico, porém, mesmo que isso tenha acontecido, o cenário ainda mostra um campo de estudo considerado incipiente na comunicação, onde outros temas são mais privilegiados do que as crianças.

Neste movimento de reunir e mapear pesquisadores, pesquisadoras e suas pesquisas interessadas nos enlaces entre comunicação e infância, dez pesquisadoras⁸ criaram, em 2021, a RECRIA - Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e Adolescências (RECRIA). Em uma manifesto lançado, reconhecem a falta de reconhecimento de pares na academia e defendem que "crianças e adolescentes sejam considerados cidadãos plenos pelos profissionais e pesquisadores da área da Comunicação"⁹. Entre essas lacunas identificadas, está o jornalismo e sua dificuldade histórica (Marôpo, 2015) em conceber as crianças como fontes de suas produções.

⁶ A autora deste TCC participou da construção do referido banco de dados, nos anos de 2016 e 2017, quando realizou uma bolsa de iniciação científica júnior na PUCRS. A semente da infância como interesse de estudo começa a ser plantada nesse momento, mesmo antes do início da graduação em jornalismo. Estudo disponível em:

<https://comcriancas.com/wp-content/uploads/2023/03/Catálogo-Teses-e-Dissertações-analisadas-na-Pesquisas-Comunicação-e-Infância-1970-2020.pdf> [Acesso em: 12 abr. 2024]

⁷ As categorias, definidas pela CAPES, classificam os periódicos de excelência internacional

⁸ Os nomes das pesquisadoras pode ser acessado em <https://rederecria.com.br/quem-somos/> [Acesso em: 12 abr. 2024]

⁹ O Manifesto pode ser acessado no site da Rede, onde também constam as pesquisadoras associadas. Disponível em: <https://rederecria.com.br/nosso-manifesto/> Acesso em: 12 abr. 2024.

Pesquisadoras como Doretto (2013), Furtado (2013), Marôpo (2015), Farrah (2018) têm se dedicado a entender por que isso acontece, mostrando que há razões desde a pauta até os manuais de cobertura jornalística. Como diz Marôpo (2015, p.6), "grande parte da população não participa de forma ativa nas narrativas noticiosas sobre o que acontece no mundo, incluindo os temas e acontecimentos que lhes dizem diretamente respeito." Na mídia tradicional, as crianças parecem ser destinadas a enquadramentos limitantes e reincidentes (Marôpo, 2015; Doretto; Furtado, 2020; Tomaz, 2023) em que são escolhidas como fontes ou retratadas como notícia quando preenchem valores-notícias como a morte, a infração, a fama, etc. Essa visão é também compartilhada pela ANDI (antiga Agência de Notícias dos Direitos da Infância e hoje ANDI - Comunicação e Direitos), que, analisando a imprensa brasileira, afirma que as crianças e os adolescentes são citados principalmente no campo das situações e problemas individuais e, poucas vezes, são ouvidos sobre questões coletivas.

Com base numa análise comparada dos jornais O Globo (Brasil) e Público (Portugal – onde, por sinal, as pesquisas na área da comunicação relativas às crianças estão mais avançadas), Marôpo (2011) afirma que as crianças são em geral personagens sobre os quais se fala, enquanto seus pontos de vista aparecem somente em notícias não factuais. Os adultos, pais, familiares, e instituições costumam sobrepor os seus pontos de vista, e as crianças são silenciadas enquanto sujeitos de interesse político e social. As crianças são historicamente representadas no jornalismo não por meio de suas próprias falas, "mas pelos discursos de seus pais e tutores ou de representantes de órgãos que falam sobre elas, como escolas e organizações de saúde" (Furtado; Doretto, 2019, p. 158).

Essa constatação das pesquisadoras pode ser observada nas reportagens na própria organização do texto, pois, quando há entrevistas com as crianças, elas costumam vir depois das falas de seus responsáveis. Um exemplo é a reportagem da revista piauí, "Retrato de Uma Menina"¹⁰, analisada por Furtado, Reginato e Fontanive (2023). Em uma matéria que pretendia-se ser um perfil de uma criança trans, as falas, sentimentos, opiniões dos pais e especialistas ganham um protagonismo muito maior na narrativa do que a própria menina. O aporte teórico-metodológico utilizado pelas pesquisadoras foi a Análise de Discurso (AD) e revelou que:

¹⁰ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/retrato-de-uma-menina/> [Acesso em 24 de março de 2024.]

Esses trechos discursivos indicam, ao contrário do que poderia se imaginar no formato do perfil, que os sentidos sobre as crianças são silenciados na piauí e que, por mais que a revista consiga avançar em relação a outros veículos jornalísticos por escolher crianças como personagens dos perfis – mesmo sendo somente três –, não avança no sentido de, de fato, “conversar” com esse outro a fim de buscar compreender sua história, suas opiniões e seus sentimentos. (Furtado, Reginato, Fontanive, 2023, p.9)

Em outros dois perfis publicados pela revista também identifica-se que há uma busca por crianças que fogem do imaginário normalmente normatizado sobre a infância e até sobre outras questões sociais, como a de gênero: é a menina transgênero, o menino que desempenha um papel adultizado repetindo a postura reacionária do pai e a menina que joga futebol.

Ou seja, os jornalistas seguem, mesmo para os perfis, a lógica do critério de notícia da notabilidade (Traquina, 2008) para a escolha de crianças que fogem do que é considerado “normal”, mas, ao redigir o perfil, as silenciam, tratando-as como fontes sem capacidade de falar e se posicionar. (Furtado, Reginato, Fontanive, 2023, p.13)

Neste sentido, as vozes infanto-juvenis seguem aparecendo sobretudo como registros “curiosos”, “simpáticos” ou “coloridos” (Marôpo, 2015), sem espaço para muita complexidade ou discordância. Reincide uma infância estereotipada cultivada pelos veículos jornalísticos, e também se revela uma questão que aparece na pauta jornalística, ou seja, pela discussão prévia feita por jornalistas e editores sobre a maneira com que as crianças entrarão nas matérias. Os enquadramentos no caso da cobertura da infância também podem ser percebidos através da representação da criança enquanto consumidora (Furtado, 2013), ou da criança em situação de vulnerabilidade – ou seja com os seus direitos ameaçados (Furtado; Doretto, 2019). Outro enquadramento comum, e mais recente, é o da criança de sucesso. Geralmente youtuber, influencer, que adquiriu capital social através do dinheiro e do acúmulo quantitativo de seguidores, compartilhamentos e fãs. São nesses momentos em que as crianças são mais vistas, porém, não necessariamente ouvidas (Tomaz, 2023) pelo jornalismo.

Como lembra Tonin (2022, p. 22), a voz das crianças, ou *parole d'enfant*, tem uma série de implicações, sendo "voz algo que está para além do aspecto exclusivamente linguístico, mas significando, sobretudo, a evocação e reconhecimento de uma presença ativa/participativa". Atualmente, são as vozes de crianças cujas conquistas podem ser quantitativamente mensuráveis, não apenas em números de visualizações e inscritos, mas também em volumes monetários, que ganham destaque. Na análise de Tomaz (2023), a fama e a riqueza se mostraram como os critérios que mais legitimaram as imagens e a presença de meninos e meninas na mídia. Na internet, são os números que dão valor às crianças. Elas não são entendidas no presente, mas apenas como projeção de futuros. No caso dos Youtubers

Mirins, as entrevistas jornalísticas feitas com infantes, analisadas por Tomaz revelam que a ideia do que as crianças vão realizar, no futuro, a partir dessas experiências de sucesso quando jovens, é recorrente nas publicações. A percepção da autora se conecta com as discussões conceituais sobre a infância, em que o valor dado está ligado aos valores produtivos da sociedade. Poderíamos pensar que o futuro é sempre uma pergunta recorrente feita às crianças não porque, necessariamente, interessa-se pela resposta, mas porque no futuro tem algo de certo que será – e valioso para nossa sociedade: serão adultas e produtivas. O senso de cidadania, e a possível visibilidade, virão daí.

Só que mesmo na análise dos estereótipos, assim como em todos os grupos sociais, não cabe à infância uma generalização. A persistente imagem de fragilidade das crianças também não é homogênea. Não é tão comum vermos crianças brancas, por exemplo, em situação vulnerável nas manchetes e matérias de jornal. O olhar para os atravessamentos étnico-raciais se fazem necessários também quando analisamos uma cobertura jornalística.

No Brasil, o consenso de quem a criança é um sujeito de direito e que tem direito de participar da vida social advém do ECA¹¹, Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990. O documento menciona o princípio da proteção, sempre destacado pelos veículos jornalísticos (Furtado; Doretto, 2020). A atuação da imprensa é apontada pelo ECA em duas situações específicas, que são comumente citadas nos manuais de redação dos principais veículos do país (Furtado; Doretto, 2023). Neles, são mencionados cuidados que jornalistas devem ter, como, por exemplo, a proibição de divulgar nomes, apelidos, parentesco, residência de crianças e adolescentes que cometeram ato infracional. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, CDC, também reconhece a importância da relação da criança com a mídia, inclusive, o direito de liberdade de expressão e de divulgação de informações de todo tipo. Ou seja, o direito de estar presente na mídia está dado, é reconhecido. A pergunta é, porém, “como?”. De que forma isso acontece? A análise dos manuais de redação seguem importantes, porque embora eles não sejam seguidos “ao pé da letra”, eles definem a conduta de profissionais inseridos em empresas jornalísticas, em especial sobre temas considerados mais sensíveis.

Mas por que essas representações das crianças se tornaram um padrão implícito nas coberturas jornalísticas? Em sua pesquisa, Marôpo tentou compreender essa questão através de entrevistas semi-direcionadas com jornalistas do Brasil e de Portugal. Eles e elas relatam falta de preparo e formação para entrevistar crianças. Demonstrem vontade e interesse em ouvi-las, mas relatam inúmeros obstáculos para justificar a escassez de crianças e

¹¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. [Acesso em 5 de abril. 2024]

adolescentes como fontes de informação nas notícias. Há um sentimento compartilhado entre os profissionais em relação a uma falta de preparo para entrevistar crianças, e eles também sentem-se inseguros sobre as matérias em que podem e devem ouvi-las. Na pesquisa, relacionam a desvalorização das crianças como fontes ao fato de não representarem “posições representativas na sociedade” (Marôpo, 2015, p. 13)

Outra razão para a dificuldade jornalística de lidar com a infância seria a noção de que o direito à proteção é considerado mais importante pelos veículos do que o direito à participação, previsto no ECA (Furtado; Doretto, 2020). Ao analisar os manuais de redação de três grandes veículos da mídia tradicional, O Globo, Folha de S.Paulo e Zero Hora, as autoras percebem a insistência dos manuais em proteger as empresas de comunicação— e não as crianças — de possíveis processos jurídicos. As versões mais antigas dos manuais apresentavam recorrentemente a palavra “menor”, que era utilizada socialmente e juridicamente, mas que também pode ser pensada como um indício de como a mídia visualizava, em seus discursos oficiais, as crianças. Embora mencionem as crianças nos manuais, há uma percepção de que há pouca escuta por parte dos veículos dos jovens em pautas cotidianas, pois "os jornais, em seus guias de cobertura e escrita, se esquecem das crianças nas suas múltiplas dimensões, como seres que atuam em diversos setores da sociedade e fazem parte da vida cotidiana dos bairros e das cidades" (Furtado; Doretto, 2020)

Já o grupo de jornalistas entrevistados por Marôpo (2015) refere que a legitimação social dos direitos das crianças e adolescentes é recente e insuficiente. Há uma percepção de que as reivindicações em prol deste grupo social não ganharam tanto espaço quanto outras lutas sociais. No Brasil, podemos observar uma série de iniciativas que reivindicam uma maior diversidade nas fontes jornalísticas, como o projeto *Cajueira*¹², plataforma que reúne pesquisadores do nordeste, a iniciativa *Entreviste um negro*¹³, proposta que incentiva veículos da mídia a buscarem pessoas negras para falarem dos mais diversos temas, e a Caixa de Ferramentas de diversidade da *Énois*¹⁴. Ou seja, há um encontro recente das reivindicações sociais ao fazer jornalístico.

¹² Criada por quatro jornalistas em 2020, a Rede Cajueira reconhece que o Nordeste historicamente aparece na mídia como um grande bloco uniforme, reduzindo-se à seca e à pobreza, ou a imagens exóticas. A partir de um mapeamento, disponibilizaram um Banco de Fontes e um Banco de Jornalistas da região para que mais pessoas que habitam esses lugares possam falar por ele. Disponível em: <https://redecajueira.com.br/banco-de-fontes/> [Acesso em: 12 abr. 2024]

¹³ Criado por Helaine Martins em 2015, o projeto nasceu com o objetivo de conectar profissionais negros a comunicadores. Disponível em: <https://www.instagram.com/entrevisteumnegro/> [Acesso em: 12 abr. 2024]

¹⁴ A organização sistematizou, com base em pesquisas, experimentação e coleta de práticas em organizações jornalísticas, uma caixa de ferramentas de diversidade para redações - onde é possível encontrar metodologias, exercícios e formas para fazer o jornalismo que esteja a serviço da sociedade. Disponível em: <https://caixadiversidade.enoisconteudo.com.br>

É o que também nos lembra Fabiana Moraes (2022) quando explicita que um dos desafios mais contemporâneos do jornalismo é a reflexão e mudança no enquadramento de pautas, nas quais grupos socialmente marginalizados devem estar inseridos enquanto sujeitos. A autora não menciona as crianças, mas a trazemos aqui como entendimento de que as infâncias, em especial negras, indígenas, quilombolas e pertencentes a outros grupos – também dialogam com essa necessidade de mudança. Isso significaria uma transformação desde a pauta (o que), às fontes (quem), até ao enquadramento (como).

Marchi e Sarmiento já chamam atenção para a percepção das crianças enquanto "Outro" das políticas de exclusão:

As crianças, sobretudo as de grupos sociais mais vulneráveis, diante da crise econômica e da “guerra infinita” passam a ser consideradas, a partir não da sua condição geracional específica, mas como o “outro” das políticas de exclusão, os indigentes, os refugiados, os sem-teto, os apátridas. A crise social atingiu também a norma da infância: Ariès tinha razão. (Marchi; Sarmiento, 2017, p. 960)

Assim, percebemos que as crianças, em especial as que pertencem a grupos socialmente minorizados, são um “outro” em um jornalismo que já é outrofóbico (Moraes, 2022). Um jornalismo onde nem todos os sujeitos são ouvidos e vistos, e, quando são, têm seu direito à humanidade prejudicado através de enquadramentos repetitivos que lhe são endereçados. No próximo capítulo, trataremos da relação entre jornalismo e periferia e veremos como a necessidade de questionar estereótipos e de humanizar narrativas das crianças é compartilhada e acentuada por diversos grupos.

3 SUBJETIVIDADES, NO PLURAL

No capítulo anterior, utilizei o conceito de "estereótipo" algumas vezes ainda sem me aprofundar no que ele pode significar. Neste capítulo, abordarei os possíveis sentidos para a construção de estereótipos e a relação deles com o jornalismo através da produção de autores como Fabiana Moraes (2015; 2022), Muniz Sodré (1999; 2017) e Stuart Hall (1997; 1999; 2016). É comum a ideia de que o "o jornalismo reproduz estereótipos", mas o que significa isso? Como eles são, além de reproduzidos, enfim, produzidos pelo jornalismo? Em um caminho que parte de perguntas, vou adentrar também os conceitos de humanização e desumanização em narrativas e conhecer o pensamento de autores que debatem os termos.

3.1 Estereótipos e o que jornalismo tem a ver com isso

Peço licença para começar este tópico de uma forma diferente, a partir de um convite a imaginar. Em nossas rotinas, todos nós percorremos caminhos diariamente – da casa ao trabalho; da casa à faculdade, por exemplo. Nesse caminho, há um trajeto, que, depois de um determinado tempo de repetição, acaba se tornando o mesmo – aquilo que se entende por "comum". Os prédios, as pessoas, os sons, os cheiros do percurso tornam-se tão cotidianos que paulatinamente passamos a não observá-los com a mesma dedicação que algum dia possa ter existido. Nosso olhar só volta a reparar no trajeto quando algo de diferente se apresenta, e é, geralmente, um elemento que nos afeta pessoalmente: uma obra que para o trânsito, uma pessoa que olha em nossos olhos, algo inusitado no caminho. No geral, nos acostumamos rápido.

Guardemos essa cena para um exercício de pensamento acerca da relação com as imagens cotidianas e o jornalismo. Na definição clássica, o jornalismo existe para mostrar e relatar os acontecimentos que interrompem o cotidiano e a superfície lisa da história (Rodrigues, 1993), ou seja, aqueles que alteram nossas rotinas, nossos caminhos entre o ir e vir. O jornalismo é o campo produtor de conhecimento (Park, 1966) que diz: "preste atenção nisso", "você precisa saber disso", ou então, "durma com essa"¹⁵. Quando nos atemos à imagem do dia a dia, o jornalismo é aquele que nos interpela, necessariamente nos afeta. Ele, por consequência, é também o campo que oferece naturalizações, de assuntos, temas, pessoas e lugares. Nos diversos formatos possíveis – digital, rádio, TV, ou nas diferentes plataformas

¹⁵ Título da Newsletter diária e Podcast do Nexo, jornal digital lançado em 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/durma-com-essa> [Acesso em 20 de julho de 2024]

em que o jornalismo hoje converge, ele é responsável por informar de modo qualificado (Reginato, 2019), pautar debates e dizer, através do que publica ou deixa de publicar, o que importa no contexto em que está inserido. Como sugere Moraes (2022), precisamos construir um jornalismo que não seja baseado em estereótipos e que combata a construção de cidadanias precarizadas e representações miúdas das pessoas. Estereótipos, para a autora, tratam-se de discursos que reduzem grupos sociais, como pessoas negras, indígenas, nordestinas, periféricas – e acrescentamos aqui, como visto no segundo capítulo, crianças – a imagens cristalizadas, isto é, homogeneizadas.

A hierarquização faz parte dos processos metodológicos do fazer jornalístico, pois é através dela que acontece o processo de seleção de quais matérias serão privilegiadas, em extensão do conteúdo, em tempo de apuração ou em profundidade na abordagem do tema. Entretanto, na perspectiva de diversos autores, a hierarquia também aparece nas escolhas das pessoas ouvidas pelos veículos de imprensa, entendidas como fontes de informação. Segundo Medina (1996, p. 35), costuma haver um "autoritarismo institucional que acentua a limitação de vozes no circuito da comunicação coletiva". Essa categorização de importância é parte dos procedimentos técnicos, poderíamos dizer, do jornalismo, porém Moraes (2022) pontua uma camada além: ao hierarquizar para informar, o jornalismo também hierarquiza para excluir. É neste ponto que precisamos olhar com atenção para aprofundar o debate sobre estereótipos.

É importante destacar que enquadrar é, de algum modo, excluir por natureza, no sentido de fazer escolhas narrativas para dar conta de um determinado assunto. Como diz Gonçalves (2011, p.159), ao traduzir a palavra *frame* para enquadramento no contexto jornalístico, "as notícias produzem um 'corte artificial' na realidade que passa, elevando ao estatuto de conhecimentos públicos pequenas partes da multiplicidade de ocorrências do cotidiano social". Há limitações inerentes ao relatar, ao narrar e ao próprio modelo de trabalho jornalístico e funcionamento das redações, que diferem-se da atuação de outros campos de conhecimento, como a antropologia e a sociologia, áreas que desfrutam de um tempo mais alargado de pesquisa e de encontro com as pessoas. Assim, independentemente do formato escolhido para o produto jornalístico, é necessário lidar com limites na arte de tecer o presente (Medina, 2003). Nosso olhar para realidade é um recorte, mesmo que busque e tenha, por fundamento, um efeito de verdade. Entretanto, autores como Moraes (2022), Borges (2019) e Sodré (1999) falam de uma exclusão que não se refere somente ao recorte, ou enquadramento, mas de uma exclusão sistemática de grupos sociais.

Por isso, Moraes (2022) identifica a necessidade do jornalismo contemporâneo combater estereótipos, lembrando-se do papel da imprensa enquanto “formadora de

sensibilidades e conexões". O estereótipo é, na maioria das vezes, binário – reforça que há *o bom, o ruim, o pobre, o rico*. Tratam-se de discursos, segundo a autora, que flertam com o maniqueísmo, cristalizando, de forma repetida, o lugar de determinados grupos no discurso midiático. De acordo com esse entendimento, o lugar de Outro como diferente afasta o público do estabelecimento de um vínculo, como provoca Borges (2019) ao questionar como o estereótipo está relacionado a uma divisão entre aquele que é Hegemônico e o que não é:

Em tempos conflagrados pelo ódio nas redes e nas ruas, em que o Outro é pisoteado pelo Eu Hegemônico, como promover o vínculo? De que modo a reivindicação por novos estatutos da imagem, por novas formas de enquadramento, nos leva a pensar a radicalidade da comunicação, uma vez que colocou em cena a "a não semelhança", termo bem explorado por Achille Mbembe (2018) no processo de produção de imagens estereotipadas? (Borges, 2019, p.22)

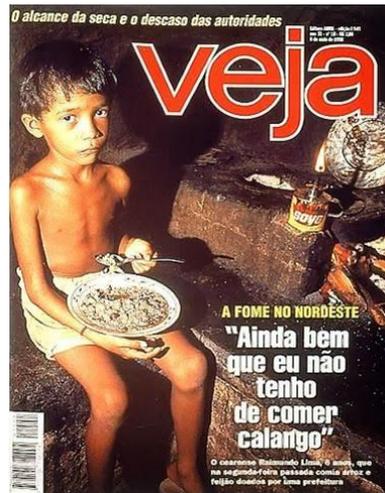
Moraes exemplifica a utilização de estereótipos no jornalismo a partir de três territórios principais: o Nordeste no Brasil, o continente africano e as favelas e periferias brasileiras. Há, segundo ela, uma superexposição da dor constante desses lugares elencados, em que as cenas de violência e escassez de recursos tornam-se cotidianas no jornalismo. Há uma naturalização na forma de narrar esses territórios e as pessoas que a eles pertencem. Esses seriam, na visão da autora, espaços "engessados em nosso imaginário" (Moraes, 2022, p.164), ou seja, no entendimento social, hegemônico, as representações de determinados grupos sociais estão em um lugar mais próximo da imobilidade e da contenção do que do movimento e da agência. Historicamente, não há espaço no jornalismo para outras histórias sobre esses territórios. Para a autora, as mudanças sociais, promovidas pelo ganho do poder aquisitivo e a melhoria de índices de desenvolvimento no Nordeste, nas últimas duas décadas, não foram suficientes para a mudança na imprensa:

Essa mudança estrutural, no entanto, foi solapada pela cobertura midiática brasileira, cuja atenção preferencial com as terras nordestinas precisa incluir elementos como a miséria, a seca, a pobreza. São, reitero, estratégias de manutenção de poder: é preciso mostrar a debilidade de uma população para poder elencar continuamente quem serão os heróis para salvá-la. [...] As favelas de todo Brasil passam fortemente pela mesma questão: sobre elas é jogada cotidianamente uma camisa de força discursiva que torna lugares e pessoas de saída atados em um menu de força discursiva onde cabem basicamente existências relacionados à violência, ao tráfico, à pobreza. (Moraes, 2022, p.40)

A autora dedica-se a falar da construção do Nordeste como Outro da mídia brasileira, através da manutenção de estereótipos que enquadram a região como um lugar apenas de miséria, de carência, e de precariedade. Para exemplificar, Moraes (2022) mostra em seu livro capas de revistas, sendo uma da revista *Veja*, de 1998, cujo título diz "Ainda bem que eu não

tenho de comer calango". A fotografia de capa (Figura 1) mostra uma criança nordestina, sem camisa, segurando um prato de comida em mãos e encarando a câmera com um olhar sério, que transmite tristeza. Importante notar aqui que, embora a autora esteja preocupada com a visão apreendida sobre o Nordeste, uma criança é escolhida como capa, reforçando também as imagens de vulnerabilidade infantil que discutimos no capítulo anterior

Figura 1:



Ao analisar outras peças jornalísticas, publicadas na Folha de S. Paulo, Moraes (2022) percebe esse contínuo padrão, em que o Nordeste aparece relacionado a ideias como falta de escolarização e "ignorância". Tal qual também percebido por Albuquerque (2011), o Nordeste aparece historicamente na mídia como um lugar que precisa ser salvo:

Sobre o continente africano, Moraes (2022) identifica uma ênfase midiática semelhante através do trabalho do artista chileno Alfredo Jaar. Ao analisar capas de revistas estadunidenses *Newsweek*, no ano de 1994, e *Time*, entre 1936 e 1996, percebe-se que a representação do desastre está presente rotineiramente quando se fala em África. De novo, cabe observar que as capas costumam trazer crianças em rosto de sofrimento, para dentro da representação da miséria, como pode ser visto nos exemplos a seguir (Figura 2 e Figura 3).

Figuras 2 e 3:



Ou seja, se já há uma imagem de falta associada ao território, ela é reforçada pelo rosto infantil que aparece nas capas. A autora nota que "não se trata de fingir que a pobreza não marca ou mesmo estrutura os lugares citados aqui: antes, se trata de ampliar as luzes para pontos ainda obscurecidos nas coberturas" (Moraes, 2022, p. 84). Mas, pelo contrário, fazer novas perguntas. Esses lugares são apenas a falta que lhes atravessa? O que produzem de conhecimento? O que têm de interessante e que merece ser visto? É uma mudança de *frame* (Gonçalves, 2011), de enquadramento para pautas, que a autora propõe.

Esse desejo por mudanças nas representações jornalísticas também será construído pelas periferias e sujeitos periféricos, como veremos mais adiante. Moraes (2022, p. 73) apresenta um conceito que se aproxima da ideia de estereótipo, o da "imagem-bumerange", que seria "a recorrência discursiva sobre um local e as pessoas que nele habitam". O estereótipo, nesse caso, portanto, estaria relacionado àquilo que se repete, que se mantém no tempo, e não a fatos ou representações isoladas.

A visão sobre estereótipo dentro do campo da comunicação, porém, não é um consenso, e pode-se dizer que esse é um conceito em disputa, ou em debate. Isso porque autores como Amossy (2022), Alsina (2009) e Lippmann (2008) entendem o estereótipo não pelo viés do preconceito, mas pela necessidade de sintetização, de imagens-conceito, para balizar os trabalhos de quem narra histórias. Cita-se essa perspectiva para evidenciar que, embora fora da academia "estereótipo" seja uma palavra largamente utilizada e conhecida, dentro dela há usos diversos e que nem sempre correspondem à noção trazida por Moraes (2015; 2022), Borges (2019) e Hall (1996; 1999; 2016) de que os estereótipos precisam ser combatidos. Alsina recorre à etimologia da palavra e diz que estereótipo:

Vem do procedimento de impressão denominado estereotipia, que é a reprodução a partir de um molde. Portanto, trata-se de aplicarmos um conceito a uma circunstância, a uma determinada realidade, partindo de um molde pré-configurado,

sem levar muito em conta se está se tratando do molde certo ou não, para a interpretação de tal fenômeno. (Alsina, 2009, p. 275)

Na interpretação de Fontanive (2024), Lippmann e Alsina entendem o próprio jornalismo a partir da noção de estereótipo, em que a sua reprodução estaria vinculada às limitações que os jornalistas têm de acessarem a realidade, e, da mesma forma, de uma necessidade do público de ver os acontecimentos de forma simplificada. Segundo Alsina, os estereótipos simplificam a realidade e "nos permitem classificar os fenômenos quase instantaneamente, sem nos obrigar a analisá-los detalhadamente, sem necessidade de re-assumirmos a realidade do nosso universo referencial" (Alsina, 2009, p. 277). Já Kovach e Rosenstiel (2014) consideram que um bom trabalho de reportagem é, pelo contrário, aquele que evita estereótipos e diminui seu uso. Embora esses autores reconheçam o estereótipo como constitutivo do jornalismo, também observam que o lugar pejorativo é recorrente.

Alsina (2009) divide os estereótipos em três tipos: negativos, neutros e positivos.

Os estereótipos e os preconceitos negativos servem para justificar, em muitos casos, os privilégios e as diferenças intergrupais, pois eles não são só usados para dar sentido de forma instantânea, mas também para fazer uma classificação de acordo com uma ordem social. Determinados grupos são estereotipados de forma negativa e assim alimentamos uma atitude de discriminação e exclusão. (Alsina, 2009, p. 278).

Amossy e Pierrot (2022) também observam que comumente os estereótipos são vistos a partir de seus sentidos depreciativos. Assim, pode-se observar que há uma posição interessante por parte desses autores. Ao mesmo tempo que reconhecem que os estereótipos são indispensáveis, também percebem que podem ser danosos como formas de exclusão e redução das identidades. Ou seja, como resume Fontanive (2024), citando Alsina, o estereótipo "ao simplificar a realidade, portanto, poupa-se explicações e detalhamentos, e isso pode prejudicar "a melhor compreensão de determinadas realidades" (Fontanive, 2024, p. 70).

Podemos dizer que, para Moraes (2022), os estereótipos a serem problematizados, seriam os negativos. De acordo com a autora, "a manutenção dos estereótipos também significa a manutenção do poder" (2022, p.51). Por outro lado, para ela, não seria possível "esvaziar-se" de estereótipos, no sentido de preconceitos e estigmas, sem antes fazer uma reflexão sobre nossas atuações jornalísticas e do próprio campo profissional, incluindo as rotinas e dinâmicas de trabalho. Não seria automático, e rápido, portanto, descolar-se de visões estereotipadas, "não é um liga ou desliga" (Moraes, 2022, p.52), pois é preciso entender como historicamente elas se consolidaram. No interior do estereótipo, não cabe a densidade da vida, nem as contradições e ambiguidades. Uma elaboração conceitual que

dialoga com esse tema são as chamadas Imagens de Controle discutidas por Collins (2019) no contexto de como as mulheres negras são vistas pela sociedade, e que se referem às ideias pré-estabelecidas sobre como mulheres negras são enxergadas, inclusive na mídia. Essas imagens de controle são válidas para nossa discussão, porque materializam como os estereótipos têm implicações concretas na vida das pessoas, e podem ser relacionadas com as diversas infâncias.

Segundo Jesus (2022, p.3), "as imagens de controle são muito conhecidas na mídia que tem uma relação e consolidação dessas imagens, como por exemplo, em personagens da literatura infantil e de novelas, propagandas e outros". Collins (2019) comenta que a mídia constrói as imagens de controle para indicar uma representação específica de gênero para pessoas negras. Jesus, tratando de uma análise de Collins, cita a personagem Tia Anastácia, de Sítio do Pica Pau Amarelo, que representa a Mammie, um estereótipo de subordinação da mulher negra que apenas serve os outros. E segue:

Outra imagem de controle é a da matriarca. Essa imagem de controle tem uma relação da mulher negra forte que dá conta e se nega a reproduzir os padrões de fragilidade e subserviência perante as figuras masculinas. Essa imagem pode ser relacionada especialmente às retratações de mulheres periféricas na mídia, como por exemplo, a personagem de Preta, na novela da Cor do pecado, que é uma jovem mulher maranhense, criada pela mãe e que nunca conheceu o pai. Apesar do passado triste, dá um jeito para sobreviver. Após um golpe, Preta decide criar sozinha o filho, apenas com a ajuda da mãe, sem procurar a família do ex-companheiro. (Jesus, 2022, p.3)

Em uma análise mais profunda sobre como as imagens de controle recaem sobre mulheres negras a partir de matérias de jornais do Rio de Janeiro, como *O Globo* e *Correio 24 Horas*, Jesus percebe, conforme a proposta de Collins (2019), que os estereótipos assumem um caráter especial, pois servem como forma de fazer com que as injustiças sociais que recaem sobre esse grupo pareçam “naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 136). Assim, segundo Jesus, as imagens de controle são utilizadas como justificativa das opressões de raça, gênero e classe sobre essas mulheres.

A relação entre jornalismo e raça é abordada por Moraes (2022) ao lembrar que a revista *Vogue* demorou 102 anos para trazer uma mulher preta para sua capa. Ou, então, a própria tela dos noticiários em que os jornalistas não-brancos sempre foram a exceção¹⁶,

¹⁶ A pesquisa realizada pelos estudos do GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa), da UERJ, apresentou uma investigação sobre o perfil das pessoas que escrevem nos três maiores jornais impressos do país: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo. Os resultados apontaram que a mídia brasileira continua reproduzindo padrões de forte desigualdade racial. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/05/TD-Raca-e-Midia.pdf> Acesso em: 5 jul 2024.

mesmo que, nos últimos anos, a mudança possa ser perceptível, graças à mobilização do público e também às mudanças sociais e estruturais que, necessariamente, afetam o jornalismo, como as políticas de ações afirmativas implementadas nas universidades federais. Todo esse debate sobre as imagens controle pode ser relacionado às crianças, que normalmente aparecem na mídia de forma estereotipada, e mais ainda às crianças negras e periféricas. Os estereótipos, por sua vez, segundo Moraes (2022), estão ligados à uma desumanização.

3.2 Desumanizar e humanizar

A noção do que é humanidade é uma constante pergunta nos estudos das ciências sociais aplicadas, campo do conhecimento do qual o jornalismo faz parte. Para Sodré (2017), a concep o de humanidade surgiu como um pensamento ocidental, em uma lógica que determina aqueles que são humanos e aqueles que não têm esse direito plenamente concedido.

Para pensar nos possíveis significados de humaniza o,   necessário antes debater sobre o que seria a desumaniza o. Em artigo, Ijuim (2017) analisa a cobertura realizada por veículos da grande m dia, como *Isto * e *Correio Braziliense*, sobre pessoas indígenas, prostitutas e migrantes e, a partir dos títulos das notícias, identificando que o olhar que permanece   esses são "estranhos" aos olhos de setores da imprensa brasileira. Segundo ele, ordens socioculturais colaboram para a cria o de estereótipos e a conseqüente discrimina o, porém, "estranhar, não reconhecer o Outro   uma maneira de reforçar estigmas. E a imprensa tem reproduzido esta postura discriminatória que desqualifica o ser humano" (Ijuim, 2017, p. 240). O autor considera que desumanizar está relacionado a uma não-comunica o e, portanto, a um não reconhecimento do outro em sua integridade

Moraes (2022) considera que a desumaniza o está relacionada a regimes de importância, ou então, a uma manuten o da hierarquia de credibilidade (Becker, 1972), que se refere a maior probabilidade de pessoas que det m maior poder econ mico terem suas opiniões consideradas como especialistas dentro dos acontecimentos. Moraes evoca autores latino-americanos conhecidos pelas reflexões sobre a descoloniza o do ser e pensar para mostrar que o jornalismo está inserido também nesta tarefa de repensar de que forma as diferenças são transformadas em desigualdades.

Villanueva se apoia em Quijano para falar em uma violência colonial que implicou a nega o da humanidade de povos por outros considerados superiores. Ela foi considerada tendo como base "a verticalidade dominadora que reprime culturas,

que recorre ao genocídio, que coloniza imaginários, que classifica racionalmente os inferiores e que fixou um padrão excludente de conhecimento" (Quijano, 1992, citado por Villanueva, 2018). Essa é uma das raízes do nosso ambiente comunicacional - incluindo, é claro, o jornalismo - um lugar que, no final, produz justamente o contrário do que propõe, o que o último autor chama de in-comunicação. Nela, os "de cima" não se interessavam em conversar com os "de baixo", desprezando-os culturalmente, em um processo no qual, diz o autor, a desumanização e a falta de comunicação se sobrepunham e se complementavam. (Moraes, 2022, p.42).

A análise de “in-comunicação” promovida pelo jornalismo lembra o que Bourdieu (1997) já falava sobre o jornalismo televisivo, quando notou que a maneira como as produções jornalísticas se estruturam, muitas vezes, colaboram para incompreensões e desentendimentos sobre a realidade social. Uma forma apontada por Moraes (2022) como caminho para começar a desfazer uma desumanização presente no trabalho jornalístico sobre determinados grupos e assuntos seria, ao invés de reforçar a produção de diferenças, olhar também para as semelhanças.

Um exemplo seria o caso das periferias. Por que ao olhar para as periferias no Brasil a mídia tradicional não costuma (ou costumava, já que mudanças estão em curso no fazer jornalístico, mesmo *mainstream*) pensar em pautas relacionadas ao lazer, ao empreendedorismo, por exemplo - tão comuns em cadernos nos jornais que abordam regiões centrais das cidades? Caminhar para além da produção da diferença, em uma tentativa de humanização, trata-se de se afastar de abordagens que continuamente enfatizem a desigualdade, ou que mostrem sempre em um tom exterior, no sentido de "olha como determinada coisa é muito diferente da vida que você conhece". Humanizar narrativas seria, segundo Moraes, escapar de ideias como "visibilizar os invisíveis", tão presente em redações jornalísticas.

Aliás, o que explica em parte o amor eterno pelo termo "invisíveis", tão comum em produções jornalísticas (também em discursos governamentais) no momento de adjetivarem, muitas vezes, populações pobres ou miseráveis. É como se essa "invisibilidade" fosse uma característica própria, e não uma ação imputada por nós mesmos - afinal, a miséria é invisível ou nós preferimos apagá-la? As populações miseráveis são invisíveis ou nós não nos responsabilizamos por seu apagamento? (Moraes, 2022, p.77)

Observa-se que aqui utilizamos algumas vezes a palavra “construir”, isso porque esses autores citados identificam-se com a ideia que o jornalismo é um construtor da realidade da vida cotidiana (Berger; Luckmann, 1985), teoria construtivista de orientação sociológica. Através dessa forma de pensar, há também uma visibilização do processo de escolha, por parte dos profissionais que atuam em redações, aspecto já debatido por Hall (1999) em "A

Produção Social das Notícias". O autor dá a ver a opacidade do jornalismo, ao dizer que as notícias não estão prontas e naturalmente no mundo, elas são “produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (1999, p. 224). Nessa seleção a partir dos valores-notícias, que compõem um fato a ser noticiado, há um ponto importante para nossa pesquisa: a presença de pessoas de elite envolvidas em um acontecimento configuram um valor notícia.

Para Sodré, a elite é um termo que pode ser utilizados nos campos econômico, educacional e também comunicacional. De acordo com ele, o sistema midiático seria constituído de "pequenas elites intelectuais", compostas por jornalistas, editores, colunistas e outros profissionais de imprensa que foram um grupo "responsável pela absorção, reelaboração e retransmissão de um imaginário coletivo atuante nas representações sociais” (Sodré, 1999, p. 244)." Hall também fala de uma necessidade reflexiva acerca dos imaginários coletivos, explicando que “queremos chamar atenção para as mais rotineiras estruturas de produção de notícias, para observar com é que os *media* vêm, de fato, e em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, à serviço”. (Hall, 1999, p.228). O autor adentra a construção de estereótipos a partir do conceito de *Consenso*, que seriam as narrativas estabilizadas promovidas pelo jornalismo. Segundo ele, os profissionais da imprensa desempenham um papel importante na reprodução da "vertente preponderante das ideologias dominantes.” (1999, p.231).

Neste dia a dia, o ir e vir cotidiano, o imaginário que jornalistas têm sobre periferias, contexto sobre o qual a presente pesquisa se debruça, transborda para suas produções jornalísticas. Se a periferia enquanto lugar de violência, marginalidade, e carência tornou-se cotidiana nas pautas da mídia tradicional, torna-se tarefa desse mesmo jornalismo (e dos profissionais jornalistas) fissurar, para que, como no trajeto que fazemos diariamente, possamos olhar de novo, olhar diferente, olhar melhor. Se nos acostumarmos, naturalizamos em demasia o que já foi construído - socialmente ou comunicacionalmente - algo se perde.

Neste curso de reflexões, Moraes (2018; 2022) propõe um Jornalismo de Subjetividade, que se trata da revisão reflexiva, continuada, sobre os valores do jornalismo e a prática jornalística em uma tentativa de ajudar nas "restauração de humanidades feridas". A proposição de um Jornalismo de Subjetividade está vinculada a uma atuação onde se perguntar "por que" para a realização de escolhas nas pautas torna-se uma prática cotidiana. Ou seja, ao falar sobre periferia, por que entrevistar somente um pesquisador acadêmico sem vivência no assunto e não uma pessoa de dentro da comunidade? Por que privilegiar um ponto

de vista e não outro? Por que a pauta sobre as periferias trata da criminalidade, e não das iniciativas comunitárias que fazem parte deste lugar? Esses são alguns exemplos hipotéticos, mas que poderiam ilustrar essa reflexividade, independentemente se o trabalho é de reportagem ou de *hard news*. A subjetividade, nesta forma de pensar, está atrelada a questionamentos sobre os lugares sociais, raciais e territoriais que pavimentam o jornalismo, seja do lado do repórter ou da fonte entrevistada. A consideração desses aspectos significa uma subjetividade vista de forma contextualizada e coletiva, e não de forma individualizada ou descolada das tensões sociais.

A subjetividade não seria o contrário de objetividade, pois ambas são no dissociáveis. É como uma Ouroboros, uma cobra que morde o próprio rabo. Não há uma sem a outra, são partes de um mesmo todo. Em um Jornalismo de Subjetividade, fatores interseccionais (Collins, 2016; Carneiro, 2023) como raça, classe e gênero são fundamentais para a prática comunicacional, como também observado no capítulo sobre infância. Os princípios de apuração jornalística que garantem a mediação qualificada da realidade (Reginato, 2019) seguem, mas acompanhados da necessidade de humanização de grupos historicamente machucados por suas representações midiáticas. Essa é uma espécie de farol que guia novas práticas e iniciativas contemporâneas, o que faz emergir novas formas de se fazer jornalismo, como os veículos jornalísticos das periferias.

4 JORNALISMOS, NO PLURAL

Preparando a terra para nosso objeto de pesquisa, neste capítulo falaremos do surgimento do jornalismo das periferias e dos veículos periféricos, que surgem em oposição aos estereótipos e em defesa da humanização das histórias e pessoas desses territórios. Chegaremos, enfim, à Agência Mural, iniciativa estudada nesta pesquisa. Amparadas por Rovida (2020; 2022), Felix (2023), Figaro (2017; 2021), abordaremos as características dessas iniciativas midiáticas insurgentes, os contrapontos em relação à mídia tradicional, assim como a pluralidade dentro do próprio fenômeno comunicacional.

4.1 Jornalismo e periferias

"Ousar ver e ousar saber". Para Moretzsohn (2007), esses são dois princípios para um bom jornalismo. Pode-se dizer que na última década, muitas iniciativas surgiram fora da mídia hegemônica e ousaram fazer um jornalismo diferente. Uma produção jornalística tem se destacado fora dos ambientes da comunicação tradicional e aqui falaremos do jornalismo das periferias. Para Felix (2023, p.140), o jornalismo periférico seria aquele que “representa uma abordagem alternativa, engajada e situada, que visa amplificar as vozes e as perspectivas marginalizadas, desafiando a visão predominante da mídia hegemônica.” Segundo pesquisa realizada pela Énois¹⁷, há um crescimento de veículos de jornalismo local em surgimento no país. Somente em nas 39 cidades da Região Metropolitana de São Paulo e capital, o levantamento mostrou a existência de 470 iniciativas de comunicação. Dos projetos mapeados (140), 99 são conduzidos por jornalistas formados (43%). A outra parte (41) é dividida entre comunicadores populares (27%), lideranças comunitárias (11%), ativistas (10%), estudantes de jornalismo (5%) e outros (3%).

Autoras como Figaro (2017) e Rovida (2020), apontam as Jornadas de Junho de 2013 como um marco para a multiplicação do número de iniciativas consideradas periféricas. Esse é um aspecto interessante, pois a chamada imprensa alternativa surgiu, segundo Capparelli (1988) como termo na Europa, durante os protestos estudantis de Maio de 1968. No Brasil, o fenômeno fica evidente durante a ditadura militar, em que vários jornais alternativos construíram uma frente jornalística de oposição, porém, não necessariamente eram realizados por sujeitos periféricos. Em comum, nota-se na origem, uma efervescência social, das ruas,

¹⁷ Pesquisa disponível em: <https://mapadojornalismolocal.enoisconteudo.com.br/relatorio-2022> [Acesso em 20 de julho de 2024]

que conversa com uma efervescência jornalística. Outro marco temporal para o fenômeno é 2017, quando surge a Rede de Jornalistas das Periferias, como um grupo informal de Whatsapp e de organização de atividades, que reuniu os veículos que já se entediam como periféricos na época. Em suas pesquisas, as autoras traçam o que esses veículos teriam em comum e há diversos pontos-chaves que conectam as iniciativas comunicacionais. Veículos periféricos seriam encabeçadas por jovens em começo de carreira e também por jornalistas experientes que desejam sair da lógica tradicional do jornalismo, procurando espaço para pautas e abordagens que não conseguem emplacar nos veículos já estabelecidos. Utilizando o método de descrição densa de Geertz, Rovida (2020) mergulha no jornalismo das periferias a partir da experiência de quatro veículos (Periferia em Movimento; Agência Mural de Jornalismo das Periferias; Alma Preta; Nós, mulheres das Periferias) e de seus respectivos jornalistas. A pesquisa da autora busca compreender como funciona o jornalismo das periferias a partir das vozes de quem o faz.

A grande imprensa tem muitas denominações, de acordo com diferentes pesquisadores. Ela é chamada de imprensa corporativa, corporações de mídia, imprensa *mainstream*, grande mídia, mídia tradicional. Rovida critica o uso de mídia hegemônica, pois considera que o "problemático uso de mídia hegemônica ou grande mídia que não parecem contemplar a contento a que se referem as críticas mencionadas, embora muitos autores e jornalistas usem a terminologia mais comum derivada da ideia de hegemonia" (2020, p. 5). Apesar de o termo "jornalismo periférico" ser mais recente na academia e no jornalismo, cabe lembrar que iniciativas semelhantes que realizavam uma cobertura de menor escala territorial, porém não necessariamente relacionadas às periferias, já eram compreendidas nas bibliografias sob o título de jornalismo comunitário, muito associado ao formato da rádio, jornalismo popular, e mais recentemente jornalismo local e hiperlocal. Debate-se também se as iniciativas periféricas seriam consideradas mídias independentes e alternativas, pois nem sempre se identificam como tais.

A mídia alternativa já foi bastante analisada por Kucinski (2018), no contexto da ditadura militar, momento em que "outros jornalismo" foram necessários para dar conta de vozes expressamente proibidas. Kucinski analisou 150 jornais alternativos, publicados entre os anos de 1964 e 1980, e constatou que mesmo neste contexto histórico-social o termo "mídia alternativa" já se estabelecia como abrangente, pois contemplava tanto posturas que se opunham ao regime ditatorial quanto a perspectiva de uma comunicação atenta aos grupos sociais minorizados (Caparelli, 1988). O marcador que identifica a mídia alternativa é o movimento de contestação de uma ordem, podendo ser social, cultural e também

comunicacional. Segundo Kucinski (2018), a imprensa alternativa seria uma espécie de sucessora da imprensa planfetéria, como os pasquins, estabelecendo-se na esfera pública através de uma postura crítica, reflexiva, e contra-hegemônica.

Após a redemocratização, houve uma sensação de que não seria mais necessário um modelo alternativo de imprensa, como se agora, sem a censura militar, as vozes pudessem confluir de forma democrática. Não foi o que aconteceu. Hoje a imprensa alternativa assume outras formas conectadas com as urgências do nosso tempo, como elenca Santos (2022, p. 37), em análise sobre o *ethos* dos veículos periféricos, tratando de temas como “a violência policial, o genocídio da população negra e indígena, o feminicídio, dentre outras pautas que marcam a contemporaneidade.”

Em seus desdobramentos em diferentes momentos históricos, a imprensa alternativa tem uma prática profissional, com procedimentos profissionais. Por isso, representantes desses veículos entrevistados por Rovida (2020), e também segundo Carvalho e Bronosky (2017), diferenciam-se de coletivos militantes ou ativistas, porque seguem fazendo jornalismo, atuando como repórteres e trabalhando através da produção de notícias e reportagens. Essa diferenciação parte de quem faz, com o intuito de que suas práticas não sejam desvalorizadas apenas por serem socialmente implicadas. Há uma dificuldade de encontrar a melhor denominação que contemple esses projetos de jornalismo insurgentes, pois nenhuma parece dar conta da complexidade e dos propósitos dessas iniciativas, mas existe um desejo em comum, explicitado por Rovida (2020) ao dizer que a abordagem dos veículos periféricos aproxima-se de um posicionamento editorial e seguem sendo jornalismo:

A produção do jornalismo das periferias da RMSP compreende linhas editoriais claramente assumidas, nas bases comentadas: classe social, gênero, raça e território. Embora os jornalistas se assumam como militantes e ativistas, há uma distinção entre a ação ativista e o espaço de produção jornalística. É pertinente notar essa insistência em praticamente todas as falas dos sujeitos de pesquisa. Os jornalistas assumem, portanto, uma linha editorial que preserva determinados interesses, mas é colocada em prática com base nos preceitos tradicionais do fazer jornalístico. Dessa forma, é possível inferir que o jornalismo das periferias está em consonância com as noções mais recorrentes da prática jornalística no que diz respeito à definição de política editorial que, como pontuado por Mário Erbolato, é determinada por escolhas feitas a priori sobre o que é de que perspectiva falar. Mas existem algumas particularidades nessa prática jornalística que parecem incluir certas vantagens editoriais aos profissionais que atuam nessas frentes em comparação com aqueles que estão na imprensa corporativa. (Rovida, 2022, p.7)

O jornalismo periférico não questiona, necessariamente, se as periferias e os sujeitos periféricos estão nas páginas dos jornais. A pergunta principal e impulsionadora desses projetos é o “como?”, “de que forma?” esses territórios são enquadrados na mídia. Há um

ponto em comum entre os veículos, pois realizam um diagnóstico da ausência de perspectivas diversas das periferias na produção jornalística *mainstream* e trazem como motivação principal dos seus veículos apresentar que é possível uma outra forma de narrar as periferias. O pertencimento é elencado por Rovida (2020) como uma das características fundamentais do jornalismo das periferias, pois os criadores e colaboradores dessas iniciativas pertencem aos territórios sobre os quais falam. A atuação dos veículos configura uma prática chamada de situada, pois evidencia de forma direta de onde os jornalistas partem para se comunicar.

Em outras palavras, as narrativas produzidas por esses jornalistas periféricos são elaboradas a partir de um determinado território o que as diferencia por conterem perspectivas específicas que não podem ser entendidas fora dessa relação com o lugar de pertencimento dos sujeitos representados nas histórias e dos sujeitos produtores da comunicação, eles também sujeitos periféricos. Essa vinculação com o espaço é geradora de identidade social e determina como os sujeitos sociais participarão da vida na cidade, na sociedade. (Rovida, 2020, p.5)

O fato de veículos estarem completados neste termo "guarda-chuva" de jornalismo periférico ou jornalismo das periferias, não significa que o conteúdo produzido por eles seja semelhante. Alguns preferem focar em conteúdos de serviço, vagas de emprego e informações, outros em reportagens aprofundadas sobre temas das mais diversas editorias, como política, saúde e cultura. Há, portanto, uma variância de formatos observados nas produções, assim como de arranjos de trabalho e modelos de negócio. Segundo o Mapa do Jornalismo Periférico¹⁸, publicado em 2022, os formatos de conteúdo produzidos variam, e as iniciativas produzem conteúdo on-line; impresso; nas redes sociais e também conteúdo audiovisual, radiofônico e outros conteúdos como cursos, cineclubes, rodas de conversa e exposições. A pesquisa mostra que 63% dos comunicadores que produzem conteúdo nos coletivos periféricos fizeram faculdade na área de comunicação; 62% estudaram com apoio de políticas públicas e 80,3% das iniciativas têm conteúdo autoral – com pautas sobre o território, a vivência periférica. A perenidade das iniciativas parece cada vez mais visível, segundo Rovida:

Muito mais do que um fenômeno jornalístico pontual e com data de validade, o jornalismo das periferias parece ganhar cada vez mais musculatura e ares de uma prática que finca raízes e tem provocado efeitos no ecossistema midiático. Das bordas urbanas, um relato concebido pela afetação mútua entre jornalistas e pesquisadora, entre sujeitos que compartilham a crença de que a informação é uma necessidade e a comunicação um direito humano. (Rovida, 2020, p.n)

¹⁸ O Mapa pode ser acessado no link: <https://mapadojornalismolocal.enoisconteudo.com.br/relatorio-2022>
[Acesso em 20 de julho de 2024]

Os veículos entendidos sob a categoria de jornalismo periférico apresentam uma missão conectada à quebra de estereótipos, vista no capítulo anterior, relacionada à desconstrução da ideia de que a periferia seria território apenas de carências, sendo um espaço informativo de suas potências. O pesquisador D'Andrea (2013) materializa esse sentido ao conceitualizar a ideia de *Sujeitos Periféricos*. Um movimento de transformar termos tidos como pejorativos, como “ser favelado”, “ser periférico” ou “ser da quebrada”, acontece nas últimas décadas, tornando-se formas de falar de si em uma “auto representação da população periférica”, carregada de potência e agência:

Ou seja, no caso do surgimento dos *Sujeitos Periféricos*, a condição de conhecedor e o ator de reconhecer-se na condição de conhecedor se constituem. Isso posto, o Sujeito Periférico é quem tomou posse de sua condição periférica. Quem descobriu e assumiu essa condição. De periférico em si para periférico para si. (D'Andrea, 2013, p.172).

Os sujeitos periféricos seriam, portanto, os catalisadores desse movimento, aqueles que falam a partir de seus lugares de pertencimento, das suas quebradas e favelas, e que desejam criar fissuras nas próprias representações. Há um desejo por uma mudança de rota no histórico de narrativas e naturalizações de suas histórias. A mudança, então, de termos como “ser favelado”, com orgulho¹⁹, surge não de fora para dentro, mas de dentro para fora. Quem provoca essa *troca de frame* são os próprios sujeitos. Na indústria musical e cultural, como lembra D'Andrea e Rovida, isso já acontece há mais tempo - basta pensar em Racionais MC dando a letra nos anos 90, mas no jornalismo, o fenômeno é mais recente e também parte de um desejo de mudança, como diz Moraes:

As favelas recebiam pouca cobertura em relação a assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e ao crime. A cultura, os esportes, a economia, e as dificuldades cotidianas dos moradores eram raramente reportadas em jornais e revistas, especialmente considerando o número imenso de reportagens e notas sobre operações policiais, tiroteios, invasões e execuções. (Moraes, 2022, p.41)

A análise da autora é compartilhada por Oliveira (2020) ao dizer que o jornalismo não contribui efetivamente para a cidadania e a democracia, o que seria uma de suas finalidades segundo Reginato (2019), ao retratar a periferia como sinônimo de violência. Palermo (2018, p. 228) também menciona a noção de “cidade em guerra” estabelecida pelos veículos de

¹⁹ Resignificar termo antes entendidos como pejorativos é uma característica do nosso tempo. Além do mencionado, podemos pensar em outros termos que na última década saíram da estigmatização para se tornarem palavras de orgulho, de empoderamento, como "Sapatão" ou "Vadia", utilizados contemporaneamente de fora a exaltar as comunidades LGBTQIAP+ e feministas, respectivamente.

comunicação e explica que a mídia contribui para que parte da sociedade entenda as ações policiais nesses territórios como indispensáveis e “as mortes derivadas dessas ações eram vistas como acidente de percurso”. Assim, o combate à violência aparece em primeiro plano, consolidando na percepção social representações sobre esses lugares (Palermo, 2018).

Segundo Nonato, Camargo e Pachi Filho (2020, p.13), o lugar da favela precisa ser elaborado na prática jornalística, e isso, de acordo com os autores, deveria acontecer através da escolha de fontes da periferia e que contem “histórias que reforcem o poder da favela financeiramente, culturalmente, que inspirem outras pessoas, contém casos de vitória que alguém da favela teve.” Além da produção jornalística, uma característica dos veículos, como Agência Mural e do Desenrola e Não Me Enrola, é o enfoque na formação de novos comunicadores, aproximando-se das iniciativas de Educomunicação e de Educação Midiática. Um exemplo é o projeto “Você Repórter da Periferia”, do Desenrola, em que o grupo sistematizou a metodologia de trabalho²⁰, uma fusão das técnicas e dos conceitos de jornalismo tradicional, aprendidos na faculdade, com a prática feita a partir das periferias para ensinar jovens jornalistas. Na “Agência Mural”, uma iniciativa semelhante é observada no *Clube Mural*, laboratório de prática e experimentos em jornalismo local e das periferias que realiza treinamento, acolhimento, produção, aprendizado e troca de experiências no campo do jornalismo local e hiperlocal.

No intuito de entender como a periferia é compreendida pelos jornalistas, Rovida (2020) faz a mesma pergunta para todos/todas sobre "o que significa periferia", em um esforço também de olhar de forma crítica para o termo. Na voz de jornalistas da *Agência Mural*, *Periferia em Movimento*, *Mulheres das Periferias*, *Desenrola e Não Me Enrola*, e *Alma Preta*, há pontos que convergem sobre essas respostas. A ausência do estado, a segregação espacial e social são denominadores comuns nesse entendimento, além da reconhecida falta de acesso a serviços públicos e a direitos sociais. Já a posição geográfica, afastada dos centros urbanos, não é um consenso. Há jornalistas que entendem que, para ser periferia, o território não pode estar no centro – neste caso, a região marginalizada poderia ser entendida como um bolsão de pobreza. Porém, outros profissionais entrevistados por Rovida consideram que, em determinados casos, a periferia também está marginalizada no centro da cidade. Thiago de Souza Borges, cofundador da Produtora de Jornalismo de Quebradas *Periferia em Movimento* diz: “A cidade não para de crescer, é difícil fazer essa delimitação.

²⁰ O trabalho pode ser acessado no link: <https://www.desenrola.org.br/voce-reporter-da-periferia> [Acesso em 20 de julho de 2024]

Eu prefiro usar a ideia de que quem faz a periferia são os sujeitos periféricos.” (Rovida, 2020, p.6) Além disso, Rovida destaca a noção de tempo na constituição do sujeito periférico:

A ideia de periferia inclui a noção de distância geográfica, o que faz bastante sentido em São Paulo, mas também é permeada pela perspectiva daquilo que está à margem do poder político e da própria comunicação. Nessa definição, Thiago inclui a ideia de periferia como tempo apresentada pelo pesquisador Tiarajú Pablo D’Andrea. É o tempo que você leva para acessar os direitos, como trabalho, ensino, saúde, entre outros. Nesse sentido, a subjetividade do sujeito periférico é, em grande medida, construída no ônibus, durante os longos períodos gastos no ir e vir pela cidade para ter acesso à estrutura de direitos sociais. A qualidade desse acesso é definida por camadas identitárias que estão além da questão geográfica. Para cada pessoa, a dificuldade no acesso e o tempo que se leva para alcançar as estruturas de direitos também sofrem alterações pelo perfil do sujeito, isto é, por outros traços de sua identidade. (Rovida, 2020, p.6)

Ser periférico não é, portanto, uma condição hegemônica. O pesquisador musical GG Albuquerque (2022) enfatiza isso ao dizer que a vida nas periferias e a relação com os territórios é muito dinâmica. Não há só uma periferia, ou uma forma de ser sujeito periférico.

Existem centros dentro das periferias, assim como também existem periferias dentro do centro, tanto do ponto de vista cultural, musical, artístico, quanto do ponto de vista da vida mesmo. Quem não conhece as favelas brasileiras não têm essa noção, mas dentro da favela você pode ter uma casa que o valor dela é X, e outra que o valor é 3X, dependendo de onde se localiza – se é mais próxima da avenida principal, se passa ônibus ou não. (Albuquerque, 2022, p.n²¹)

Destacar as pluralidades também constitui um papel do jornalismo, por vezes não tão lembrado, relacionados à ressignificar e revisar a memória no presente. Outro ponto importante a ser mencionado é que esses veículos não se pretendem nichados, ou seja, não existem para falar dos sujeitos periféricos apenas aos sujeitos periféricos. Pretendem extrapolar as geografias e, como é característico do jornalismo, estabelecerem-se como um lugar em que os diversos públicos conversam e se enxergam. Atualmente, os veículos periféricos servem muitas vezes como inspiração para pautas que depois aparecem na grande mídia. Embora haja de reforma recorrente a menção da mídia corporativa como contraponto, os veículos também buscam, segundo Rovida, uma criação de um espaço comunicacional próprio, em que até mesmo a esfera pública seja outra.

²¹ A citação foi extraída de uma entrevista feita por mim com GG Albuquerque e publicada no Nonada Jornalismo. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2022/11/gg-albuquerque-fala-sobre-a-imaginacao-radical-das-esteticas-perifericas-do-brasil/> [Acesso em 1 de agosto de 2024]

A proposta de transformar o espaço marginal em minha quebrada se estabelece como posicionamento ativista, político e engajado, por isso a transformação em curso é também simbólica e já representa mudanças de comportamento e de atitude. Ações diversas, em setores distintos, promovidas com essa perspectiva que enaltece as potencialidades periféricas são observadas, colecionadas e narradas por mediadores sociais que fazem da quebrada o cenário de suas pautas, endereço de suas redações e nicho de mercado preferencial. O jornalismo das periferias parece se constituir como parte desse lugar, mas, assim como o rap, extrapola os limites geográficos das franjas urbanas e se faz de vitrine para o restante da cidade. Os jornalistas, eles também são sujeitos que exploram as potencialidades periféricas em sua arte de tecer o presente, em sua forma de produção comunicacional. (Rovida, 2022, p.6)

A heterogeneidade dos fazeres reflete-se nas iniciativas midiáticas e, de certo modo, origina o jornalismo periférico. A fala dos jornalistas apresenta também esse entendimento, afinal, quem vive nas periferias sabe de suas especificidades. Ao contrário do que Lippmann (2008, p. 272) afirma, de que “sem padronização, sem os estereótipos, sem a rotina de julgamentos, sem a razoável dureza na desconsideração da sutileza, o editor morreria de excitação”, os veículos de periferia fazem o seu trabalho em uma contra-maré. Ou, melhor, navegam por outros mares.

4.2 Um outro modelo de negócio

As formas alternativas de se fazer jornalismo não vêm, porém, sem dificuldades. Estruturar-se em um campo onde os modelos de negócio já estão muito bem consolidados, em meio a mudanças aceleradas decorrentes da digitalização, traz aos novos veículos uma preocupação constante: a sustentabilidade financeira. Embora o ambiente virtual tenha se tornado um facilitador, permitindo o surgimento de inúmeros projetos novos na década de 2010, a manutenção da equipe e do conteúdo segue sendo um desafio tanto para os que começaram antes da expansão do digital como para quem se estabeleceu depois.

Há décadas pesquisando o jornalismo inserido no mundo do trabalho, Figaro (2017) nos sensibiliza através de seus estudos sobre a ideia de que compreender os processos comunicacionais significa olhar atentamente aos processos de trabalho. Em um material escrito por diversos autores²² e organizado por Figaro e Nonato (2017), apresenta-se a compreensão de que é possível entender as mudanças no jornalismo ao se estudar o mundo do trabalho dos jornalistas. Segundo o grupo, a busca de jornalistas por novos espaços decorre

²² O Capítulo utilizado nesta pesquisa é de autoria dos seguintes autores: Roseli Figaro, Ana Flávia Marques da Silva, Camila Acosta Camargo, Cláudia Nonato, Fernando Felício Pachi Filho, Jamir Kinoshita, Janaina Visibeli Barros, João Augusto Moliani, Michelle Roxo de Oliveira, Naiana Rodrigues, Rafael Grohmann, Thales Vilela Lelo. Publicação disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003051782.pdf> [Acesso em 20 de julho de 2024]

das injunções mercadológicas nas redações, reforçada por um modelo econômico de capitalismo informacional e financeiro (Sodré, 2017) que se presentifica nos modos de fazer jornalismo hoje. O objetivo dessas organizações, materializadas como coletivos, associações, pequenas empresas e outras formas de trabalho, é criar novas formas de sobreviver na profissão e se realizar.

Os veículos alternativos vêm testando vários métodos para obtenção de recursos financeiros, sendo essa uma característica do próprio mercado de comunicação contemporâneo, segundo Figaro (2021). Como analisa a autora, a produção jornalística efervescente tem sido marcada pelo imprevisto e a diversificação de rotinas, configurando os chamados "arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia". Já Rovida (2020) percebe que os veículos das periferias realizam uma profissionalização progressiva de seus veículos, em termos de financiamento e remuneração aos jornalistas. De modo geral, as iniciativas começam enquanto coletivos, sem salários para os colaboradores - que atuam de forma voluntária, como foi o caso da *Agência Mural* e do *Nós, mulheres das periferias*. Com o passar do tempo e o reconhecimento do trabalho realizado, profissionalizam-se, inscrevem-se em editais, recebem patrocínios, e passam a ter suas próprias equipes.

Em pesquisa realizada entre 2016 e 2018 pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-USP)²³, coordenado por Figaro, levantou-se características desses novos arranjos de trabalho jornalísticos, como uma alteração na noção de periodicidade da produção – parte significativa dos veículos de periferia não trabalha com *hardnews*, mas com matérias que levam mais tempo de apuração, as chamadas pautas frias e reportagens. Há também uma predominância do trabalho remoto e, de certo modo disperso, oferecendo maior flexibilidade aos profissionais - o que também, segundo Rovida (2020) e Figaro (2017; 2021), pode significar uma dupla ou tripla jornada do jornalista. Diversos profissionais relatam que, para manterem-se no veículo periférico, necessitam de um segundo emprego para que seja sustentável financeiramente. Entre as possibilidades de financiamento das iniciativas, as formas mais comuns elencadas por Figaro e Nonato (2017) são: crowdfunding (vaquinhas online), doações diretas dos leitores e costumam participar de editais públicos e privados. Outra característica identificada pelo CPCT é uma visão jornalística para além das editorias tradicionais. Essa perspectiva coincide com o que Nonato, Camargo e Pachi Filho (2020) afirmam sobre os arranjos produtivos locais, pois os temas voltados ao território, a comunidade e os cidadãos locais extrapolam as divisões usuais do modelo corporativo.

²³ A pesquisa completa está disponível em: <https://tinyurl.com/yha42n2y> [Acesso em 20 de julho de 2024]

O contraponto que as novas iniciativas jornalísticas fazem às tradicionais também se dá sob o ponto de vista econômico. O termo jornalismo independente surge, em muitos casos substituindo o uso de jornalismo alternativo, para diferenciar esse modelo de negócio que é "realizado sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, na perspectiva de contraposição à mídia convencional" (Reis, 2017, p. 194). Para Patricio e Batista (2020), a noção de independência parece estar relacionada exatamente ao contraponto que deve ser estabelecido entre o 'centro' e a 'periferia'. Ou seja, aqueles que se inserem na denominação 'centro' estariam vinculados ao poderio econômico e político que esquece as demandas da 'periferia'.

4.3 Agência Mural

“Você não está acostumado a ouvir tanta coisa boa sobre as zonas mais afastadas da cidade, não é mesmo?”, questiona um jornalista no vídeo de apresentação²⁴ da Agência Mural. E se as periferias forem narradas por elas mesmas, o que aconteceria? Foi mais ou menos isso que um grupo de jovens jornalistas se perguntou e apostou ao criar, em 2010, a Agência Mural como um suplemento, um blog, da Folha de S. Paulo para ampliar o escopo de informações das periferias da cidade. Cerca de 20 correspondentes locais, inicialmente voluntários, começaram a contar as histórias de seus bairros nas periferias da Grande São Paulo em um espaço dentro da Folha. Em 2013, começaram a ser remunerados pelo trabalho realizado. Em 2015, lançaram o próprio site e um nome para a organização, com CNPJ próprio, que estava nascendo: Agência Mural de Jornalismo das Periferias²⁵. E, em 2018, a organização foi formalizada, ganhando parceiros e equipe fixa. Em 2022, o blog Mural deixou de ficar hospedado na *Folha de S. Paulo* para se tornar independente do veículo, sendo financiado por fundações filantrópicas, o que possibilitou a criação de uma equipe permanente de editores que toma conta das principais frentes de trabalho do grupo²⁶.

Atualmente, são mais de 80 colaboradores espalhados pelos 39 municípios da RMSP e pelas quatro regiões da capital paulista, e um dos principais pré-requisitos solicitados aos candidatos para participar da iniciativa é ser morador da periferia. A Mural se apresenta, no site e em suas redes sociais²⁷, como uma iniciativa de jornalismo local que trabalha

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kUOM8Kmn4FI> [Acesso em 20 de julho de 2024]

²⁵ O site da Agência Mural é: <https://www.agenciamural.org.br/> [Acesso em 20 de julho de 2024]

²⁶ A história da Mural pode ser acessada em: <https://www.agenciamural.org.br/institucional/#nossa-historia> [Acesso em 20 de julho de 2024]

²⁷ O trabalho jornalístico da Mural também é veiculado no Instagram e no Twitter. Disponível em: <https://www.instagram.com/agenciamural/> [Acesso em 20 de julho de 2024]

"combatendo estereótipos e garantindo acesso à informação". A atuação do veículo é guiada por 10 princípios para a cobertura jornalística das periferias, explicitados no seu site, e que guiam os profissionais que trabalham na publicação. São eles: 1) Não use a palavra “carente”; 2) Tome cuidado com o sensacionalismo e evite clichês; 3) Fuja dos lugares-comuns ao falar sobre os moradores das periferias; 4) Nunca chegue em uma pauta tentando comprovar suas próprias teses; 5) Lembre-se que as crianças das periferias, e os moradores em geral, não são “coitados”; 6) Não se esqueça que os bairros localizados nas periferias fazem parte da cidade como qualquer outro bairro; 7) As periferias não são só violência e escassez de infraestrutura; 8) Não subestime a capacidade política dos moradores das periferias; 9) Não dê ouvidos somente para as fontes oficiais; 10) Nas periferias há níveis de renda distintos. Destacamos o princípio número 5, que vai ao encontro do tema desta pesquisa, isso é, a cobertura das infâncias na Agência Mural.

Segundo levantamento²⁸ realizado em 2023, a Mural conta com mais de 2,6 milhões de acessos às reportagens e entrevistas publicadas diariamente sobre as áreas de educação, emprego, política, cultura, entre outras. A Agência Mural, além do site, produz conteúdos jornalísticos para suas redes sociais, seu canal no YouTube e para tocadores de áudio. A iniciativa é o projeto de jornalismo periférico com maior número de correspondentes na cidade de São Paulo, pois reúne profissionais atuando em 30 dos 96 distritos da capital. Na região metropolitana, há jornalistas em 15 das 38 cidades que compreendem a região. As periferias, que abrangem aproximadamente 85% da população estimada pelas classes socioeconômicas C, D e E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram historicamente negligenciadas pela cobertura jornalística de qualidade. Essa presença abrangente da Agência Mural é destacada por Rovida:

De todos os arranjos jornalísticos pesquisados, a Agência Mural de Jornalismo das Periferias é sem dúvida o que melhor representa a pluralidade periférica. Sua configuração como um grande agrupamento de pessoas espalhadas pelas várias periferias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) permite essa diversidade, ao mesmo tempo que cria uma espécie de rede de jornalistas observando e narrando histórias de um território pouco noticiado, pouco alcançado na cobertura da imprensa tradicional. (Rovida, 2020, p.7)

Uma característica da Agência que merece destaque é a composição de sua redação. Dos chamados “muralistas”, jornalistas que atuam no veículo, 60,8% se autodeclararam pretos e pardos. O cenário é bastante diferente dos principais jornais do Brasil, como mostrou uma

²⁸ O relatório completo está disponível em:

<https://www.sescsp.org.br/noticias-sem-fronteiras-jornalismo-hiperlocal-e-os-impactos-nos-territorios/> [Acesso em 20 de julho de 2024]

pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (Gema) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A constatação foi de que, em 2021, 84,4% dos profissionais de comunicação dos três maiores jornais impressos do país, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, eram brancos. A importância de questionar esse cenário está presente naquilo que a iniciativa Enóis anuncia: “sem diversidade na redação é difícil ter um produto diverso, que registra e questiona a realidade a partir da visão da maioria da população”²⁹. Ou seja, quem está por trás do texto – ou, na verdade, no texto – importa, e é por essa razão que esta pesquisa utilizará a Análise de Discurso como método, como veremos logo adiante.

Como observado em outros veículos periféricos, a divisão de editorias da Mural é diferente da usual dos veículos de grande mídia. No site, a iniciativa contempla sete editorias, cujos nomes dialogam com uma linguagem jovem, popular e que aproxima o público. São elas: 1) Rolê (arte, cultura, gastronomia e esporte); 2) No Corre (economia e empreendedorismo); 3) Vale nota (educação, estudantes e professores); 4) Ponto a ponto (mobilidade e transporte público); 5) Sobre-viver (saúde e meio ambiente); 6) Democratize-se (política, serviço público e direitos humanos); e 7) Pode crer (textos opinativos e crônicas).

Paulo Talarico, diretor de treinamento e dados da Mural³¹, atuante no projeto desde o seu surgimento, explica à Rovida (2020, p. 6) o posicionamento editorial da Agência a partir de sua visão de que pautas positivas têm preferência: "Nós não negamos a violência, mas achamos que é preciso dar outra visão. A gente trata de problemas de infraestrutura, de mobilidade, mas não fala de violência. É política editorial." A Agência Mural é considerada uma espécie de modelo para veículos periféricos, segundo Rovida, pois ela também originou e influenciou outros coletivos através da saída de colaboradores, como é o caso da Nós, mulheres das periferias, fundado em 2014. Segundo Talarico (2020), a Agência Mural é um coletivo de comunicação sobre, por e para as periferias de São Paulo.

Hoje o veículo é formalizado como uma associação, seguindo um padrão que tem se tornado usual no jornalismo independente. Assim como outros veículos do mesmo grupo,

²⁹ A pesquisa, divulgada em maio de 2023, teve como enfoque o mapeamento da desigualdade racial nas redações brasileiras. Disponível em:

<https://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-raca-e-genero-de-quem-escreve-nos-principais-jornais-do-pais/> [Acesso em 20 de julho de 2024]

³⁰ Esse argumentação da Enóis está presente no Mapa do Jornalismo Local. Disponível em: <https://mapadojornalismolocal.enoisconteudo.com.br/sobre> [Acesso em 20 de julho de 2024]

³¹ Em 2020, quando entrevistado por Rovida, Paulo Talarico era editor-chefe de jornalismo da Agência Mural. Atualmente, o cargo do jornalista é a direção de treinamento de dados. As informações sobre a equipe do veículo podem ser consultadas em: <https://www.agenciamural.org.br/institucional/equipe/> [Acesso em: 1 de agosto de 2024]

como aqueles pertencentes Ajour - Associação de Jornalismo Digital (Ajour)³², o financiamento da Agência se efetiva através de editais de fomento nacionais e internacionais, apoios diretos e parceria com outras organizações. O relatório de impacto de 2023³³ do veículo explicita as diferentes formas de sustentabilidade financeira, como a parceria com o Greenpeace, e fundos jornalísticos estrangeiros, como o Consulado de Estados Unidos e o International Center for Journalists (ICFJ). Os novos arranjos econômicos, comentados anteriormente a partir de Figaro (2017), ficam visíveis na atuação da Mural. Destaca-se também que, ao invés de utilizar termos como jornalismo cidadão, ou comunitário, o editor de dados da Mural, Paulo Talarico, diz que o que fazem é "jornalismo e ponto". Ele segue, em entrevista à Rovida (2020, p.7): "Talvez não nos moldes do que seja um jornalismo perfeito, porque as pessoas não se dedicam exclusivamente a isso, mas contribuem com o debate e a gente busca aperfeiçoar o máximo. É jornalismo." A ênfase dada pelos membros em reafirmar o trabalho jornalístico realizado é decorrente de uma tendência de classificar as iniciativas como projetos sociais ou ativistas, quando, na verdade, surgem e se estabelecem como veículos de comunicação. A defesa do direito social à informação qualificada, centrada nas pessoas periféricas, é o que orienta os caminhos da Agência Mural.

³² Desde 2017, a Ajour atua como uma associação de organizações jornalísticas brasileiros. Atualmente, mais de 100 compõem o grupo. Disponível em: <https://ajor.org.br/sobre-a-ajor/#historia> [Acesso em: 1 de agosto de 2024]

³³ Ao final de cada ano, a Mural produz um relatório demonstrando as formas de financiamento e o impacto gerado pelo trabalho jornalístico realizado. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/leia-o-relatorio-de-impacto-2023-da-agencia-mural/> [Acesso em: 1 de agosto de 2024]

5 METODOLOGIA: O DISCURSO COMO UM MODO DE OLHAR

Nos capítulos anteriores, percebemos que, para o discurso, quem fala importa. Ou seja, é relevante que as crianças possam falar por elas mesmas, sem que outros – adultos, na maioria das vezes – as representem nas produções jornalísticas. No Capítulo 4 (*Jornalismos, no plural*), vimos que um sujeito periférico constrói histórias sobre as periferias que ainda não eram comumente contadas no ambiente midiático. Os dois primeiros capítulos desta pesquisa convergem para o entendimento comum de que ser parte de um lugar produz impacto naquilo que é contado. Tais percepções indicam que o discurso não é transparente, ou neutro, mas, atravessado por uma série de variáveis, como as condições de produção. Ao reconhecer esses fatores, a Análise de Discurso (AD) tornou-se o método mais compatível para esta pesquisa, por reconhecer as dimensões históricas e sociais que se articulam no fazer comunicacional, e especialmente jornalístico. Neste capítulo, adentraremos esta abordagem teórica-metodológica a partir dos principais conceitos da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, conforme autores como Orlandi (1999; 2001), Benetti (2007; 2008; 2016), Pêcheux (1969, 1990) e Maingueneau (2015).

5.1 Análise de discurso: uma encruzilhada de relações

Foi do cruzamento entre Psicanálise, Materialismo Histórico e Linguística que a Análise de Discurso (AD) se originou. O entendimento que a funda é o de que o discurso não existe à-priori, nem mesmo é estanque, pois depende de relações complexas estabelecidas entre sujeitos (Benetti, 2007). Esse princípio, também chamado de dialogismo, explicita que os sentidos não estão intrinsecamente em um texto e só existem quando há sujeitos envolvidos no processo comunicacional. Ou seja, as apreensões sociais acerca das infâncias, por exemplo, são fruto de discursos construídos sócio-historicamente, a partir de ideologias que nem sempre podemos perceber. Essas estão lá, em qualquer discurso, mesmo que não aparentam estar.

Para Pêcheux (1990), idealizador da AD, o discurso é um efeito de sentidos entre interlocutores, ou seja, embora a sensação é de que nós nos relacionamos com o texto, na perspectiva da Análise de Discurso, a relação é sempre intersubjetiva. Assim, o texto é diferente do discurso, porque é uma materialidade discursiva em potência.

Nesta forma de pensar, entende-se também que, diante do discurso, o sujeito não é totalmente livre, nem totalmente condicionado. Ao ler um texto, nos deparamos com uma

série de intenções e antecipações. Quem escreve (ou elabora) antecipa um futuro leitor (ou expectador). Quem lê (ou consome conteúdos, de modo geral) faz seus próprios julgamentos – ou interpretações – sobre aquele texto. Esse jogo de relações está presente na AD tendo como base as formações imaginárias.

Se olharmos para as três áreas do conhecimento que originam à AD, elucida-se muito de como se dá o seu desenvolvimento. Como uma de suas raízes é o marxismo, a história e as relações de poder ocupam uma centralidade na análise. Não há discurso sem suas implicações históricas e sociais, o que para AD é chamado de interdiscursividade. Embora, muitas vezes, pareça que o que dizemos é apenas fruto de nossas individualidades, do nosso "eu", a Análise de Discurso defende que, mesmo quando não percebemos, somos feitos de um emaranhado de outros, discursos e sujeitos, que nos compõem. Ao nos expressarmos, levamos conosco o "já ouvido" e o "já dito", como lembra Bressan (2020) ao citar Pêcheux (1990). Quando falamos, nossas ideologias falam conosco.

É por essa razão também que a metodologia escolhida dialoga com o problema desta pesquisa, pois estamos olhando de forma conjugada para as construções comunicacionais, jornalísticas, linguísticas, ao mesmo tempo em que percebendo como o discurso se faz por suas condições de produção. Os lugares sociais que as pessoas ocupam, posicionam-se, estão entrelaçados aos processos discursivos. Para Benetti (2016, p.237), "não há como pensar o funcionamento de qualquer discurso sem considerar que os sujeitos envolvidos se movimentam e ocupam posições que lhe são anteriores". A autora explica, fundamentada em Pêcheux, que o discurso é sempre mediado por antecipações. Entendemos assim que o discurso é: 1) Fruto de construções sociais; 2) Feito de outros discursos, e por isso interdiscursivo; 3) Opaco, ou seja, os sentidos estão no próprio texto, não são naturais, nem literais, e estão sempre em movimento; 4) Produto de escolhas, recortes, lembranças e esquecimentos, mesmo que isso não fique aparente na camada mais superficial de leitura.

Para Maingueneau (2015), o discurso é uma forma de ação. Isso quer dizer que ele é uma prática e tem impacto material no mundo. Contempla o simbólico, mas está para além dele. Percebe-se, portanto, que a AD caminha em direção oposta a qualquer suspeita de neutralidade da linguagem, já que reconhece que tudo que é dito está embebido de uma ideologia. Esse conceito, central para os estudos da AD e muito conhecido nas ciências sociais, se relaciona com o imaginário, a cultura e a história. É uma forma de pensar que se afasta de uma noção de "sujeito essencializado", "puro", ou como ponto zero do discurso, pois considera que o inconsciente e as construções ideológicas compõem o ato discursivo.

Quando a pauta de um jornalista é relacionada às periferias dos Brasil, suas noções prévias sobre os sujeitos periféricos estarão, de alguma forma, presentes no texto. O mesmo ocorre quando um jornalista entrevista uma criança. Qual a forma de se colocar diante dela? Qual relação é estabelecida? A produção que advirá desse momento também, de algum modo, transparece a formação ideológica desse profissional, ou do veículo jornalístico, sobre as infâncias. A ideologia funciona de modo em que é possível vê-la pelas frestas:

A ideologia é um ritual com falhas e, como dissemos, a língua não funciona fechada sobre si mesma, ela abre para o equívoco. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos (P. Henry, 1994) face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização, o acontecimento, e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites. (Orlandi, 2001, p.103).

Para AD, há uma importância dada à exterioridade, ou seja aos contextos e condições produtivas em relação ao discurso produzido. Ao pensar na produção jornalística das periferias, por exemplo, o pertencimento ao território, a relações dos jornalistas com seus lugares de origem, diferenciam o trabalho realizado por essas iniciativas dos discursos produzidos nas redações tradicionais. O discurso é, portanto, relacionado às suas condições de produção (Pêcheux, 1990), sejam elas referentes às circunstâncias de enunciação ou ao contexto sócio-histórico-ideológico (Orlandi,1999). É como se, ao olhar para a camada discursiva, houvesse uma seta que apontasse para fora – dimensões não tão visíveis, que demandam olhares mais atentos e, claro, analíticos, para aparecerem.

Com um texto³⁴ em mãos, o pesquisador que utiliza AD busca identificar e mapear os sentidos presentes naquele conjunto, não de forma isolada, mas reunindo semelhanças e convergências. Inicialmente elaborado por Foucault, o conceito de formação discursiva (FD) guia o trabalho realizado em uma AD, pois identifica regiões de sentido presentes em um texto. Uma FD é, segundo Benetti (2016, p. 240), lembrando a definição clássica de Pêcheux, "aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito, em uma posição dada". Em outras palavras, as formações discursivas são como reuniões de sentido que conversam entre si e que formam uma unidade. O jornalismo, por exemplo, dependendo da pesquisa, pode ser considerado uma FD, pois contém dentro de si limites discursivos que o caracterizam. O discurso da Igreja Católica também poderia ser considerado uma FD, reunindo um discurso que tem uma coerência interna, identificada pela sociedade como

³⁴ Não se refere a textos escritos apenas, mas também à linguagem oral, visual ou audiovisual.

própria. Ou seja, existe aquilo que pode e deve ser dito pelo discurso jornalístico e o que pode e deve ser dito pelo discurso da Igreja.

Para identificar as formações discursivas, é necessário partir de uma pergunta, um problema de pesquisa, que direcione o olhar do analista para encontrar as regiões de sentido. Quando percebidas repetições, o pesquisador depara-se com as chamadas *paráfrases discursivas*, importantes para AD, pois, segundo Benetti (2007), são elas que nos permitem enxergar os sentidos dominantes, hegemônicos, de um *corpus*. As paráfrases discursivas são repetições de sentido dentro de um texto. Há também a *polissemia*, um movimento contrário, em que se observa aquilo que se difere no texto, dando a ver as quebras, as rupturas e as aberturas para novos sentidos. Enquanto a paráfrase olha para a continuidade, a polissemia se dedica à irregularidade.

O interesse em utilizar a AD está justamente neste lugar, pois é preciso o nosso encontro com o texto para que os sentidos começam a brotar. Somente a partir do momento em que passamos a lançar nossas perguntas, é que as profundezas do discurso começam a acontecer. É como se elas estivessem adormecidas, adquirindo movimento através dos processos de destrinchar, de transformar os textos em objetos de pesquisa. É neste momento em que deixamos "o objeto falar" (Benetti, 2016):

A Análise de Discurso é guiada por esta questão: *como um discurso funciona?* O texto é percebido como o resultado de um processo. O texto é tomado, pelo analista de discurso, como um objeto opaco, complexo, e não evidente, que irá ser questionado em busca de seus sentidos, sujeitos ou relações, o que significa levar em consideração os processos que possibilitaram sua existência. (Benetti, 2016, p.243)

Outro aspecto importante para compreensão das FDs é o entendimento de que elas funcionam como núcleos e são uma espécie de filiação a um campo de ideias, uma "tomada de posição" que está incorporada no texto. O que diferencia um sentido de outro é justamente essa mudança de filiação, porém nem sempre essas diferenças são rígidas. As FDs são porosas, ou seja, há também um nível de contradição (Courtine, 1981) e de incompletude esperados nas análises. As FDs são formas de se posicionar e, por isso, mostram uma relação indissociável entre sentido e sujeito (Pêcheux, 1990). Não há um sem o outro. Dessa forma, as FDs se relacionam, mostrando que sempre haverá um interdiscurso. Uma FD nunca é totalmente fechada em si mesma.

Como visto no começo deste tópico, também não há discurso sem sujeito. Dentro das FDs, aqueles que enunciam ocupam *posições-sujeito*, que são as marcas que o sujeitos deixam através do próprio discurso, ou, em outras palavras, às construções discursivas aos quais se

associam. Essas, assim como diversos conceitos da AD, não são estanques, pois um mesmo indivíduo pode ocupar *posições-sujeito* diferentes dependendo do contexto em que se insere. Em matérias jornalísticas, uma mesma criança pode ocupar, no discurso construído pelo jornalista, a *posição-sujeito* de celebridade, como é frequente no jornalismo, e também uma *posição-sujeito* de criança fragilizada, ou vulnerabilizada. Portanto, a posição que o sujeito ocupa “[...] comporta alguma mobilidade; bem como a possibilidade de desidentificação e de contra-indicação, enquanto modos de articular e apresentar os discursos de uma determinada região discursiva” (Campos; Alquati, 2020. p. 284).

As *posições-sujeito* são, em definição, os lugares de identidade do discurso, onde manifesta-se uma espécie de tríade que sempre caminha junto na AD: sujeito-língua-história. Tudo aquilo que é enunciado, os chamados “pontos de vista”, estão calcados em associações maiores que extrapolam o indivíduo, como enfatiza Orlandi (2001, p. 102): “Quando dizemos que o sujeito para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, na produção de sentidos.” Para Campos e Alquati (2020), a existência de um sujeito, no discurso, refere-se justamente a uma posição que ele ocupa dentro de uma FD.

A Análise de Discurso serve de alicerce teórico para objetos de diferentes áreas do conhecimento, porém o seu encontro com o jornalismo se dá a partir da compreensão de que "o jornalismo é, entre outras definições, possíveis, um discurso" (Benetti, 2008, p.13). Sendo esse um campo com particularidades e especificidades, Benetti entende que o ponto de vista comunicacional é o mais adequado para visualizar o jornalismo dentro da AD. Assim como o discurso não é isolado, alheio às construções sociais do mundo, o chamado “Horizonte Social da Linguagem” tal qual diz Bakhtin (1996), as produções jornalísticas, também não são. Benetti (2007) elucida o papel do jornalismo na solidificação ou rompimento de sentidos, sempre em um processo de mútua interferência – como é uma Ouroboros, cobra que persegue o próprio rabo, já mencionada anteriormente. Não é apenas a realidade que incide sob o jornalismo, nem o oposto. Ambos os processos acontecem em simultâneo. Este modo de pensar dialoga com a Teoria Construtivista, a qual evidencia o poder de agência dos jornalistas sobre aquilo que é veiculado.

O jornalismo é um modo de conhecimento: ele tanto produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outros atores. Mas o conhecimento não pode ser apenas transmitido, ele é recriado. (Meditsch, 1997). Nesse processo, o jornalismo lança mão de mapas culturais de significado (Hall, 1993) que existem na sociedade e ajuda a reforçá-los ou apagá-los,

contribuindo para o estabelecimento de consenso a respeito de valores e atitudes. (Benetti, 2007, p.110)

Se o jornalismo – e o jornalista – constrói sentidos, podemos percorrer os caminhos para nos aproximarmos deles a partir de nosso problema de pesquisa. A forma metodológica de encontrar os sentidos em um texto é mapear as sequências discursivas (SDs), fragmentos dos textos que compõem o corpus da pesquisa e se relacionam com seu objetivo, e agrupá-las por meio das paráfrases. Uma maneira de fazer a análise é identificar regiões de sentido existentes, ou seja, as FDs presentes em um texto. Aqui, no entanto, nosso caminho metodológico foi outro. Como a ideia era ver a forma como a Agência Mural representava as crianças de territórios periféricos em seus textos – e não os sentidos sobre o que é ser criança neste lugar discursivo –, e mais, como elas eram representadas a partir de suas próprias falas nas reportagens, consideramos o jornalismo periférico de São Paulo produzido pela publicação como uma FD e buscamos identificar as *posições-sujeitos* ocupadas pelas crianças por meio de suas falas. Portanto, foram consideradas sequências discursivas somente as falas das crianças entrevistadas, de modo direto ou indireto.

Como vimos, a partir da Análise de Discurso, o pesquisador pode seguir movimentos analíticos próprios, desde que relacionados com o problema de pesquisa que quer responder e realizados de forma transparente e rigorosa. Não à toa há uma semelhança com o processo de análise psicanalítica, fundado em bases históricas e teóricas, mas também feita e renovada através da especificidade de cada encontro e das subjetividades envolvidas. Isso significa que toda análise é única, e que mesmo que dois pesquisadores se debruçam sobre um mesmo objeto, os caminhos e categorias definidoras podem terminar diferentes. É o que Orlandi (1999) diz sobre a AD, ao defini-la como um "gesto de interpretação". Gesto, no contexto artístico, por exemplo, denomina uma ação cuja intenção é um movimento de abertura. Não há pretensão de ser um fechamento, mas, sim, de instaurar-se como um movimento que abre e convida a novas possibilidades de leitura. É assim que encararemos a análise do objeto desta pesquisa: como um gesto - movimento que instiga, inicia, e não finda em si mesmo.

5. 2 Construção do corpus: sete reportagens

O gesto de interpretação desta pesquisa teve início com o processo de escolha das reportagens da Agência Mural que comporiam o *corpus* de análise. Para isso, foi necessário me perguntar qual era a forma mais adequada de visualizar as representações das crianças neste veículo periférico escolhido, cuja atuação é expressiva em termos de abrangência

territorial nas periferias de São Paulo. A seleção foi guiada pela lembrança que na sua etimologia, infância é a idade do não-falante, o que, segundo Sarmento (2005, p.388) “transporta simbolicamente o lugar do detentor do discurso inarticulado”. Há também o entendimento compartilhado por diversas pesquisadoras (Marôpo, 2015; Doretto; Furtado, 2020; Tomaz, 2023) de que no contexto jornalístico a representação infantil é escassa e predomina a escolha de crianças como fontes enquadradas enquanto vítimas, beneficiárias de políticas governamentais ou alvos de preocupação. Além disso, “os adultos sobrepõem os seus pontos de vista e as crianças são silenciadas enquanto sujeitos de interesse político e social” (Marôpo, 2015, p.9). Assim, partindo desses entendimentos, a decisão de pesquisa foi escolher reportagens em que as crianças fossem fontes protagonistas, ou seja, que suas falas fossem consideradas.

O primeiro passo foi a pesquisa, através da ferramenta de busca no site da Agência Mural, das palavras-chave “criança” e “infância”. A busca resultou em um total de 53 e 218 matérias, respectivamente, distribuídas nas sete editorias do veículo. Houve reportagens que coincidiram nas duas buscas. O critério de exclusão foi feito identificando as produções jornalísticas que falam de infância, mas não a partir da perspectiva das crianças. Diversas reportagens encontradas na busca inicial tratavam de adolescentes, ou jovens periféricos, como, por exemplo, as reportagens “Gravidez na adolescência: jovens de Cidade Tiradentes discutem desafios e perspectivas da maternidade”³⁵, publicada em 2024; Estudantes e professores se mobilizam para combater evasão e melhorar ensino em Cidade Tiradentes, publicada em 2024³⁶; “Jovens negras apontam caminhos para o futuro”³⁷, publicada em 2021; Nessas, à infância eram mencionada a partir de memórias das jovens entrevistadas.

O filtro também mostrou reportagens em que a infância é citada a partir de dados, ou conteúdos explicativos, onde a centralidade não são as falas ou experiências das crianças. Neste material total, também foram descartadas matérias consideradas “de serviço” ou “explicativas”, como por exemplo, “Por que São Paulo vai celebrar o Dia da Menina?”³⁸, publicada em 2023; “Como fazer a matrícula em uma creche de São Paulo?”³⁹, publicada em

³⁵ Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/gravidez-na-adolescencia/> [Acesso em 22 de julho de 2024]

³⁶ Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/jovens-apontam-caminhos-para-o-futuro/> [Acesso em 22 de julho de 2024]

³⁷ Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/jovens-apontam-caminhos-para-o-futuro/> [Acesso em 22 de julho de 2024]

³⁸ Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/por-que-sao-paulo-vai-celebrar-o-dia-da-menina/> [Acesso em 22 de julho de 2024]

³⁹ Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/como-fazer-a-matricula-em-uma-creche-de-sao-paulo/> [Acesso em 22 de julho de 2024]

2023; “Afim, o que é primeira infância?”, publicada em 2020⁴⁰; “5 dados do mapa que escancaram a desigualdade na primeira infância”⁴¹, publicada em 2020.

Outras matérias retiradas do escopo foram textos relacionados a lançamentos para crianças, como filmes, livros infanto-juvenis, games e propostas artísticas, pois não apresentavam entrevistas com meninos e meninas. Alguns exemplos são as notícias “Artista periférica ilustra livros sobre racismo e feminismo para crianças”⁴², publicada em 2023, e “Game para celular exalta a representatividade da criança nas periferias”⁴³, publicada em 2020. Assim, excluindo matérias que não dialogam com o recorte desta pesquisa, ficaram definidos os seguintes critérios para seleção: a) reportagens em que pelo menos duas crianças eram fontes; b) reportagens de diferentes editorias da Agência Mural; c) reportagens publicadas entre 2024 e 2018, ano em que a Agência Mural tornou-se uma organização própria, descolando-se progressivamente do trabalho realizado na Folha de S. Paulo. Portanto, todos os textos analisados são reportagens – e não notícias ou textos opinativos. A escolha por reportagens em que o número de fontes crianças fosse maior do que um reside na sustentação teórica de que as crianças costumam ser ouvidas mais no campo dos problemas individuais (Marôpo, 2009), logo se torna importante descobrir se é possível obter mais pluralidade nas representações infantis em reportagens mais amplas, que tratam de questões sociais coletivas. Cheguei, então, a partir desses parâmetros, no corpus consolidado de sete reportagens (Tabela 1). É importante lembrar que esse número de sete textos não representa, necessariamente, a quantidade total de reportagens com crianças fontes neste período, pois outras podem ter escapado à indexação feita. Em seguida, apresento o resumo do conteúdo de cada texto para melhor compreensão do corpus (Tabela 2).

⁴⁰ Disponível em <https://www.agenciamural.org.br/afim-o-que-e-primeira-infancia/> [Acesso em 22 de julho de 2024]

⁴¹ Disponível em:

<https://www.agenciamural.org.br/5-dados-do-mapa-que-escancaram-a-desigualdade-na-primeira-infancia/>

[Acesso em 22 de julho de 2024]

⁴² Disponível em:

<https://www.agenciamural.org.br/game-para-celular-exalta-a-representatividade-da-crianca-nas-periferias/>

[Acesso em 22 de julho de 2024]

⁴³ Disponível em:

<https://www.agenciamural.org.br/game-para-celular-exalta-a-representatividade-da-crianca-nas-periferias/>

[Acesso em 22 de julho de 2024]

Tabela 1 - Corpus empírico da pesquisa

Texto	Data	Título	Editoria	Crianças entrevistadas	Link para Reportagem
T1	30.1.24	Falta de contato com natureza pode impactar no desenvolvimento de crianças das periferias	Sobre-viver	4	https://www.agenciamural.org.br/transtorno-de-deficit-de-natureza/
T2	20.4.23	Rap, mantra e giras: Crianças de 7 religiões contam como praticam a fé em meio ao cenário de intolerância	Democratize-se	7	https://www.agenciamural.org.br/especiais/criancas-de-7-religoes-contam-como-praticam-a-fe-em-meio-ao-cenario-de-intolerancia/
T3	28.9.22	O que as crianças das periferias de São Paulo esperam do próximo governo	Democratize-se	3	https://www.agenciamural.org.br/o-que-as-criancas-das-periferias-de-sao-paulo-esperam-do-proximo-governo/
T4	26.10.21	Crianças relatam saudade dos amigos e 'medo do corona' na volta às aulas presenciais	Sem editoria (Série especial: Educação nas periferias)	4	https://www.agenciamural.org.br/volta-as-aulas-criancas-periferias-sp/
T5	6.10.20	Sem aula e sem comida: O impacto da pandemia nas crianças imigrantes de Guaianases, na zona leste de SP	Sem editoria	2	https://www.agenciamural.org.br/especiais/criancas-imigrantes-pandemia-sp/
T6	11.10.19	Crianças falam e desenham o que mais gostam nos bairros onde vivem	Sem editoria	6	https://www.agenciamural.org.br/criancas-falam-e-desenam-o-que-mais-

					gostam-nos-bairros-onde-vivem/
T7	12.10.18	O que as crianças pensam sobre o Dia das Crianças	Democratize-se	12	https://www.agenciamural.org.br/o-que-as-criancas-pensam-do-dia-das-criancas/

Fonte: Autoria própria

Tabela 2 - Resumo dos textos

Texto (T)	Resumo
T1	A reportagem aborda a importância do contato de crianças com a natureza. A pauta se desdobra a partir da pesquisa de um especialista sobre o “o transtorno de déficit de natureza”. As crianças entrevistadas relatam suas relações com os espaços ao ar livre, as brincadeiras e a falta que sentem de terem mais lugares para brincar. As mães das crianças são ouvidas como fontes, assim como pesquisadoras da área.
T2	A reportagem especial aborda a relação de sete crianças com suas religiões. Cada criança, detalha a sua rotina, o seu modo de pensar, e fala sobre o funcionamento de rito que faz parte. O texto de cada criança pode ser entendido como um “perfil” curto, pois é focado na vida e na história das meninas e meninos entrevistados. Não há entrevista com responsáveis ou especialistas.
T3	A reportagem tem como gancho as eleições de 2022 e parte da escuta das percepções de menino e meninas das periferias de São Paulo sobre os candidatos, as propostas e os problemas da cidade. Apenas as crianças são entrevistadas. No final da matéria, há uma lista informativa sobre as propostas dos então candidatos ao governo de São Paulo para as crianças.
T4	A reportagem faz parte de uma série especial produzida pela Agência Mural sobre a educação durante a pandemia. Nela, as crianças relatam o medo de voltar às aulas, já que um decreto permitia o retorno em junho de 2021. A matéria escuta professores, especialistas e as próprias crianças sobre os sentimentos em relação ao retorno.
T5	A reportagem conversa com famílias imigrantes sobre as dificuldades da pandemia em suas vidas. As crianças relatam a mudança na rotina e os pais as questões financeiras do período. A reportagem escuta especialistas sobre as desigualdades que acometem os imigrantes em São Paulo.
T6	A reportagem entrevista crianças de diferentes bairros de São Paulo e Região Metropolitana para saber quais são os lugares que frequentam e que mais gostam nas proximidades onde vivem.

T7	A reportagem entrevista crianças de diferentes bairros de São Paulo e Região Metropolitana para saber os pensamentos de meninos e meninas sobre o Dia das Crianças e as expectativas em relação à data
----	--

Fonte: Autoria própria

Tendo apresentado o corpus da pesquisa, parto, agora, para análise das reportagens.

6 ANÁLISE: QUANDO AS CRIANÇAS SE POSICIONAM

A especificidade do objeto desta pesquisa está em, como visto nos capítulos anteriores, tratar-se da junção de dois grupos que não são historicamente vistos pelo jornalismo por meio de suas faltas – as crianças, pela negação da adultez e, muitas vezes, de capacidades de articulação, e os sujeitos periféricos, pela sistemática noção de precariedade e escassez que lhes é atribuída. Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise, divididos em duas partes. A primeira mostra como a voz das crianças aparece nas reportagens, em termos de apresentação do discurso. No segundo tópico, e mais extenso, foram mapeadas as sequências discursivas e as *posições-sujeito* que meninos e meninas ocupam na Agência Mural ao longo de sete anos, nas reportagens em que são fontes.

É importante destacar que a fala da criança, quando publicada na Agência Mural – ou em qualquer veículo – tem uma intermediação do jornalista. Ou seja, existe uma edição, uma participação de outro(s) sujeito(s) na elaboração do texto final das reportagens – como é comum nas produções jornalísticas. Entretanto, considero que, mesmo que haja esse atravessamento, é possível identificar a posição-sujeito que as crianças ocupam nesse discurso. Também considero que, pelos seus princípios, por ter um conselho executivo formado por profissionais de destaque em suas áreas e jornalistas mentores⁴⁴, a Agência Mural demonstra uma preocupação em representar os sujeitos periféricos de um modo diferenciado em relação à grande imprensa. De qualquer forma, existe essa intermediação dos jornalistas em todas as reportagens, o que não considero que prejudique a identificação das posições-sujeito ocupadas pelas crianças.

6.1 A voz das crianças

O primeiro movimento de análise realizado foi a visualização das falas das crianças das periferias de São Paulo. Antes de compreender quais *posições-sujeito* elas ocupam, é importante perceber como suas vozes são incluídas nos textos da Agência Mural, descobrindo se elas são de fato incluídas ou excluídas. As categorias de análise foram as seguintes: se falam de forma direta, através da reprodução das citações entre aspas, entende-se como discurso direto; se suas falas são apresentadas pela voz do jornalista, entende-se como

⁴⁴ O conselho é formado por jornalistas e pesquisadoras, inclusive, referências do campo do jornalismo infante-juvenil, como Juliana Doretto. A composição do quadro pode ser visualizada em: <https://www.agenciamural.org.br/institucional/equipe/#conselho> [Acesso em 1 de agosto de 2024]

discurso indireto; se as falas das crianças são colocadas na voz de um adulto, entende-se como discurso híbrido (Furtado, Garcia e Bressan, 2022). O conceito das pesquisadoras define situações em que um adulto declara algo que a criança falou. O levantamento quantitativo indicou a ausência de discurso híbrido nas produções jornalísticas em que as crianças são fontes na Agência. A predominância (59%) é da utilização de discurso direto, ou seja, de citações completas, conforme exposto na Tabela 3:

Tabela 3 - A inserção das falas das crianças

Texto	Discurso Direto	Discurso Indireto	Discurso Híbrido	Total
T1	6	0	0	6
T2	30	25	0	54
T3	10	12	0	22
T4	8	5	0	13
T5	3	1	0	4
T6	6	2	0	7
T7	15	8	0	23
Total:	78	53	0	131

Fonte: Autoria própria

É relevante observar que esse levantamento inicial mostra que há espaço para a voz das crianças nas reportagens da Mural, inclusive com um número significativo de citações, diferentemente de outras análises sob a perspectiva dos estudos da infância, que mostram que a voz da criança é raramente incluída em veículos tradicionais. A noção de importância em ter espaço para falar, que no jornalismo escrito seria o equivalente às citações, é crucial para a inclusão das crianças. Tomaz (2023, p.3) exemplifica isso ao dizer que “é fundamental para as crianças se presentificarem por meio de uma visibilidade midiática. Mas também serem social e politicamente reconhecidas, por meio de vozes audíveis, em suas singularidades, para que suas demandas atinjam o debate público.”

Não basta ter a sua voz incluída, defende a pesquisadora, mas ela precisa ser audível, o que poderíamos pensar como “considerada”. Pensando que as crianças vivem em territórios periféricos de São Paulo, há também uma outra camada que se soma: sujeitos periféricos (D’Andrea, 2013) lutam para falar sobre si. Ter a sua voz audível, e não apenas a sua história

contada por *outrem*. É assim que o fato de não haver registro de discurso híbrido nas reportagens pode significar uma centralidade dada às falas, aos sujeitos periféricos que elaboram as suas experiências, que, no caso desta pesquisa, são as crianças periféricas.

Também podemos interpretar a ausência de adultos falando por crianças como uma posição não-adultocêntrica do jornal. O adultocentrismo, a perspectiva que toma o adulto como ápice dos processos de desenvolvimento (Gouvea, 2007), expresso no discurso noticioso, colabora para uma prática em que coloca a criança reincidentemente como alguém incapaz de elaborar por si seus próprios pontos de vista. Na revista *Veja*, por exemplo, as pesquisadoras Furtado, Garcia e Bressan (2022) analisaram 52 revistas, publicadas em 2019, em que apenas oito apresentam a fala de um total de nove crianças. Nesse conjunto observa-se o contrário da Agência Mural, há uma maior presença do discurso híbrido. Em metade das reportagens são adultos (responsáveis ou especialistas) que falam pela criança, ou seja, existe uma desconsideração da criança enquanto fonte jornalística.

Nota-se também que, em todas as reportagens analisadas na Agência Mural, as crianças aparecem identificadas com o nome completo, a idade e a comunidade que pertencem em São Paulo. Elas não são vistas como “crianças da periferia”, ou de “qualquer periferia”, mas há a especificidade do lugar e a informação, além do nome da comunidade, da região da cidade em que fica (Zona sul, Zona Leste, Zona Norte, etc). A constatação difere de uma série de veículos analisados em outras pesquisas, como a revista *Nova Escola* (Furtado, 2022) e a revista *Veja* (Furtado, Garcia e Bressan, 2022). Nesses, há uma tendência de colocar apenas o primeiro nome da criança, sem o sobrenome, o que a torna, em muitos casos, “crianças alunos genéricas” (Ponte, Afonso, 2009, p. 40). Segundo Furtado (2022), há algumas razões possíveis para justificar o porquê de, ao contrário de quaisquer outras fontes jornalísticas que recebem nome e sobrenome nas matérias, acontecer o oposto quando as crianças são entrevistadas. Uma delas seria a noção de proteção, já mencionada no capítulo *Infâncias, no plural*, adotada pela imprensa através de seus manuais de redação. A outra possibilidade pode indicar a desconsideração dos pontos de vistas das crianças pelos jornalistas, o que provocaria uma certa “indiferença” sobre determinadas informações dos infantes:

A outra hipótese para que os sobrenomes de crianças muitas vezes não sejam expostos é a de que, realmente, elas não sejam consideradas pelos jornalistas – e às vezes até por seus responsáveis – como cidadãs com competência social. Portanto, nessas ocasiões, mesmo que a voz da criança seja incluída, ela não está totalmente inserida no texto como a única pessoa que é, com seu nome completo que a identifica como fonte competente para o jornalismo. (Furtado, 2022, p.8)

Logo, o fato de as crianças serem apresentadas em suas singularidades pode também ser visualizado como uma forma de combate à ideia de criança universal, concepção cujas raízes são históricas e eminentemente ocidentais. Quando meninos e meninas são conhecidos por seus nomes e sobrenomes – não apenas quando são famosas –, em alguma escala, pode-se intuir que suas subjetividades estão sendo reconhecidas de forma mais íntegra, mais humanizada. Para Araújo e Dias (2019, p.4) conceber a criança como um ser integral significa percebê-la como alguém “que elabora, refuta e reconstrói hipóteses acerca de si e do mundo à sua volta”. Em especial para crianças negras, das periferias, e de outros grupos sub-representados no jornalismo, ter suas identidades contempladas é também uma forma de reparação. Pode-se também pensar que, além das individualidades, as crianças que vivem nas periferias do Brasil estão suscetíveis às questões estruturais do país, como a Violência de Estado (Nogueira, 2020).

No Rio de Janeiro, dados da ONG Rio de Paz⁴⁵ mostraram que 12 crianças foram assassinadas em 2020 – uma por mês. Todas eram negras e moradoras de periferias. Trago esse dado para complexificar o que significa também ouvir as crianças em um país que é violento com seus corpos e seu direito à vida. Segundo o mesmo instituto de pesquisa, crianças negras morrem 3,6 vezes mais por arma de fogo do que as não negras. O pesquisador Nogueira (2022) chama essa realidade de necroinfância, em alusão ao termo necropolítica de Mbembe (2011). Chama atenção que, nos momentos de morte violenta, que tomam grandes proporções midiáticas, os nomes, e em geral suas fotos, ficam conhecidas no país. Segundo Nogueira (2022, p.n⁴⁶) “a necroinfância pode ser definida como o conjunto de práticas, técnicas e dispositivos que não permitem que as crianças negras gozem a infância”. Embora a política editorial da Agência Mural opte por não tratar da violência nos territórios periféricos, ao analisar a representação das crianças, tornou-se importante aprofundar os contextos em que vivem as suas infâncias, já que a Análise do Discurso considera as condições de produção e a exterioridade dos discursos fundamental para que eles sejam compreendidos. Ainda conforme Nogueira (2022, p.n) “se a morte de crianças negras é resultado de uma infância que não as acolhe, precisamos alargar a infância e fazer com que elas estejam dentro”.

⁴⁵ O resultado da pesquisa foi noticiada por veículos jornalísticos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/11/criancas-baleadas-rio-de-janeiro-levantamento-fogo-cruzado.htm#:~:text=A%20ONG%20Rio%20de%20Paz,o%20estudo%20do%20Fogo%20Cruzado>) [Acesso em 1 de agosto de 2024]

⁴⁶ A citação foi extraída de um texto escrito por Nogueira para o Portal Lunetas, especializado em jornalismo infante-juvenil. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/> [Acesso em 1 de agosto de 2024]

Em uma reportagem da *Veja* analisada por Furtado, Garcia e Bressan (2022), a pauta é o assassinato da menina Ágatha Vitoria Sales Félix, em 2019, aos 8 anos, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Embora a matéria fosse sobre a história da criança, não constava o seu sobrenome. Ou seja, nem mesmo no momento de sua morte, a sua singularidade foi determinante. A reportagem criticava a política de segurança do então governador do Rio, mas em algum grau, também desumanizava a menina. Se notarmos, esses casos relacionados à violência contra crianças negras, periféricas, acabam sendo intitulados sempre somente a partir do primeiro nome, como foi também o caso do menino Miguel⁴⁷, em Recife, ou o caso de João Pedro⁴⁸, em São Gonçalo. Ao mesmo tempo, crianças pertencentes à classe média do país, como o menino Bernardo Boldrini e a menina Isabella Nardoni. Ambos, vítimas de tragédias, mas que, diferente dos casos mencionados anteriormente, têm seus sobrenomes conhecidos e reforçados pelos jornais. Escolho esse exemplo para elucidar que o fato de os nomes e sobrenomes serem incluídos na Agência Mural, ao longo de sete anos – demonstrando uma perenidade nesta conduta –, eles não são considerados meros detalhes, mas significam uma abordagem diferenciada em relação ao que é visto comumente no jornalismo e na cobertura das infâncias periféricas.

Já a maior presença de citações diretas, em detrimento das indiretas, pode ser vista como um indicativo de que nas sete reportagens, que tratam de temas variados, o jornalista compreendeu que as crianças tinham o que dizer, ou seja, contribuir como fontes. A escolha por reportagens que tratassem diferentes temas, ao invés de um único tema, também buscava verificar isso.

6.2 As posições-sujeito das crianças

Ao analisar os sete textos escolhidos, encontrei **73 Sequências Discursivas (SDs)**⁴⁹, sendo esse o meu *corpus discursivo*. Essas SDs são todas as falas (diretas e indiretas) das fontes crianças, ou seja, a presença de suas vozes. Nesse conjunto, mapeei a presença de **11 posições-sujeito** as quais as crianças entrevistadas ocupam nas reportagens da Agência Mural. O movimento de análise das posições-sujeito das crianças busca ir ao encontro do

⁴⁷ O menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, perdeu a vida após cair do 9º andar de um prédio de luxo no Centro do Recife em 2 de junho de 2020, enquanto estava sob os cuidados da primeira-dama do município de Tamandaré, Sari Corte-Real.

⁴⁸ O adolescente João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, foi morto durante uma operação conjunta das polícias Federal e Civil no Complexo de favelas do Salgueiro, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O crime aconteceu na noite do dia 18 de maio deste ano. João brincava em casa com amigos quando, segundo familiares, policiais entraram atirando.

⁴⁹ Todas as SDs podem ser consultadas na Apêndice A, ao final do trabalho.

objetivo geral desta pesquisa, que é compreender como as crianças são representadas nas reportagens em que elas são fontes. Parto do princípio que esses meninos e meninas estão inseridos dentro da **Formação Discursiva (FD) do jornalismo periférico**, uma vez que todos os sujeitos que estão presentes no discurso da Agência Mural - jornalistas e a maioria das fontes – pertencem a comunidades periféricas de São Paulo e região metropolitana. Da mesma forma, o veículo insere-se no campo do jornalismo periférico, cujas especificidades foram detalhadas no capítulo *Jornalismo e periferias*. Observa-se ainda que uma mesma SD pode ser vista em mais de uma posição-sujeito. A essa repetição chamamos de incidências discursivas (IDs). Ou seja, se, por exemplo, uma SD se enquadra em duas posições-sujeito, ela representa duas IDs. Logo, a quantidade de IDs total é superior à quantidade de SDs encontradas nos textos. Nesta pesquisa, portanto, encontrei **73 SDs e 85 IDs**.

É relevante relembrar que as posições-sujeito estão sempre atreladas às FDs. e que uma posição-sujeito não é fixa. No caso desta pesquisa, uma criança não ocupa *sempre* determinada posição, mas, sim, estabelece-se como tal neste contexto de análise sob um ponto de vista que é subjetivo, e no caso desta, relacionado à “FD do jornalismo periférico”. Esse entendimento é explicado por Pêcheux ([1975], 2014, p.150) quando diz que: “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isso é, na qual ele é constituído como sujeito)”.

Assim, organizo a análise a partir de cada posição-sujeito, entendendo que elas reúnem uma variedade de sentidos identificados – e, quando necessário, especificados por mim. Embora os trechos analisados sejam as falas das crianças, em algumas SDs recorto um trecho ainda maior, que inclui alguma informação dita na voz do jornalista, para que o sentido completo da SD possa ser apreendido, afinal, as sequências são trechos arbitrários definidos pelo analista (Benetti, 2007). Para exemplificar cada posição-sujeito, exemplifico com SDs que contém em si os sentidos compatíveis às categorias percebidas por mim. A tabela (Tabela 4) elucida a análise que será desdobrada a seguir:

Tabela 4: Distribuição de posições-sujeito por IDs

Posição-sujeito	Eixos de Sentido	Quantidade de ID por sentido	Total de IDs por posição-sujeito	Recorrência
Criança que pensa nos outros	Na família	3	15	17,64%
	Nas outras crianças	6		

	Na sociedade	6		
Criança que brinca	Momentos de lazer, diversão e imaginação relatados pela criança	15	15	17,64%
Criança que estuda	Na escola	7	10	11,76%
	Em outros espaços	3		
Criança que tem aptidões	Talentos, características que as tornam singulares	9	9	10,58%
Criança que ensina	Conhecimentos próprios de sua realidade	7	7	8,23%
Criança que tem consciência política	Expressão sobre os próprios direitos	7	7	8,23%
Criança que está vulnerável	Falta de recursos	3	7	8,23%
	Medo da violência	1		
	Pandemia	3		
Criança que está em paz	Sensações de bem-estar relatados pela criança	6	6	7,05%
Criança que tem medo do julgamento	De outras crianças	2	5	5,88%
	De outros em geral	3		
Criança que segue exemplos	De familiares	1	2	2,35%
	De autoridades	1		
Criança que se emociona	Percepções afetivas/emocionais	2	2	2,35%
Total		85	85	100%

Fonte: Autoria própria

A seguir, apresento a análise de cada uma das posições-sujeito identificadas.

6.2.1 A criança que pensa nos outros

A primeira posição-sujeito com maior recorrência nos sete textos analisados é *a criança que pensa nos outros*, representando um total de 17,64% de recorrência nas IDs. Essa posição contempla três situações distintas: 1) **a criança preocupada com a família**; 2) **a criança preocupada com outras crianças, especificamente**; 3) **a criança preocupada com outros, desconhecidos, mas com quem ela se importa**. Há um sentido forte de empatia observada nas falas de meninos e meninas acerca dos diferentes temas que as reportagens abordam. A perspectiva de viver em um mundo coletivo aparece no pensamento das fontes, em quatro dos sete textos. Na série de reportagens sobre a religiosidade infantil, as crianças relatam pedir a proteção de seus familiares, e também das pessoas, de modo geral, como pode ser visto nas SDs a seguir, em que o núcleo de sentidos relativos a essa posição-sujeito está grifado.

“Sempre começo pedindo para cuidar da minha família e ajudar os que não têm dinheiro. Depois têm as vibrações, eu faço o pai-nosso e a gente bebe a aguinha ‘fluidificada’”, detalha. A mãe explica que trata-se da água comum que, após a oração, acredita-se ser acrescida de fluidos energéticos que melhoram a saúde das pessoas que a consomem. (T2, SD23, Milena Bonsangue, 9, Vila Marari, Zona sul de São Paulo)

“Antes de dormir também faz uma oração para evitar pesadelos e espantar tristeza: **“Eu falo para [Deus] cuidar bem da minha família, dos meus animais, dos meus tios, meus primos e do meu avô.”** (T2, SD24, Milena Bonsangue, 9, Vila Marari, Zona sul de São Paulo)

Nessa mesma posição-sujeito, as crianças demonstram preocupação específica, não apenas com colegas de escola, mas com as crianças de todo país. Em suas falas, as necessidades básicas de outras crianças são temáticas constantes. Há uma consciência sobre desigualdades sociais que permeiam as falas, como se em diferentes momentos elas reforçassem que nem todos usufruem dos mesmos direitos. Elas, por um lado, não estão posicionadas em lugares de “carência” – como é um dos princípios da Agência Mural, mas reconhecem que muitas pessoas passam por isso.

“A pandemia [de Covid-19] prejudicou bastante o estudo das crianças” (T3, SD40, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)

“Arroz, carne, tomate, muita coisa que a gente precisa para o dia a dia está cara. Me preocupo com as pessoas que têm um, dois, três filhos e não têm tanto dinheiro”

(T3, SD41, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)

“**As crianças que não têm como ganhar um presente, eu queria que elas ganhassem tipo, uma casa com comida e várias coisas**, porque não dá para viver sem casa, né?”, completa Laura. (T7, SD62, Laura Tibre Souza, 6, do distrito de Sapopemba, na zona leste de São Paulo)

“Querida que as **crianças ganhassem um caminhão, ganhassem carrinhos, ganhassem um brinquedo, um carro da polícia, ganhassem tudo o que quisesses**” (T7, SD66, João Victor, 7, morador de Carapicuíba, na Grande São Paulo.)

“**Gostaria que todas as crianças estivessem com os seus pais, brincando e felizes**”, afirma” (T7, SD69, Larissa Marques Reginaldo, 9, do Parque do Tietê, na zona norte)

Uma consciência da dimensão coletiva dos acontecimentos aparece com uma forte presença nas entrevistas dadas pelas crianças. Elas parecem compreender que as melhorias, em seus bairros, por exemplo, precisam alcançar o bem-estar de outras pessoas. Demonstram estarem atentas à realidade de outras pessoas, de uma sociedade onde pessoas não têm o que comer, não tem onde morar. As crianças falam de problemas que afetam pessoalmente a sua vida, ou de familiares, mas pensam no coletivo. Há uma posição-sujeito empática, consciente da própria inserção social, comunitária, a qual faz parte:

“Eu queria ter mais espaço para brincar, um pouco maior, **que caiba bastante gente**”, sonha Manu enquanto aproveita um espaço de lazer, todo de concreto, na favela de Paraisópolis” (T1, SD2, Emanuele Brito dos Santos Viana, 9, de Paraisópolis)

Quando crescer, pretende ser uma mãe de santo para abençoar a todos. “Se um filho da casa estiver precisando, **a mãe ajuda e sabe o que tem que fazer.**” (T2, SD11, Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema)

Alicia Miranda acha que, para combater essa situação, **os políticos eleitos devem fornecer marmitas e cestas básicas**. E para pessoas em situação de rua, além da alimentação, também é necessário distribuir cobertores e colchões. “**Eles ficam comendo um monte de coisas do lixo**”, acrescenta. (T3, SD35, Alicia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo)

Além disso, o garoto sugere a construção de mais estradas. “**Tem muito trânsito e isso atrapalha as pessoas que querem viajar**. Quando eu vou no dentista ou no médico, pego muito trânsito”, relata o estudante. (T3, SD40, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)

Uma das SDs demonstra também a relação de uma criança, Samuel dos Santos, com o jornalismo. Através de sua fala, pode-se apreender que uma reportagem que ele assistiu foi importante para que ele adquirisse consciência sobre os problemas sociais de sua cidade.

“Coisa legal” para Samuel dos Santos Sanches, 9, seria a construção de mais hospitais e unidades de saúde. **“No Rio de Janeiro tinham 200 pacientes e só cinco médicos para ajudar as pessoas”**, descreve o morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo, **sobre uma reportagem que viu na televisão**. (T3, SD36, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)

O pensamento de Sarmiento (2002, p.256) nos auxilia a compreender a empatia demonstrada pelas crianças, pois, segundo ele, o pertencimento a uma comunidade é fundamental para o desenvolvimento de uma visão de mundo que pense além do individualismo. Ele diz que a característica essencial da relação comunitária é “a construção colectiva dos horizontes de referência, dos valores e das pautas de conduta”. De algum modo, a reciprocidade de relações e a horizontalidade na distribuição de poderes são inerentes à pertença comunitária” (Sarmiento, 2002, p.276). Além disso, essa consciência das crianças demonstra que elas podem sim, como fontes, refletir sobre problemas sociais mais amplos e não só sobre questões individuais, como identifica Marôpo (2015) em suas análises de veículos que fazem o jornalismo tradicional.

6.2.2 A criança que brinca

O brincar aparece também como posição predominante, ao lado da criança que pensa nos outros, nas falas das crianças, com o mesmo número de IDs (15). É possível apreender que as brincadeiras são parte importante de suas vidas. A vivências de suas cidades e bairros é atravessada pela “aventura do brincar”, como define uma das fontes, Emmanuely Cazumba, 9. Nas SDs reunidas nesta posição-sujeito, os meninas e meninas falam da forma como se divertem. É notável que o brincar está também relacionado com a sociabilidade, já que mencionam membros da família e amigos nesses momentos. Há um espaço inerente para imaginação, criação, uma característica que aprofunda o sentido da brincadeira para além do visível. A brincadeira é o lugar de ser o que quiser, como lembra Emanuely, que aparece como pirata em um navio na SD3. Como lembra Vygotsky (2018), a criança que brinca materializa a possibilidade do sonho, da realização dos próprios anseios:

A brincadeira da criança não é uma simples recordação do que vivenciou, mas uma reelaboração criativa de impressões vivenciadas. É uma combinação dessas impressões e, baseada nelas, a construção de uma realidade nova que responde às aspirações e aos anseios da criança. Assim como na brincadeira, o ímpeto da criança para criar é a imaginação em atividade. (Vygotsky, 2018, p. 18)

Um pensamento semelhante tem Santana (2023, p. 79), ao dizer que é “a plenitude das brincadeiras na vida da criança reside no seu potencial criativo, na sua capacidade de observar e interagir com o mundo adulto”. Além disso, brincar é um direito assegurado, pela Constituição Brasileira (Art. 227;1988), tanto pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 16 ;1990), quanto pelo Marco Legal da Primeira Infância (Art. 17;2016). Pensando no contexto das periferias brasileiras, em especial de São Paulo, aqui estudadas, a afirmação desse direito através da fala das crianças pode ser pensada como uma forma de afirmação ao direito de ser criança também nas periferias. As SDs a seguir exemplificam essa posição-sujeito:

“[No parque] tem escorregador e **mais espaço para a aventura de brincar. Eu sou a pirata e o Davi é o capitão do navio**”, (T1, SD3, Emanuely Cazumba, 9, na zona oeste da capital, no distrito de Rio Pequeno)

“**Eu subo bem alto nas árvores e falo com os passarinhos**” (T1, SD4, Davi Cazumba, 5, Na zona oeste da capital, no distrito de Rio Pequeno)

“**Gosto de brincar na rua com os meus amigos que moram aqui perto, andar de bicicleta e jogar futebol**” (T6, SD55, Maura Fernandes Abdalla Bechara, 10, que mora em Mogi Moderno, bairro de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo)

As brincadeiras fazem parte das culturas da infância (Corsaro, 1997) e conferem um protagonismo que tem um caráter criador por si só. O livre brincar possibilita uma transformação do olhar em que “a criança vê um objeto, mas age de maneira diferente em relação ao que vê. Assim, é alcançada uma condição que começa a agir independentemente daquilo que vê” (Vygostsky, 1998, p. 127). A falta das brincadeiras, no período da pandemia, é mencionada por diversas crianças, como Isadora Teixeira (SD48). Percebe-se que a escola, na percepção da menina, está relacionada à experiência social do brincar:

“Tô gostando mais do presencial, porque **online não dá pra ver as minhas amigas, meus amigos**”, afirma. “**Ir no parquinho**, também aula de música, educação física e história”. (T4, SD48, Isadora Teixeira, 6, bairro não especificado)

A rua também é o lugar preferido de Enzo Bontempo de Freitas, 8, “porque **lá eu joga futebol com meu pai quando ele não está trabalhando**” (T6, SD56, Maura Fernandes Abdalla Bechara, 10, que mora em Mogi Moderno, bairro de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo)

Incluir e reconhecer a importância do brincar para as crianças é uma forma de o jornalismo de fato incluí-las como fontes capazes de trazer um olhar próprio da infância e não uma visão adultocêntrica.

6.2.3 A criança que estuda

A relação das crianças com a aprendizagem foi recorrente em 11,76% dos textos analisados. Esta posição-sujeito, com 10 IDs, foi dividida em dois eixos: a) Escola; b) Outros espaços. Em ambos, meninas e meninos falam do valor que dão aos estudos e como ir à escola permite que eles reconheçam seus interesses pessoais. Há também a construção da ideia de que a escola é um lugar importante, e que as crianças desejam ir à escola, pois é onde elas aprendem o que ainda não sabem e onde estão os amigos – o que significa também sociabilidade. Chama atenção na fala das crianças o desejo por aprender, pois, em momentos como a pandemia de Covid-19, o estudo e a convivência ficaram prejudicados. Segundo Furtado (2013), a escola é uma das três instituições que permeiam as infâncias. Ao mesmo tempo em que, discursivamente, há uma tendência a “compartimentar” a criança como apenas parte das instituições, há também o entendimento em relação aos limites entre pertencer e reduzir que configuram um processo complexo:

Atualmente, a criança que tem uma condição econômica básica está imbricada principalmente em sua relação com essas três “instituições”: família, escola e mídia. Todas elas, com suas características próprias, tentam governar o ser infantil e, de certa forma, controlar essas características que compõem o complexo processo de devir-criança. Existe uma constante tentativa de controle de um lado e resistência, tentativa de fuga, de outro. É importante pensar, no entanto, que as crianças precisam realmente do cuidado do adulto para viver. Não é possível para uma criança cuidar de si plenamente desde o momento em que nasce, e esse jogo entre buscar linhas de fuga para tentar governar-se e efetivamente precisar da proteção dos adultos – inclusive legalmente – é um constante dilema da infância. (Furtado, 2013, p.56).

No caso desta posição-sujeito, percebe-se que a criança não é tratada como “institucionalizada”, reflexo de uma instituição de ensino, mas suas falas apontam para o desejo de meninas e meninos frequentarem a escola. Em outra pesquisa, Furtado (2022) constatou que, em casos como a revista *Nova Escola*, as fontes crianças tratavam do ambiente escolar de forma predominantemente elogiosa, corroborando projetos realizados por professores e coordenadores. Elas eram incluídas como fontes, mas não eram ouvidas a partir de suas subjetividades – ou seja, oferecendo espaço para opiniões, contra-pontos, sensações.

Segundo Furtado (2022, p.14), a revista, nas edições analisadas, tratava meninos e meninas como fontes “principalmente para preencher a função de reafirmar um trabalho que, no discurso da revista, está sendo bem realizado por professores ou pelas escolas.” Logo, para a análise desta posição-sujeito relacionada ao estudo na Agência Mural, foi importante me perguntar quais discursos compunham a fala das crianças sobre a escola, ou seja, que tipo de

interdiscurso estava presente. Nas SDs encontradas, os entrevistados parecem falar de vontades próprias, das relações que eles e elas têm com o ambiente escolar, como na SD45, em que Arthur Fernandes diz que é mais fácil compreender os conteúdos escolares no ambiente presencial. Na SD58, Davi Nunes descreve o porquê de ele se interessar por ciências no colégio. Não há uma visão mais institucionalizante, e, sim, ao que parece, afetiva em relação aos espaços escolares:

“Ter aula online em casa não é fácil porque **você não entende o que os professores falam, já no presencial é mais fácil de entender.**” (T4, SD45, Arthur Fernandes, 11, Campo Limpo, na zona sul de São Paulo)

“**Eu estava com saudade da escola.** Não gostei das aulas no remoto, **mas gostei das aulas nas escolas**”, diz Clara. (T4, SD49, Clara Teixeira, 6, bairro não especificado)

Ele está no segundo ano do ensino fundamental I e se aventura a dizer até a matéria que mais gosta: “**Ciências, porque a gente pode aprender sobre o que a gente não conhece, como os animais e a natureza**”. (T6, SD58, Davi Nunes Ferreira, 7, do Jardim Marília, distrito de Cidade Líder, zona leste)

Observa-se também que as crianças relatam que aprendem em outros espaços, como os lugares religiosos que frequentam. Nota-se isso na fala de Moshood Silva (SD25) que menciona sua vontade de aprofundar seus conhecimentos no islamismo e no idioma árabe. A construção discursiva é interessante, porque o menino conta de seu interesse em aprender além do que já sabe. É um aspecto importante, pois, segundo Dornelles (2008), há na contemporaneidade, uma desconsideração de espaços de aprendizado não-formais, como a rua e o convívio com outros adultos. A sociabilidade também é mencionada pelas crianças ao falarem desses lugares:

“No mesmo lugar, ele faz aulas de árabe há cerca de um ano. “**Queria ir mais a fundo na minha religião. Minha família encontrou esse [curso] de árabe e foi uma coisa bem legal pra mim, fiz novos amigos e estou aprendendo muito**”, explica.” (T2, SD25, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)

“Isabelly frequenta a catequese semanalmente, encontros de educação cristã do catolicismo. “**Aprendemos as histórias da Bíblia, os ensinamentos e como usar os mandamentos na nossa vida**”, pontua” (T2, SD33, Isabelly Cesário Figueiredo, 9, Santa Suzana, em Suzano, na Grande São Paulo)

Aprender, portanto, é um direito não só reconhecido como valorizado pelas crianças entrevistadas, ao contrário do que uma visão adultocêntrica poderia imaginar.

6.2.4 A criança que tem aptidões

Ao acionar esse sentido, as crianças mostram habilidades que elas têm. Entende-se que elas assumem uma posição de individualidade, no sentido de expressar o que torna a criança ela mesma. Nessa posição-sujeito, formada por nove IDs, reúne-se sentidos relacionados ao “poder”, ao “fazer”, ao “ser capaz de”, como se, através das habilidades, a criança ocupasse um lugar de importância. O T2, acerca das religiosidades infantis, foi o que mais apresentou essa posição-sujeito, pois houve uma recorrência de falas em que as crianças demonstram protagonismo.

É interessante notar que, embora elas destaquem aptidões, elas não são crianças famosas, ou celebridades. São crianças vivendo o ordinário e cotidiano de suas vidas, mas que entendem o que fazem e que isto é relevante de ser veiculado. Destaca-se esse aspecto pois uma das formas de estigmatização das crianças no discurso noticioso é a escolha de crianças com “capacidades fora do comum” (Furtado, 2013) para serem fontes. Nesse tópico, entende-se o que as capacidades relatadas pelas crianças fazem justamente o contrário, pois mostram o que lhes é comum, o que é de suas rotinas, e isso transformado em pauta pela Agência Mural. Os exemplos de SDs demonstram isso:

Ela afirma que tem fé e acredita na força da própria oração, que ajudou na cura do pai, internado em estado grave por Covid-19, em 2021. **“Falei ‘Jesus, ajuda meu pai, por favor’. Ai Jesus curou meu pai [...] isso daí é um milagre, aconteceu mesmo, de verdade.”** (T2, SD16, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)

Com esse período na doutrina, ela é considerada uma **Yalásé, título importante que permite que ela ajude nas “obrigações”**, tarefas relacionadas ao calendário festivo do candomblé. **“Já enfeitei doces e flores”**, exemplifica. (T2, SD18, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)

“Quando faço oração, imagino que é tipo um baú. Tento pedir tudo que quero e penso nas pessoas que eu quero proteger. Ai se Deus gostar da minha oração, tudo que estou pedindo vai se tornar realidade. Geralmente se torna” (T2, SD26, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)

Na aula de educação física, por exemplo, ele conta ser difícil por causa da sede que sente depois de praticar futebol. **“Mas como faço jejum desde 2019, eu já consigo me segurar.”** (T2, SD28, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)

Em uma das falas, Alice Borges (SD15) canta uma música de Rap, criada por ela mesma, para falar de sua relação com a igreja. Podemos pensar que a criança considera o

momento da entrevista como um espaço para mostrar suas aptidões. A entrevista como um momento de expressão. Ela poderia ter dito o mesmo conteúdo de forma falada, e não cantada, mas resolve mostrar o que sabe e gosta de fazer demonstrando sua criatividade e agência naquele momento:

Ao falar com a Agência Mural, Alice improvisou o seguinte trecho da música que criou e que chamou de “Rap para Minha Família”: **“Minha vida, minha mãe, meu pai, minha família/ Eu gosto de rimar, Jesus tá aqui pra me ajudar/ Eu gosto de fazer, minha família é um prazer”** (T2, SD15, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)

Nessa posição-sujeito, fica evidente uma das características do jornalismo periférico, e que pode ser visualizada de forma geral na análise do *corpus*. Segundo Rovida (2020), as iniciativas emergentes, como a Agência Mural, transformam o espaço marginal em um lugar de posicionamento, de transformação. A visão das crianças em relação a si mesmas, inclusive vista, de certa forma, como uma autoestima alta, pode estar conectada com essa transformação que também opera no campo discursivo. É um processo polissêmico em relação à forma como a periferia é normalmente representada no jornalismo tradicional, em que as rupturas entre o que *já foi* e o que *está sendo* brilham no jornalismo.

Percebe-se que há uma recorrência da criança periférica representada através de suas potências. Na citação em que Moshood Silva diz que o que ele pede geralmente se torna realidade (SD26), percebemos um sujeito que acredita, que tem fé, não só no sentido espiritual e religioso abordado na reportagem, mas também em seus próprios gestos, na força de suas ações. D’Andrea (2013) defende que uma das estruturas que firmam o sujeito periférico é a possibilidade de se auto-representar, seja através das produções artísticas, da música, ou mesmo do jornalismo. Segundo o pesquisador, a ressignificação de ser “periférico” veio, principalmente, de movimentos culturais que agenciam, há pelo menos duas décadas, uma outra auto-imagem aos próprios moradores das periferias brasileiras. Através das falas das crianças, percebe-se um poder próprio ao falarem de si.

6.2.5 A criança que ensina

Nesta posição-sujeito, as crianças compartilham conhecimentos próprios de suas realidades em sete IDs. Percebe-se um sentido informativo, explicativo, inclusive evidenciado pelas escolhas de verbos *dicendi* utilizados nas reportagens (“Janáina **explica**, o aluno também **explica**, a menina **justifica**”). No caso de Ana Paula do Carmo (SD21), ela conta à

reportagem o significado de cada um dos Orixás do Candomblé. As crianças assumem, nessa posição, um lugar de sabedoria, de alguém que pode agregar conhecimento a partir daquilo que conhece e que quer dividir esse conhecimento. É possível perceber também, através da fala de Clara Letícia Cerqueira (SD44) no T3, que há uma escolha da criança em dar informações que ela conhece e que podem contribuir para a discussão proposta na pauta, no caso, sobre as eleições. A menina, preocupada com a falta de água no planeta, alerta sobre os perigos da poluição. Essa e outras SDs exemplificam a posição ocupada pelas crianças:

Janaina explica que as giras ocorrem com os olhos fechados, e a desincorporação acontece na frente da Tronqueira, espécie de altar ou casinha, que seria o portal para seu retorno ao outro plano. **“Quando eles vão embora, a pessoa pula para trás, e na gira de esquerda, que é mais forte, uma pessoa fica atrás para evitar que a pessoa caia”**, acrescenta. (T2, SD9, Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema)

Além da dança, ela aprecia as músicas e as comidas. Cada santo tem uma comida preferida. **“Arroz, farofa, frango e refri. Eu gosto do Amalá (quiabo, camarão, dendê), que é a comida do meu segundo santo, Xangô”**, completa. (T2, SD19, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)

“Tem o Oxumaré, que representa o arco-íris, Oyá com o raio, Oxum com a cachoeira, Iemanjá com o mar, Nanã com a lama, e Ogum, que é o caminho.” (T2, SD21, na Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)

O aluno também explica o significado de passar pelo processo. **“Quando você completa todo o jejum, Deus, como eu posso dizer, ele apaga todas as coisas ruins que você fez no passado.** Por isso eu gosto do jejum, que é uma forma de limpar”, diz, mas faz questão de ressaltar: **“Não que eu faço coisas erradas, tá gente?”**, completa. (T2, SD29, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)

“A gente só tem 5% da água potável para beber, então quanto mais poluirmos, mais a gente fica sem água”, justifica. (T3, SD44, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)

Recorro aqui à Hall (1997) para visualizar as falas das crianças nesta posição-sujeito como formas de expressão das próprias culturas, já que no entendimento do autor, a cultura seria um conjunto de significados partilhados. Hall (2016) afasta a noção de cultura apenas aquela produzida pelas elites, mas entende que as atividades populares genuínas constituem também esses “mapas conceituais”. Segundo o autor, um conjunto de relações formuladas pelo indivíduo o “permitem dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências” (Hall, 2016, p. 38). Nessa forma de pensar, as crianças, ao falarem, estão significando as próximas experiências, produzindo sentido. A criança ensinar e assumir uma posição-sujeito que costuma ser do adulto – de ser

aquele que sabe –, evidencia um processo de subjetivação. Cabe também ressaltar que, na pauta sobre religião, por exemplo, todas as crenças são incluídas na reportagem e respeitadas, o que nem sempre é comum no jornalismo hegemônico.

6.2.6 Criança que tem consciência política

A posição-sujeito acerca da consciência política⁵⁰ reúne também 7 IDs em que as crianças possuem espaço para articularem suas opiniões sobre questões sociais e políticas do país. Presente majoritariamente no T3, sobre as eleições de 2022, as crianças revelam entender de questões estruturais da política, como orçamento, propostas, interesse social, direitos sociais. Quando Clara Letícia Cerqueira (SD41) diz que “arroz, carne, tomate, muita coisa que a gente precisa para o dia a dia está cara”, é possível imaginar que ela tenha escutado essa frase, mas também que, de alguma forma, tenha aprendido a perceber. Essa é uma citação que, se não soubéssemos a fonte, poderíamos imaginar vinda de um adulto, em uma matéria jornalística sobre inflação, por exemplo.

Essa é uma percepção recorrente em reportagens sobre a economia do país, mas que, por outro lado, não seria tão usual imaginar uma criança entrevistada acerca desse tema. Isso porque, novamente lembrando Marôpo (2009), que observou coberturas jornalísticas em Portugal, meninos e meninas raramente são escutados sobre questões coletivas. Uma percepção semelhante tem (Buckingham, 2009, p. 21-22) ao constatar que na *media mainstream* não há a exploração de assuntos sociais ou políticos sob o ponto de vista das crianças, mesmo que os temas afetem suas vidas. Segundo Sarmiento (2005, p.365), “não há nos mundos relatados das crianças o contraponto da política ou do desporto, ou até da cultura, que, apesar de tudo, fazem da imagem veiculada pelos jornais um mundo adulto mais humanizado.” Para o autor, as imagens que predominam são relacionadas à violência e a crise cotidianas.

Na posição-sujeito *crianças com consciência política*, os entrevistados demonstram diferentes capacidades: opinam, discordam, sugerem, avaliam. Samuel dos Santos (SD39) fala, inclusive, que as crianças deveriam votar. Penso que essa manifestação pode ser uma outra forma de dizer “não esqueçam que as crianças também são cidadãos” vinda de um menino de 9 anos. Não por acaso Buckingham (2007) equipara o jornalismo à política quando analisa o afastamento e o crescente desinteresse de crianças e jovens por essas áreas. Segundo

⁵⁰ A política referida aqui está relacionada a uma política institucional, partidária. É importante destacar essa especificidade, pois as outras posições-sujeito também se referem a política de forma mais ampla.

ele, isso é “um reflexo de seu sentimento de exclusão do campo da política e das formas dominantes de discurso” (2007, p.249).

Em outras palavras, como a criança nutrirá interesse por aquilo em que não é convidada a participar – seja no campo político, seja no jornalístico? Nessa posição-sujeito, mais presente no T3, os entrevistados são convidados e têm o que dizer. Suas opiniões, na reportagem, não são acompanhadas de especialistas, por exemplo, o que reforça que o cerne da pauta era, de fato, a escuta das crianças. Em sua fala (SD34), Alícia de Aguiar explica como, para ela, um bom político deve ser. A menina, de 8 anos, compara-o com sua professora, o que pode ser também considerado em nossa análise. A criança aproxima um “grande tema”, de grande escala, ao seu universo afetivo, pessoal. Suas referências, nesse caso, são válidas e suficientes para compor e embasar os seus posicionamentos. Os exemplos de SDs estão reunidos abaixo:

“Um candidato precisa fazer coisas legais, igual a minha professora faz”, explica Alícia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo, e deseja que nas eleições de 2022 os **próximos governantes tragam melhorias para o bairro, como uma praça com mais brinquedos e menos lixo nas ruas**. (T3, SD34, Alícia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo)

“Acho interessante a criança saber sobre as eleições, porque a gente também tem o direito de votar em quem a gente quer que governe o nosso país” (T3, SD39, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)

“Em vários lugares do Brasil está tendo muita casa sendo destruída. Gastaria [o dinheiro] para ajudar o máximo de pessoas que perderam 100% da casa e mandaria fazer abrigos para os sem teto”. (T3, SD42, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)

Uma consideração importante sobre essa posição-sujeito que um dos princípios editoriais da Agência Mural, o nº 8, apresentado no capítulo 4, diz “não subestime a capacidade política dos moradores das periferias”. Assim, essa posição-sujeito, em que as crianças expressam consciência política, materializa essa intenção do veículo e exemplifica, na prática, como não subestimar os moradores periféricos, incluindo as crianças. Além disso, as falas dessas crianças confirmam a afirmação de Buckingham (2007) de que as crianças só conseguem se posicionar e mostrar seu ponto de vista sobre o mundo nos veículos jornalísticos se forem dadas a elas a oportunidade de falar. E, quando são ouvidas, mostram que têm condições de contribuir com debates socialmente relevantes.

6.2.7 Criança que está vulnerável

A posição-sujeito relacionada à vulnerabilidade da criança apareceu em 8,73% das SDs analisadas. Nesta, percebe-se três sentidos distintos relacionados à 1) falta de recursos; ao 2) medo da violência; e à 3) pandemia. Destaca-se que meninos e meninas relatam suas insatisfações em termos da estrutura do bairro em que vivem, como Emanuelle Brito (SD2), que não tem espaços adequados para brincar. Essa mesma SD já havia aparecido na posição-sujeito *criança que pensa nos outros*, já que ela menciona seu desejo de que caiba mais pessoas no parque, mas retorna nesta categoria relacionada à vulnerabilidade, pois é perceptível que a falta de lugares adequados ao lazer afetam a vida da menina. O T1, ao abordar a importância do convívio com a natureza durante a infância, explicita que os espaços verdes são escassos nas periferias de São Paulo.

Quando Samuel dos Santos Sanches (SD37) relata o trânsito que ele precisa atravessar para cumprir compromissos, como ir ao dentista, fica nítida uma questão fundamental sobre os territórios periféricos brasileiros: a questão da mobilidade e do transporte público. O menino percebe que essa dificuldade de acesso deixa outras pessoas também vulneráveis. A fala da criança pode ser pensada através do que Rovida (2020) aponta sobre a constituição do sujeito periférico:

Nesse sentido, a subjetividade do sujeito periférico é, em grande medida, construída no ônibus, durante os longos períodos gastos no ir e vir pela cidade para ter acesso à estrutura de direitos sociais. A qualidade desse acesso é definida por camadas identitárias que estão além da questão geográfica. Para cada pessoa, a dificuldade no acesso e o tempo que se leva para alcançar as estruturas de direitos também sofrem alterações pelo perfil do sujeito, isto é, por outros traços de sua identidade. (Rovida, 2020, p.6)

Logo, as SDs que tratam da vulnerabilidade nas periferias, demonstram que as crianças percebem as dificuldades da população periférica no acesso de uma série de direitos sociais, como transporte de qualidade, áreas de lazer e saúde pública para todos:

“Eu queria ter mais espaço para brincar, um pouco maior, que caiba bastante gente”, sonha Manu enquanto aproveita um espaço de lazer, todo de concreto, na favela de Paraisópolis” (T1, SD2, Emanuelle Brito dos Santos Viana, 9, de Paraisópolis)

Além disso, o garoto sugere a construção de mais estradas. **“Tem muito trânsito e isso atrapalha as pessoas que querem viajar. Quando eu vou no dentista ou no médico, pego muito trânsito”**, relata o estudante. (T3, SD37, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)

Zuri Bintu, 7, mora com os pais em Guaianases. Aluna do segundo ano do ensino fundamental na rede municipal, a menina ficou sem aulas e sem acesso ao ensino que teria na escola. **Na casa dela não há computadores e os dois celulares ficam com os pais. “Não tem a professora e nem lição com os meus amigos”**, diz. (T5, SD54, Zuri Bintu, 7, Guaianases, na zona leste de São Paulo)

Samuel dos Santos Sanches relata o medo da violência no bairro onde mora. Embora não tenha sido recorrente, já que apareceu em uma única SD – até pelos princípios editoriais da Mural –, é importante olhá-lo com atenção, pois é um sentido presente na vivência das infâncias nas periferias brasileiras. A interpretação desse medo também nos leva ao campo da interdiscursividade, já que o conhecimento da violência a qual meninos e meninas estão submetidos no Brasil nos ajuda a perceber com maior complexidade o relato de Samuel:

Às vezes quando volto do futebol, quase 9 horas da noite, as luzes do bairro inteiro estão apagadas. **Fica uma escuridão e eu tenho medo de ser assaltado**”, diz o menino. (T3, SD38, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)

O período da pandemia apareceu com destaque nas matérias publicadas entre os anos 2020 e 2022, e conseqüentemente foi tema da fala das crianças. As fontes explicam as dificuldades atravessadas nesse período e o quanto não gostaram de ficar longe da escola, dos amigos e familiares. O fato de não poderem sair e de terem suas rotinas modificadas foi bastante mencionado. Diferencia-se aqui a pandemia dos outros tópicos, pois consideramos que foi um período com especificidades próprias. Segundo Araújo e Gomes (2023), a pandemia não afetou da mesma forma todas as crianças, logo se torna importante ressaltar as características desse período a partir de suas vivências.

Constata-se, por meio de diferentes pesquisas, que há o sofrimento das crianças com o distanciamento social, pela ausência da escola, pelas transformações do seu cotidiano, pela experiência subjetiva de lidar com a incerteza, com o medo de adoecimento, e além disso, existe uma desigualdade na forma de experienciar a infância em tempos tão difíceis, principalmente para as crianças negras, pobres, residentes em território periféricos apresentaram níveis diferenciados e desiguais de vivência da pandemia. (Araújo e Gomes, 2023, p.20).

O medo, a insatisfação, o desgostar foram expressados pelas crianças nas SD50, SD51 e SD52. É interessante perceber isso, não apenas como registros do período da pandemia, mas também discursivamente, acerca do significado de poder demonstrar insatisfação nas linhas de um jornal. Quando Helena da Silva diz que o período da pandemia “foi muito chato” (SD50) e Amaka Anele diz que é “muito ruim” (SD52) ficar apenas em casa, entende-se que as crianças estão se sentindo livres para serem sinceras. Afastam-se de registros simpáticos ou

agradáveis, mapeados por Marôpo (2015) e outras pesquisadoras (Doretto, 2013; Furtado, 2013), recorrentes nos discursos infanto-juvenis na mídia, e aproximam-se de um, efetivo, *poder dizer*:

Mas a segurança das unidades escolares nesse momento ainda causa receios. “**Tô com medo de pegar corona**”, diz Helena da Silva, 5, moradora de Cotia, na Grande São Paulo. (T4, SD50, Helena da Silva, 5, Cotia, na Grande São Paulo)

“**Foi muito chato**, ficar só em casa, não poder ir no mercado, não poder sair com a minha avó”, relata a menina que sentiu falta dos amigos e da professora da escola. (T4, SD51, Helena da Silva, 5, Cotia, na Grande São Paulo)

Em uma casa de dois cômodos vive a imigrante nigeriana Amaka Anele, 6, com dois irmãos e os pais. Longe da escola há seis meses, ela diz que não gostou da nova rotina. “**É ruim ficar só aqui**”, resume. (T5, SD52, Amaka Anele, 6, Guaianases, na zona leste de São Paulo)

Colocar as crianças nessa posição de vulnerabilidade é usual no jornalismo hegemônico, mas aqui – mesmo que esteja presente – é uma das posições-sujeitos que menos aparecem.

6.2.8 Criança que está em paz

Um sentido contemplativo é expressado pelas crianças. Elas demonstram uma percepção acurada sobre o próprio sentir, e também revelam uma busca pelo bem-estar, pela tranquilidade. Nas entrevistas, as crianças sabem reconhecer os próprios sentimentos, assim como o que faz com que se sintam daquela forma. As IDs desta posição-sujeito estão presentes em 7,05% das incidências discursivas do corpus.

“**Quando estou na natureza me sinto alegre, presto atenção e fico olhando as coisas**. Eu corro, mas também paro um pouquinho para deitar e olhar para o cosmo. **Fico calma**” (T1, SD1, Emanuele Brito dos Santos Viana, 9, de Paraisópolis)

“Quando estou muito tempo sem ver a minha avó e vou na casa dela **me dá uma sensação muito boa**. Quando rezo também, **me dá uma sensação de tranquilidade e calma. Sinto a minha energia feliz**” (T2, SD17, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)

Milena conta que, antes da aula, as crianças cantam músicas religiosas infantis e rezam a oração do pai-nosso. Em seguida, em uma sala separada, recebem um passe magnético, descrito pela mãe, Raquel Bonsangue, 45, como um tratamento de energização feito pela imposição das mãos. “**Sento em um banquinho, fecho os olhos e ficam rezando pra mim. Fico feliz**”, acrescenta a criança. (T2, SD22, Milena Bonsangue, 9, Vila Marari, Zona sul de São Paulo)

“O mantra ajuda a minha família. Costumo pedir para que a gente fique melhor e também já pedi uma boneca pra mim. **Quando eu oro eu sinto que a tristeza vai**

embora”, descreve. (T2, SD30, Luiza de Souza Parra, 8, no bairro da Vila Clara, zona sul de São Paulo)

Recorrendo à Milton (2021, p.125), pode-se apreender que a sensibilidade é um componente importante das infâncias. Segunda a autora, “as crianças, nas suas formas 86 sinceras, deixam claro o que viram, perceberam e sentiram em uma relação direta com o que a realidade apresenta de bonito, como a natureza e os problemas pertinentes às cidades.” Ao trazerem o sentido de paz, de felicidade, de tranquilidade em suas falas, os entrevistados valorizam o próprio fato de serem crianças e poderem expressar sentimentos de afeto e conforto que, muitas vezes, os adultos não conseguem verbalizar – ou, ao menos, o jornalismo não se interessa em narrar.

6.2.9 Criança que tem medo do julgamento

O medo do julgamento, que também pode ser lido como intolerância religiosa, ou racismo religioso⁵¹ em cinco IDs foi encontrado predominantemente no T2, sobre as religiões. A reportagem especial já deixava evidente nos títulos que as crianças escolhidas tratavam deste tema: “Rap, mantra e giras: Crianças de 7 religiões contam como praticam a fé em meio ao cenário de intolerância”. As entrevistadas, em especial das religiões de matrizes africanas – Umbanda e Candomblé –, reforçam que as entidades, os Orixás, fazem o bem, dizendo que gostariam que os colegas soubessem disso. Os trechos, apesar de não aprofundarem na vivência da intolerância, deixam espaço para que pensemos sobre a realidade histórica que estigmatiza praticantes dessas religiões.

As falas das crianças afro religiosas Ana Paula do Carmo e Janaina Alves de Sousa, destacam como esses espaços fazem com que se sintam felizes. Além dos trechos analisados (SDs), na parte da reportagem sobre a menina, sua tia – ouvida como fonte – fala de uma repressão que a criança sofreu pela professora após ter faltado algumas aulas por conta de ritos de sua tradição. Pode-se pensar que a escola, nesses casos, aparece com um lugar em que as crianças sentem-se julgadas, cerne de preconceitos e estereótipos, conforme visto no terceiro capítulo deste trabalho. A experiência racial também deve ser destacada no caso de Ana Paula do Carmo, pois, embora ela não fale diretamente sobre isso, sabemos que as questões étnico-raciais são evidentes desde a mais tenra idade. Gomes e Araújo explicam:

⁵¹ A expressão “racismo religioso” não está no Código Penal, se enquadra na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, segundo o advogado especialista em crimes raciais Gilberto Silva. Tal lei versa sobre crimes provocados por “discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, com penas previstas de um a três anos de reclusão. Reportagem sobre racismo religioso disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/21/o-que-e-racismo-religioso-e-qual-seu-efeito-nas-criancas>

A socialização entre pares constitui um espaço e tempo privilegiado em que crenças e noções raciais já aprendidas são experimentadas pelas crianças. E, nestas interações entre si, as crianças vão aprendendo o que significa ser de uma categoria racial ou de outra, criando e recriando o significado social de raça. (Araújo e Gomes, 2023, p.39)

Esse aspecto aponta para o que Gomes (2019) chama de não neutralidade na infância, ou seja, um reconhecimento de que as crianças não estão eximidas, blindadas, das diferentes formas de preconceito e discriminação, pois fazem parte da sociedade e também a constroem. Nas SDs, podemos identificar através das falas das crianças essas percepções e vislumbrar o que significa o medo do julgamento por questões de identidade:

“Se eu pudesse, **diria para outras crianças que elas [entidades] nunca fazem e nunca vão fazer mal a ninguém**”, diz Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema, na Grande São Paulo. As entidades a que ela se refere são os exus e orixás, cultuados na umbanda e que são citados em cantos dessa religião.” (T2, SD5, Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema)

Ela dá como exemplo o entendimento errado sobre o termo macumba, comumente usado de forma ofensiva e não com a real finalidade. “**É um pedido feito para os guias com o intuito de fazer o bem**”, explica. (T2, SD6, Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema)

A menina diz acreditar na importância dos orixás, considerados deuses ligados aos fenômenos da natureza e ao cotidiano. “Eles cuidam da gente”, diz, antes de citar cada um deles. “Tem o Oxumaré, que representa o arco-íris, Oyá com o raio, Oxum com a cachoeira, Iemanjá com o mar, Nanã com a lama, e Ogum, que é o caminho.” (T2, SD21, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)

Luiza Parra (SD31) também relata uma impressão semelhante em relação aos colegas de escola. A criança é uma menina budista:

“Eu rezo por eles [colegas], **mas eles não precisam saber que sou budista**”, acrescenta Luiza. (T2, SD31, Luiza de Souza Parra, 8, no bairro da Vila Clara, zona sul de São Paulo)

O relato das crianças também mostra que elas têm consciência do impacto do que dizem, inclusive um receio – comum às fontes jornalísticas – de como serão interpretadas na matéria. A fala de Moshood Silva exemplifica isso:

O aluno também explica o significado de passar pelo processo. “Quando você completa todo o jejum, Deus, como eu posso dizer, ele apaga todas as coisas ruins que você fez no passado. Por isso eu gosto do jejum, que é uma forma de limpar”, diz, mas faz questão de ressaltar: “**Não que eu faço coisas erradas, tá gente?**”

completa. (T2, SD29, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)”

E observa-se o receio de Janaína sobre o que as pessoas pensam sobre a Umbanda, como mostra a seguinte SD:

Já nos dias da gira de esquerda, as pessoas vão com roupas escuras, as giras e a energia é mais forte, porque incorporam os Exus. As luzes ficam apagadas, pois essas entidades vivem no inferno. **“É pra fazer o bem sem ver a quem”**, justifica para dizer que, embora seja seu lugar de morada, **esses guias não fazem mal e aconselham sempre para que o incorporado faça o bem.**” (T2, SD8, Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema)

Ao analisar esta posição-sujeito percebemos a forte presença de um interdiscurso, pois, se desconhecemos os dados e a realidade da intolerância religiosa no Brasil⁵², poderíamos não enxergar nas frases das crianças essa tensão iminente sobre suas expressões religiosas. A AD, no entanto, permite que aquilo que vem antes, o já-dito, seja percebido, pois como define Maingueneau:

O discurso só adquire sentido no interior de um imenso interdiscurso. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras. (Maingueneau, 2015, p.28).

Assim, como visto no capítulo sobre os conceitos fundamentais da AD, há uma seta na fala das crianças que aponta para fora do texto e extrapola suas individualidades, nos convidando a refletir também sobre outras temáticas coletivas, como o racismo e o racismo religioso na infância e as discriminações étnico-raciais e culturais na escola. Quando Janaína Alves (SD5) diz que, se ela pudesse “diria para outras crianças que elas [entidades] nunca fazem e nunca vão fazer mal a ninguém”, uma realidade complexa é colocada diante de nós.

Essa posição-sujeito se relaciona tanto com a da *criança que tem aptidões* quanto com a da *criança que ensina*, mas, neste caso, ela não sente o seu conhecimento como legitimado pelos outros. O jornalismo, ao tratar desses preconceitos pelo olhar das crianças, problematiza essas questões e legitima o seu saber e o seu sentir.

⁵²Segundo um relatório realizado pela UNESCO, há um aumento de casos de intolerância religiosa no país contra religiões de matriz africana no Brasil. Dados do Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registrados 477 casos de intolerância religiosa em 2019, 353 casos em 2020 e 966 casos em 2021. O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi instituído no Brasil, pela Lei Federal nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, depois da morte da Iyalorixá baiana e fundadora do Ilê Asé Abassá, Gildásia dos Santos e Santos, conhecida como Mãe Gilda. Ela teve a casa e o terreiro invadidos por um grupo de outra religião. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2023-01/relatorio-aponta-aumento-de-casos-de-intolerancia-religiosa-no-pais> [Acesso em 20 de julho de 2024]

6.2.10 Criança que segue exemplos

A posição–sujeito da criança que segue exemplos apareceu em duas IDs do corpus discursivo, representando um total de 2,35%. Para refletir a respeito dela, retomo o que Furtado (2013) fala sobre a necessidade que as crianças têm de cuidado. As crianças precisam dos adultos e, inclusive, de seus exemplos. Que sejam suas referências. No caso das SDs encontradas nesta posição-sujeito, ambas faziam parte do T2, e acionaram um sentido de inspiração. Alice Borges (SD14) conta o dia que viu o avô orando e se perguntou como era esse momento:

“Vi meu avô orando. **Aí fiquei pensando como será que é falar com Deus?**” (T2, SD14, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)

A criança tem interesse pela música e quando crescer pretende cantar no culto. Para ela, música também é uma oração que Deus escuta e por isso faz raps para Jesus, a figura que mais gosta da Bíblia. **“Ele dá exemplo de você falar bem dos outros, de comer bem, exemplo de tudo.”** (T2, SD13, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)

É importante perceber que, nesta posição-sujeito, mesmo que a criança esteja seguindo o exemplo de um adulto, ou uma santidade, ela não se coloca num lugar de passividade. Ela reflete ativamente sobre o que está admirando.

6.2.11 Criança que se emociona

O sensível é uma dimensão da infância que se presentifica nas falas de Alice Borges (SD12) e Janaína Alves (SD10) ao descreverem o que sentem nos espaços religiosos que frequentam, e que apareceu somente nessas duas SDs. É interessante que ambas utilizam a palavra “coração” para exemplificar o que percebem. Janaína diz que sente “um aperto no coração”, quando encontra as entidades no terreiro de Umbanda. Já Alice diz que fala “as coisas do coração” para Deus. As duas meninas explicam de modo semelhante o momento próprio de suas vidas:

Embora ainda não incorpore, a menina já tem seus guias preferidos. Entre eles, Maria Padilha, Maria Navalha e Exu Mirim, de esquerda, Ogum, Iansã e Preta Velha, de direita. “Gosto muito deles, **dá um aperto no coração quando eles me cumprimentam**”, descreve a sensação. (T2, SD10, Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema)

O que mais gosto lá é ouvir a palavra de Deus e **falar as coisas do coração para ele**", descreve Alice Borges, 9, sobre a reunião das crianças na Primeira Igreja Batista Bíblica em Jardim Miriam. A menina frequenta o espaço, próximo da casa dela no Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo. (T2, SD12, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)

Percebo que "tocar o coração" é uma imagem que nos aproxima de suas falas, independentemente das vivências individuais do jornalista, ou dos leitores, com a espiritualidade. Ao se expressarem desse modo, transparecem a emoção e o quanto são sensibilizadas em seus cotidianos. Há também um sentido de sinceridade nas crianças que se emocionam, que pode significar que nesses espaços mencionados sentem-se à vontade para expressarem o que sentem.

Depois de apresentadas as análises de cada uma das posições-sujeito que identifiquei nas reportagens da Agência Mural em que as crianças são fontes, passo para as considerações finais desta pesquisa, onde comento os achados e respondo meu problema de pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a presente monografia, percorremos um caminho que se iniciou com a busca de compreender como o plural se manifesta em nossas duas áreas de estudo: a infância e o jornalismo. Como a visão de infância vem se tornando “das infâncias”? Como o jornalismo vem se diversificando, construindo novas formas de representar grupos historicamente “maltratados” (Moraes, 2022) pelas construções midiáticas, colaborando para que seja possível falar em outros “jornalismos”? O acréscimo de um “s” ao final das palavras não é mero recurso estilístico, ou de efeito, pois, como vimos, novas forças vêm tensionando o fazer jornalístico para que as abordagens engessadas, cristalizadas, sejam repensadas em relação às periferias, à população negra, e, enfim, às crianças.

Os três capítulos teóricos e o capítulo de análise concentraram-se em aprofundar os tópicos citados acima e responder ao problema de pesquisa: **como se dá a representação das crianças nas reportagens em que elas são fontes na Agência Mural – jornalismo das periferias?** Relembramos, então, os objetivos específicos traçados e que guiaram os passos nas escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa: a) entender como se dá a construção das múltiplas infâncias; b) compreender as características do jornalismo periférico; c) analisar de que forma a voz das crianças aparecem nas reportagens;

No capítulo *Infâncias, no plural*, a reflexão sobre o surgimento do conceito de infância foi chave para o desenvolvimento da discussão acerca de como as crianças são compreendidas na contemporaneidade e no jornalismo. Embora o capítulo sobre Análise de Discurso venha apenas adiante no texto, conceitos da AD são úteis para a compreensão das discussões teóricas trazidas nos três capítulos, já que a construção social da infância é fruto de um emaranhado de discursos que ecoam no hoje, em nós – enquanto pessoas e profissionais jornalistas. A escolha de autores se baseou em um desejo de propiciar o encontro entre aqueles que olham a infância a partir da sociologia (Sarmiento, 2005; 2017; Marchi, 2007; 2017) aquelas que também olham a partir do jornalismo e da comunicação (Furtado, 2013; Doretto, 2010; Tomaz, 2023). Ainda, busquei expandir, mesmo que de forma breve, as noções de infância ocidentalizadas, ainda bastante presentes nas bibliografias das mais diversas áreas. Por isso, pesquisadoras da educação (Araújo e Gomes, 2023) e da filosofia (Noguera, 2018; 2022) contribuíram com suas reflexões sobre perspectivas afro-brasileiras e que atentam para as questões étnico-raciais que compõem as infâncias e também o jornalismo, como visto no capítulo 3.

A urgência de se debater as representações étnico-raciais e territoriais apareceu de forma mais aprofundada no capítulo *Subjetividades, no plural* a partir da elaboração teórica de Moraes (2019; 2022), Hall (1996; 2016) e Alsina (2009). Dividido em dois tópicos, esse momento do trabalho intencionou adentrar as camadas pelas quais os estereótipos e a desumanização acontecem no jornalismo. De alguma forma, o capítulo pretendeu dar conta de um panorama que se estende à representação do nordeste pelo discurso noticioso e à representação de mulheres negras, para contribuir com reflexões acerca da percepção de que a *estereotipagem* ou *consenso*, conforme Hall, não se dão de forma isolada, ou pontual no jornalismo. Para nos aproximarmos efetivamente de nosso objeto de pesquisa – as reportagens em que crianças eram fontes na Agência Mural – entendi que seria necessário aprofundar os conhecimentos sobre representação e subjetividade.

No capítulo 4, *Jornalimos, no plural*, falamos do movimento impulsionador provocado por novas subjetividades em pauta – e em campo – no jornalismo propiciou um cenário de crescimento e florescimento de veículos periféricos, como a Agência Mural – sendo ela parte de nosso objeto de estudo. Precisamos ir até o seu fundamento para compreender, inclusive, as características desse jornalismo e entender como tudo isso se conecta neste trabalho: um dos objetivos da Mural, enquanto veículo, é justamente romper estereótipos. Assim, como poderíamos caminhar sem ter passado por cada um desses capítulos? Relendo e finalizando este trabalho, percebo que cada um foi vital para que a entrada na análise pudesse ser consciente. É como se a parte teórica deste trabalho, em minha visão, me permitisse ver as raízes de meu próprio objeto de estudo escolhido. Sem ele, veria apenas o que está sob o solo. Com ele – e todos esses e essas pesquisadoras que me formaram com novos olhares – pude entrar no capítulo 5, sobre a metodologia e a Análise de Discurso, com mais segurança, isso é, entrelaçando os estudos clássicos Pêcheux (1969; 1990) e Maingueneau (2015) com os contemporâneos Orlandi (1999; 2007) e Benetti (2008).

Peço licença aqui para trazer uma percepção mais pessoal, um imaginário meu sobre a AD. Antes de dar início a este TCC, meu olhar para a AD era de certa desconfiança. Eu visualizava os conceitos, as SDs, as FDs dos pesquisadores como se fossem, em alguma medida, formas de encaixotar a realidade. Eram os meus receios e pré-julgamentos. Felizmente, a pesquisa, e o contato, principalmente, com o trabalho da pesquisadora Benetti (2007; 2008; 2016) me fez perceber que a Análise do Discurso de linha francesa era justamente o contrário de minha impressão – fruto de um desconhecimento. Essa metodologia, que entrecruza Psicanálise, Materialismo Histórico e Linguística, é uma forma de aprofundamento naquele que é o trabalho diário do jornalista: o ofício da palavra e da

elaboração de sentidos sobre o real. Entendo hoje que a escolha pela AD proporcionou a mim e a essa monografia um mergulho no discurso, como se, olhando sob esse prisma, sempre houvesse camadas – ricas em subjetividades – para serem olhadas dentro de um texto. Faço essa consideração porque ela foi uma virada de chave para mim, enquanto pesquisadora, e se esse trabalho chegou ao fim também foi porque em determinado momento me encantei com aquilo que a análise propicia: aprofundar.

No capítulo 6, a análise foi dividida em dois momentos: a busca pela voz das crianças e o mapeamento das posições-sujeito. Por que olhar para voz, primeiro, se o problema de pesquisa tratava da representação das crianças? Porque esse movimento seria fundamental para perceber se as vozes de meninos e meninas são incluídas ou excluídas na Agência Mural. A escolha de reportagens em que elas são fontes não garantiria, à priori, que suas vozes estariam presentes, pois, mesmo sendo entrevistadas, a forma como o discurso aparece no texto é que elucida esse aspecto. O resultado dessa etapa indicou uma ausência de discurso híbrido (Furtado; Garcia; Bressan, 2022), quando adultos falam por crianças, e uma predominância de discurso direto das crianças, presente em 59% das 73 SDs identificadas na pesquisa. O indicativo pode ser considerado como um resultado interessante, pois demonstra que, discursivamente, as crianças podem falar a partir de suas próprias vozes nas reportagens da Agência Mural.

Mas para ir em direção ao objetivo geral, era necessário ir além. Como diz Tomaz (2022, p.11), “só porque as vozes das crianças são representadas, não significa que suas visões e opiniões estão sendo levadas em conta” [...] Não basta registrar o que foi dito por elas, mas ler e interpretar no contexto em que foi dito”. Assim, o segundo momento foi conduzido pelo reconhecimento das posições-sujeito que as crianças ocupam dentro da “FD do jornalismo periférico” em que a Agência Mural trabalha. Respondendo ao meu problema de pesquisa, portanto, identifiquei posições-sujeito que as crianças ocupam no corpus analisado, são elas: são elas: 1) a criança que pensa nos outros; 2) a criança que brinca; 3) a criança que estuda; 4) a criança que tem aptidões; 5) a criança que ensina; 6) a criança que tem consciência política; 7) a criança que está vulnerável; 8) a criança que está em paz; 9) a criança que tem medo do julgamento; 10) a criança que segue exemplos; e 11) a criança que se emociona. Mas é importante destacar que as posições predominantes foram as duas primeiras, respondendo por um total de 35,28% das IDs. A recorrência da *criança que pensa nos outros*, em diferentes textos analisados, chama a atenção para uma consideração significativa que percebi fazendo esta pesquisa: as crianças não querem um mundo apenas para si. A noção de coletividade expressa nos dizeres de meninos e meninas das periferias de São Paulo nos ajuda a questionar

com mais veemência o porquê de, tradicionalmente, o jornalismo escutar as crianças mais sobre suas individualidades do que sobre questões sociais e coletivas. Essa posição-sujeito pode ser relacionada a de nº6, a *criança que tem consciência política*, presente em 8,73% das IDS. Essas posições, olhadas de forma conjugada, nos permitem vislumbrar, à luz do pensamento de Sarmiento (2005, p.373), que “as crianças são competentes e têm capacidade de formularem interpretações da sociedade, dos outros e de si próprios, da natureza, dos pensamentos e dos sentimentos, de o fazerem de modo distinto e de o usarem para lidar com tudo o que as rodeia”. Destaco os adjetivos “competentes” e “capazes” utilizados pelo autor, pois no conjunto das 11 posições-sujeitos encontradas, acredito que essas duas características ficam bastante perceptíveis. Nos sete textos analisados, não há uma subestimação do pensamento das crianças. Isso é possível de ser visualizado através dos diferentes temas abordados ao longo das matérias: as crianças falam sobre problemas sociais, como a questão da moradia, da fome, do desemprego e do sistema público de saúde; as crianças abordam suas histórias pessoais com propriedade, em suas perspectivas, relacionando acontecimentos pessoais à questões coletivas; as crianças tratam de seus sentimentos e opiniões, não reduzindo-os ao ‘feliz’ ou ‘triste’, mas passando por diferentes emoções, como a insatisfação, a paz, a preocupação, a alegria; as crianças dão abertura para que questões profundas da sociedade sejam debatidas, como a intolerância religiosa e o racismo.

Essa amplidão de assuntos sobre os quais as crianças são capazes de falar, articular, enfim, atuar como fontes jornalísticas foi bastante perceptível nas posições-sujeito *a criança que tem aptidões* e *a criança que ensina*. Há uma apreensão sensível da realidade, por parte de meninos e meninas, que permitem com que, enquanto fontes, eles possam partilhar seus pontos de vista. A rotina de uma criança, que poderia ser considerada banal, ou ordinária demais para ser considerada como pauta, e talvez, em um primeiro olhar, não necessariamente enquadrar-se nos critérios de noticiabilidade tradicionais, adquire uma importância nas reportagens analisadas. Nas sete reportagens, as crianças são representadas como sujeitos diversos, dotados de senso crítico. Nota-se uma pluralidade de escolha das entrevistadas, tanto em faixas etárias, quanto em territórios das periferias da RMSP. As fontes não são sempre de uma mesma comunidade, o que reforça um esforço empreendido pelo veículo em seu trabalho de representação plural.

Através da análise, foi possível reconhecer o sentido de “sujeito periférico” (D’Andrea, 2013), enquanto aquele que vê as potencialidades de ser quem se é, do lugar de que se é, também nas crianças entrevistadas pela Agência Mural. É como se a produção jornalística do veículo respondesse, com jornalismo, a pergunta que Moraes faz em suas

pesquisas sobre representação: “até quando vamos manter populações empobrecidas alijadas de seu direito de serem ouvidas como fontes, para além dos registros de suas dores e suas misérias?” (Moraes, 2022, p.243). Embora uma das posições-sujeitos encontradas tenha sido *a criança que está vulnerável*, presente em 8,23% das IDs, é relevante destacar que, nessas falas, são as próprias meninas e meninos que verbalizam as dificuldades que enfrentam, seja no contexto da pandemia e do próprio bairro. Mesmo vulneráveis, nesses contextos, percebo que ainda, assim, há uma agência empregada nas falas, pois as crianças demonstram uma consciência sobre a própria situação, relacionam o acontecimento com a vida de outras pessoas, e demonstram uma capacidade crítica de dizer o que pensam. Ainda assim, essa é uma entre 11 posições que as crianças ocupam – e não está entre as mais presentes –, ou seja, não há uma restrição, as crianças não são representadas *apenas* deste modo – o que mudaria, integralmente, os resultados.

É significativa, portanto, à variedade de posições-sujeito encontradas na análise desta monografia. Como visto nos capítulos teóricos, o estereótipo está ligado à imagens naturalizadas nos imaginários sociais, que operam no maniqueísmo e que reforçam as subalternidades – e não as subjetividades. Sob a ótica de Hall (2016), a prática social da *estereotipagem* é uma forma de enclausurar os sujeitos em um discurso hermético, fechado, sem mobilidade – sem dança, sem jogo. Assim, estereótipos sobre crianças das periferias seriam relacionados à serem sempre as vítimas, àquelas que necessitam de ajudas exteriores, as *coitadas* – como define a publicação editorial da Agência Mural ao clamar para que o jornalismo periférico recuse esses *consensos*, termo de Hall.

Entretanto, é relevante destacar que o número de sete reportagens encontradas pode ser considerado baixo em uma visão quantitativa sobre a produção do veículo. Em futuras pesquisas, seria pertinente investigar as razões para esses números encontrados, e também descobrir em que momento decide-se, na redação da Agência Mural, pela realização de pautas cujas fontes são crianças, tal qual as analisadas na presente pesquisa. Há de se questionar, portanto, o porquê de reportagens centradas em meninas e meninos periféricos não serem produzidas com mais frequência.

Enquanto resultado de pesquisa, entende-se que os sentidos encontrados nas onze posições-sujeito estão vinculados à uma noção de coletividade, senso crítico e empatia expressas com destaque nas falas das crianças. A diversidade de posições-sujeito pode ser um eco do posicionamento editorial do veículo, que se materializa tanto nas pautas escolhidas para escutar às crianças quanto na forma escolhida para incluí-las nas matérias. É neste ponto que desejo que esse trabalho possa vir a contribuir para que pensemos sobre o papel do

jornalismo em construir novas e outras representações. Aqui, tratamos das crianças das periferias e percebemos que há vias para mudar *discursivamente* aquilo que já pode ser considerado uma prática da imprensa, já que, como analisado por Doretto e Furtado (2019; 2020), os manuais de redação dos veículos de grande alcance trazem impeditivos sobre a presença das crianças nas reportagens. Se pensarmos que os manuais influenciam até mesmo os estudantes de jornalismo, podemos imaginar que as visões sobre as infâncias enquanto medo, enquanto falta, enquanto incompletude, também podem estar acomodadas em nós. Perceber e questionar isso – o quanto pensamos nas crianças em nossas próprias pautas – pode ser um começo. Segundo Moraes (2022), a vontade de desnaturalizar uma representação pode ser um ímpeto, inclusive, para a realização de uma reportagem. O desejo para que seja diferente pode nos dar boas ideias. Assim, por mais crescidos que sejamos, desejo que não caia em nosso esquecimento que contar histórias faz parte das infâncias. E essa é também nossa tarefa enquanto jornalistas. Que deixemos, em nossas práticas profissionais, que o trabalho diário seja mais permeado pelas crianças. O jornalismo somos nós. Que possamos infancializá-lo.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O Perigo da única história**. São Paulo, São Paulo. Companhia das Letras, 2020.
- ALBUQUERQUE, GG. In: Ortega, Anna. GG Albuquerque fala sobre a imaginação radical das estéticas periféricas do Brasil. **Nonada Jornalismo**, 2022.
- ALSINA, M. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- AMOSSY, R. & P. **Estereótipos e Clichês**. São Paulo: Contexto, 2022.
- ARAÚJO, M.. **Infância, educação infantil e relações étnico-raciais**. Orientadora: Nilma Lino Gomes. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- ARAÚJO, M.; GOMES, N. **Infância negras: vivências e lutas por uma vida justa** (org). Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2023.
- ARAÚJO, D.C; Dias, L.P.R. Vozes de crianças pretas em pesquisas e na literatura: esperar é o verbo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n.2, e88368, 2019.
- ARIÈS, P.. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BENETTI, M. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- _____. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, v. 15, 2008.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BORGES, R.. Mídia, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo na comunicação. In: CORRÊA, L.G. **Vozes negras em comunicação: mídia, racismos, resistências**. Belo Horizonte, Autêntica, 2019.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL. **Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Diário Oficial da União, Brasília, 21 nov. 1990a.

_____. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990b.

BRESSAN, M. Z. Formação Imaginária. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). **Glossário de Termos do Discurso.** 1. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 125-129.

BRESSAN, V.R. **O ethos da mulher repórter no discurso de Nellie Bly : análise de dez dias num hospício (1887).** Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2024.

BUENO, W. **Imagens de controle:** um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas.** São Paulo: Loyola, 2007.

CAMPOS, L. J; ALQUATTI, R. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro.(Org.). **Glossário de Termos do Discurso.** 1. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2020, v. 1, p.

CAPARELLI, S. A Imprensa Alternativa Revisitada. In: **Revista de Biblioteconomia & Comunicação** – Vol. 3. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

CARVALHO, G. ; BRONOSKY, M. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo,** Ponta Grossa, vol. 4, p.21 -39, 2017.

COLLINS, P. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORSARO, W. A. **The sociology of childhood.** Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos [1981]. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CRUZ, G. S. **“Sou sujeito-homem!” : a representação das masculinidades negras no filme “Cidade de Deus”.** Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2019

D’ANDREA, T. P. **A Formação dos Sujeitos Periféricos:** Cultura e Política na Periferia de São Paulo. 2013 Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2013.

DORETTO, J. **Pequeno leitor de papel:** um estudo sobre jornalismo para crianças. São Paulo: Alameda, 2013

DORNELLES, L. **Infâncias que nos escapam:** da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FARIA, A. L.; SANTIAGO, F. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras,** Dourados, v.5, n.13 p. 72-85, 2015.

FELIX, E. Jornalismo periférico: por uma práxis decolonial e antirracista. **Paulus: Revista de**

Comunicação da Fapcom, São Paulo, vol.7, p.140-149,2023.

FIGARO, R; NONATO, C (org). **Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil** [recurso eletrônico] : organização, sustentação e rotinas produtivas. São Paulo, ECA-USP - Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

_____. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea comunicação e cultura**, v. 15, N. 1 [S.I.]. p. 47-63, 2017

FONTANIVE, S. **A construção discursiva do outro político nos perfis da revista piauí**: os efeitos de desestabilização e estabilização do ethos político coletivo mobilizados pelo jornalismo. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2024, p.68-72.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FURTADO, T. **A infância controlada pelo jornalismo**: a voz da criança como fonte institucionalizada na revista Nova Escola. Anais da Sbpjor, 2022.

_____. **O jornalismo infantil e o desejo de consumo**: o discurso da revista Recreio. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FURTADO, T. ; DORETTO, J. O “menino negro” da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores do El País. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 1, p. 152-179, abr. 2019.

_____. Criança cidadã?: os manuais de redação e as orientações sobre infância e adolescência. **Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 1, p. 32-54, 19 fev. 2020.

FURTADO, T; FONTANIVE, S.; REGINATO, G. **O outro silenciado**: perfis de crianças na revista piauí. In: ANAIS DO 21º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2023, Brasília.

FURTADO, T.; GARCIA, S.; BRESSAN, V. A inclusão e a exclusão da voz das crianças na revista Veja. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, V. 21, N.45, mar, 2022.

GOMES, A. M. R.; SILVA, R. C.; PEREIRA, V. M. **Aprendizagens e vida cotidiana entre meninos e meninas xakriabá**. 2013. Paper presented. XIII Simpósio Interamericano de Etnografia de la Educación, Los Angeles, UCLA, September 18-20, 2013.

GOMES, N. L. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista E-Curriculum**, Portal de Revistas PUC-SP, v. 17, n. 3, pp. 1015-1044, 28 set. 2019.

GONÇALVES, T. A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. **Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura**, 2011, no 5/6, pp. 157, 167.

GOUVEA, M. C. S. A Criança e a Linguagem: entre palavras e coisas. In: PAIVA, Aparecida et al. (Org.). **Literatura**: saberes em movimento. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007. P. 111-136.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

HENRY, P. In PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação o óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

HERÉDIA, L. G. M; GONZAGA, M. Y; ARAÚJO, de F. R. Hoje é dia de festa maior/ êh, viva, êh, viva! In: ARAÚJO, Marlene de.; GOMES, Nilma Lino (org). **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2023.

IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, 31 (78): 235-243, setembro-dezembro 2017.

JESUS, L. R. **Imagens de controle, racismo, sexismo e pobreza: autodefinição, luta e resistência de mulheres negras**. Ceará, 2022.

KANSHINDI, J.B.K. Ubuntu: Filosofia Africana confronta o poder autodestrutivo do pensamento ocidental, avalia filósofo. Entrevista concedida a Ricardo Machado. **Portal Gelédes**, 2015.

KOVACH, B; ROSENSTIEL, T. **The Elements of Journalism: what newspeople should know and the public should expect**. 3. ed. New York: Three Rivers Press, 2014.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: no tempo da imprensa alternativa**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, A; TONIN, J. Infância na pesquisa em comunicação no Brasil: teses e dissertações de 1970 a 2020. **Memorare**, Tubarão, v. 10, n. 1, mai./out. 2023.

MAINGUENEAU, D. A noção de discurso. In: **Discurso e análise do discurso**. Tradução: Sírio Possenti, 1. ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 23-33.

MARCHI, R.C. **Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não criança” no Brasil**. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

MARCHI, R.; SARMENTO, M. J. Infância, Normatividade e Direitos da Criança: Transições Contemporâneas. **Educação & Sociedade**, vol.38, nº 141, 2017.

MARÔPO, L. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão para o jornalismo. **Vozes e diálogo**, v.14. n.2. dezembro 2015.

_____. **A construção da agenda mediática da infância**. Lisboa: Livros Horizontes, 2008.

_____. Jornalistas e fontes de informação: constrangimentos e oportunidades para o agendamento dos direitos das crianças em Portugal e no Brasil. **Estudos em Comunicação**, n. 9, p. 81-102, 2011.

MEDINA, C. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **A arte de tecer o presente – narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MENESES, M.P. Justiça cognitiva. In: CATTANI, A; LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I; HESPANHA, P. (org). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, p. 231-236, 2009.

MILTON, J. D. **A comunicação do sensível na perspectiva das práticas integrativas e complementares em saúde com crianças**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUCRS), Porto Alegre, 2021.

MORAES, F. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015

_____. **A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORETZSOHN, S. D. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NOGUERA, R. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas. In: **Lunetas**, 2020.

NOGUERA, R; BARRETO, M. Infiancialização, ubuntu e teko porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivista. **Childon & Philosophy**, v.14, n.31, p.625-644, 2018.

NONATO, C.; CAMARGO, C. A.; PACCHI FILHO, F. F. Periferia: um lugar para a identidade no discurso de jornalistas. **E-Compós**, v. 23, 2020.

OLIVEIRA, D. **Iniciação aos estudos de jornalismo**. São Paulo: Instituto Abya Yala, 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e Texto: formação e circulação do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PALERMO, L. C. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 212-236, jan-abr. 2018.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles, (org.) **Meios de comunicação de massa**. São Paulo, Cultrix, 1966 p. 168-85.

PATRÍCIO, E.; BATISTA, R. Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. **Revista Extraprensa**, [s.l], v. 13, n. 2, p. 217-231, 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora Unicamp, 1990.

PONCE, B.J; Neri, J.F.O. O Currículo escolar em busca de justiça social: a violência doméstica contra a criança e o adolescente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.13, n.2, p.331-349, 2015.

REDE ANDI BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: um guia para jornalistas. 2. ed. Brasília: Rede Andi Brasil, 2011.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

REIS, M. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun. 2017.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

ROVIDA, M. As periferias pelos periféricos: um fenômeno jornalístico contemporâneo. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 50 – 65, 2018.

ROVIDA, M. **Jornalismo das periferias**: o diálogo social solidário nas bordas urbanas. Curitiba: CRV, 2020.

RUFINO, L. **Ponta-Cabeça**: educação, jogo de corpo e outras mandingas. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

SANTANA, P. **Modos de Ser Criança no Quilombo Mato do Tição, Jaboticatubas-MG**. Tese (doutorado) em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa da Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte, 2015.

_____. O bem-viver e o ubuntu das crianças quilombolas. In: ARAÚJO, Marlene de; GOMES, Nilma Lino (org). **Infâncias negras**: vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2023.

SANTOS, E. P. **A imagem de si do jornalismo das quebradas** : um estudo sobre o ethos dos veículos periféricos brasileiros. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2022

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

_____. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, 2002.

SIROTA, R. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.112, p.7-31, mar. 2001.

SODRÉ, M. **Claros e escuros**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

TOMAZ, R. Olha quem está falando! Tensões entre visibilidade e audibilidade no protagonismo infantil digital. **Revista FAMECOS**, 30(1), e43240, 2023.

TONIN, J. Parole d'enfant: notas sobre a voz das crianças no campo das escolhas dos adultos. In: TONIN, Juliana (org). **Comunicação Infância e Imaginário**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2022.

TONIN, J. ; MACHADO, Anderson Dos Santos. **Infância na pesquisa em comunicação no Brasil**: teses e dissertações de 1970 a 2020. Memore, 2023.

TURMEL, A. **Une sociologie historique de l'enfance**: pensée du développement, catégorisation et visualisation graphique. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2013.

VYGOSTKY, L.S. **Imaginação e criação na infância**: 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Apêndice A - Tabela de seqüências discursivas

Texto	Nº Sequência	SD
T1	SD1	“Quando estou na natureza me sinto alegre, presto atenção e fico olhando as coisas. Eu corro, mas também paro um pouquinho para deitar e olhar para o cosmo. Fico calma”
T1	SD2	“Eu queria ter mais espaço para brincar, um pouco maior, que caiba bastante gente”, sonha Manu enquanto aproveita um espaço de lazer, todo de concreto, na favela de Paraisópolis”
T1	SD3	“[No parque] tem escorregador e mais espaço para a aventura de brincar. Eu sou a pirata e o Davi é o capitão do navio”
T1	SD4	“Eu subo bem alto nas árvores e falo com os passarinhos”
T2	SD5	“Se eu pudesse, diria para outras crianças que elas [entidades] nunca fazem e nunca vão fazer mal a ninguém”, diz Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema, na Grande São Paulo. As entidades a que ela se refere são os exus e orixás, cultuados na umbanda e que são citados em cantos dessa religião.”
T2	SD6	“Ela dá como exemplo o entendimento errado sobre o termo macumba, comumente usado de forma ofensiva e não com a real finalidade. “É um pedido feito para os guias com o intuito de fazer o bem”
T2	SD7	“Contudo, a participação da criança desde cedo é importante para o desenvolvimento mediúnico”, aponta. “Com o tempo que você vai girando, girando, vai desenvolvendo mais energia”
T2	SD8	“Já nos dias da gira de esquerda, as pessoas vão com roupas escuras, as giras e a energia é mais forte, porque incorporam os Exus. As luzes ficam apagadas, pois essas entidades vivem no inferno. “É pra fazer o bem sem ver a quem”, justifica para dizer que, embora seja seu lugar de morada, esses guias não fazem mal e aconselham sempre para que o incorporado faça o bem.”
T2	SD9	“Janaina explica que as giras ocorrem com os olhos fechados, e a desincorporação acontece na frente da Tronqueira, espécie de altar ou casinha, que seria o portal para seu retorno ao outro plano. “Quando eles vão embora, a pessoa pula para trás, e na gira de esquerda, que é mais forte, uma pessoa fica atrás para evitar que a pessoa caia”, acrescenta”
T2	SD10	“Embora ainda não incorpore, a menina já tem seus guias preferidos. Entre eles, Maria Padilha, Maria Navalha e Exu Mirim, de esquerda, Ogum, Iansã e Preta Velha, de direita. “Gosto muito deles, dá um aperto no coração quando eles me cumprimentam”
T2	SD11	SD11: Quando crescer, pretende ser uma mãe de santo para abençoar a todos. “Se um filho da casa estiver precisando, a mãe ajuda e sabe o que

		tem que fazer.” (T2, Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema)
T2	SD12	SD12: O que mais gosto lá é ouvir a palavra de Deus e falar as coisas do coração para ele”, descreve Alice Borges, 9, sobre a reunião das crianças na Primeira Igreja Batista Bíblica em Jardim Miriam. A menina frequenta o espaço, próximo da casa dela no Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo. (T2, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)
T2	SD13	SD13: A criança tem interesse pela música e quando crescer pretende cantar no culto. Para ela, música também é uma oração que Deus escuta e por isso faz raps para Jesus, a figura que mais gosta da Bíblia. “Ele dá exemplo de você falar bem dos outros, de comer bem, exemplo de tudo.” (T2, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)
T2	SD14	SD14: “Vi meu avô orando. Aí fiquei pensando como será que é falar com Deus?”
T2	SD15	SD15: Ao falar com a Agência Mural, Alice improvisou o seguinte trecho da música que criou e que chamou de “Rap para Minha Família”: “Minha vida, minha mãe, meu pai, minha família/ Eu gosto de rimar, Jesus tá aqui pra me ajudar/ Eu gosto de fazer, minha família é um prazer” (T2, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)
T2	SD16	SD16: Ela afirma que tem fé e acredita na força da própria oração, que ajudou na cura do pai, internado em estado grave por Covid-19, em 2021. “Falei ‘Jesus, ajuda meu pai, por favor’. Ai Jesus curou meu pai [...] isso daí é um milagre, aconteceu mesmo, de verdade.” (T2, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)
T2	SD17	SD17: “Quando estou muito tempo sem ver a minha avó e vou na casa dela me dá uma sensação muito boa. Quando rezo também, me dá uma sensação de tranquilidade e calma. Sinto a minha energia feliz” (T2, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)
T2	SD18	SD18: Com esse período na doutrina, ela é considerada uma Yalásé, título importante que permite que ela ajude nas “obrigações”, tarefas relacionadas ao calendário festivo do candomblé. “Já enfeitei doces e flores”, exemplifica. (T2, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)
T2	SD19	SD19: Além da dança, ela aprecia as músicas e as comidas. Cada santo tem uma comida preferida. “Arroz, farofa, frango e refri. Eu gosto do Amalá (quiabo, camarão, dendê), que é a comida do meu segundo santo, Xangô”, completa. (T2, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)
T2	SD20	SD20: A menina diz acreditar na importância dos orixás, considerados deuses ligados aos fenômenos da natureza e ao cotidiano. “Eles cuidam da gente”, diz, antes de citar cada um deles. (T2, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo) (T2, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)
T2	SD21	SD21: “Tem o Oxumaré, que representa o arco-íris, Oyá com o raio, Oxum com a cachoeira, Iemanjá com o mar, Nanã com a lama, e Ogum, que é o caminho.” (T2, Ana Paula do Carmo, 8, Jardim Silvina, periferia de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo)

T2	SD22	SD22: Milena conta que, antes da aula, as crianças cantam músicas religiosas infantis e rezam a oração do pai-nosso. Em seguida, em uma sala separada, recebem um passe magnético, descrito pela mãe, Raquel Bonsangue, 45, como um tratamento de energização feito pela imposição das mãos. “Sento em um banquinho, fecho os olhos e ficam rezando pra mim. Fico feliz”, acrescenta a criança. (T2, Milena Bonsangue, 9, Vila Marari, Zona sul de São Paulo)
T2	SD23	<p>SD23: “Sempre começo pedindo para cuidar da minha família e ajudar os que não têm dinheiro. Depois têm as vibrações, eu faço o pai-nosso e a gente bebe a aguinha ‘fluidificada’”, detalha. A mãe explica que trata-se da água comum que, após a oração, acredita-se ser acrescida de fluidos energéticos que melhoram a saúde das pessoas que a consomem. (T2, Milena Bonsangue, 9, Vila Marari, Zona sul de São Paulo)</p> <p>SD24: “Antes de dormir também faz uma oração para evitar pesadelos e espantar tristeza: “Eu falo para [Deus] cuidar bem da minha família, dos meus animais, dos meus tios, meus primos e do meu avô.” (T2, Milena Bonsangue, 9, Vila Marari, Zona sul de São Paulo)</p> <p>SD25: “No mesmo lugar, ele faz aulas de árabe há cerca de um ano. “Querira ir mais a fundo na minha religião. Minha família encontrou esse [curso] de árabe e foi uma coisa bem legal pra mim, fiz novos amigos e estou aprendendo muito”, explica.” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)</p> <p>SD26: “Quando faço oração, imagino que é tipo um baú. Tento pedir tudo que quero e penso nas pessoas que eu quero proteger. Ai se Deus gostar da minha oração, tudo que estou pedindo vai se tornar realidade. Geralmente se torna” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)</p> <p>SD27: Charlene explica que o Ramadan é a celebração do Alcorão marcada pelo jejum de 30 dias do amanhecer ao pôr-do-sol no mês de abril e que acaba em uma grande festa, Eid Al-Fitr. Segundo ela, a abstenção do alimento só é obrigatória a partir da adolescência. Ainda assim, desde 2019, o filho pratica voluntariamente o jejum diurno. “É mais difícil na escola, porque às vezes os amiguinhos me oferecem umas coisas muito gostosas pra comer. Mas eu digo não quando estou de jejum” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)</p> <p>SD28: Na aula de educação física, por exemplo, ele conta ser difícil por causa da sede que sente depois de praticar futebol. “Mas como faço jejum desde 2019, eu já consigo me segurar.” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)</p> <p>SD29: O aluno também explica o significado de passar pelo processo. “Quando você completa todo o jejum, Deus, como eu posso dizer, ele apaga todas as coisas ruins que você fez no passado. Por isso eu gosto do jejum, que é uma forma de limpar”, diz, mas faz questão de ressaltar: “Não que eu faço coisas erradas, tá gente?”, completa. (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)</p> <p>SD30: “O mantra ajuda a minha família. Costumo pedir para que a gente fique melhor e também já pedi uma boneca pra mim. Quando eu oro eu sinto que a tristeza vai embora”, descreve. (T2, Luiza de Souza Parra, 8, no bairro da Vila Clara, zona sul de São Paulo)</p> <p>SD31: “Eu rezo por eles [colegas], mas eles não precisam saber que sou budista ”, acrescenta Luiza. (T2, Luiza de Souza Parra, 8, no bairro da Vila Clara, zona sul de São Paulo)</p>

T2	SD24	SD24: “Antes de dormir também faz uma oração para evitar pesadelos e espantar tristeza: “Eu falo para [Deus] cuidar bem da minha família, dos meus animais, dos meus tios, meus primos e do meu avô.” (T2, Milena Bonsangue, 9, Vila Marari, Zona sul de São Paulo)
T2	SD25	SD25: “No mesmo lugar, ele faz aulas de árabe há cerca de um ano. “Queria ir mais a fundo na minha religião. Minha família encontrou esse [curso] de árabe e foi uma coisa bem legal pra mim, fiz novos amigos e estou aprendendo muito”, explica.” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)
T2	SD26	SD26: “Quando faço oração, imagino que é tipo um baú. Tento pedir tudo que quero e penso nas pessoas que eu quero proteger. Aí se Deus gostar da minha oração, tudo que estou pedindo vai se tornar realidade. Geralmente se torna” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)
T2	SD27	SD27: Charlene explica que o Ramadan é a celebração do Alcorão marcada pelo jejum de 30 dias do amanhecer ao pôr-do-sol no mês de abril e que acaba em uma grande festa, Eid Al-Fitr. Segundo ela, a abstenção do alimento só é obrigatória a partir da adolescência. Ainda assim, desde 2019, o filho pratica voluntariamente o jejum diurno. “É mais difícil na escola, porque às vezes os amiguinhos me oferecem umas coisas muito gostosas pra comer. Mas eu digo não quando estou de jejum” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)
T2	SD28	SD28: Na aula de educação física, por exemplo, ele conta ser difícil por causa da sede que sente depois de praticar futebol. “Mas como faço jejum desde 2019, eu já consigo me segurar.” (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)
T2	SD29	SD29: O aluno também explica o significado de passar pelo processo. “Quando você completa todo o jejum, Deus, como eu posso dizer, ele apaga todas as coisas ruins que você fez no passado. Por isso eu gosto do jejum, que é uma forma de limpar”, diz, mas faz questão de ressaltar: “Não que eu faço coisas erradas, tá gente?”, completa. (T2, Moshood Silva Balogun, 11, vive em Diadema, na Grande São Paulo)
T2	SD30	SD30: “O mantra ajuda a minha família. Costumo pedir para que a gente fique melhor e também já pedi uma boneca pra mim. Quando eu oro eu sinto que a tristeza vai embora”, descreve. (T2, Luiza de Souza Parra, 8, no bairro da Vila Clara, zona sul de São Paulo)
T2	SD31	SD31: “Eu rezo por eles [colegas], mas eles não precisam saber que sou budista”, acrescenta Luiza. (T2, Luiza de Souza Parra, 8, no bairro da Vila Clara, zona sul de São Paulo)
T2	SD32	SD32: “Bato o sino, tem vezes que ajudo no ofertório”, descreve Isabelly Cesário Figueiredo, 9, citando a parte da missa em que o pão e o vinho se destacam como representação do corpo e sangue de Cristo e os fiéis doam o que puderem. Estas são algumas atribuições dela como coroinha, uma espécie de auxiliar do padre durante a celebração da igreja católica, função que exerce desde os 4 anos de idade. (T2, Isabelly Cesário Figueiredo, 9, Santa Suzana, em Suzano, na Grande São Paulo)
T2	SD33	SD33: “Isabelly frequenta a catequese semanalmente, encontros de educação cristã do catolicismo. “Aprendemos as histórias da Bíblia, os ensinamentos e como usar os mandamentos na nossa vida”, pontua” (T2, Isabelly Cesário Figueiredo, 9, Santa Suzana, em Suzano, na Grande São Paulo)

T3	SD34	<p>SD34: “Um candidato precisa fazer coisas legais, igual a minha professora faz”, explica Alicia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo, e deseja que nas eleições de 2022 os próximos governantes tragam melhorias para o bairro, como uma praça com mais brinquedos e menos lixo nas ruas. (T3, Alicia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo)</p> <p>SD35: Alicia Miranda acha que, para combater essa situação, os políticos eleitos devem fornecer marmitas e cestas básicas. E para pessoas em situação de rua, além da alimentação, também é necessário distribuir cobertores e colchões. “Eles ficam comendo um monte de coisas do lixo”, acrescenta. (T3, Alicia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo)</p> <p>SD36: “Coisa legal” para Samuel dos Santos Sanches, 9, seria a construção de mais hospitais e unidades de saúde. “No Rio de Janeiro tinham 200 pacientes e só cinco médicos para ajudar as pessoas”, descreve o morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo, sobre uma reportagem que viu na televisão. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)</p> <p>SD37: Além disso, o garoto sugere a construção de mais estradas. “Tem muito trânsito e isso atrapalha as pessoas que querem viajar. Quando eu vou no dentista ou no médico, pego muito trânsito”, relata o estudante. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)</p> <p>SD38: “Às vezes quando volto do futebol, quase 9 horas da noite, as luzes do bairro inteiro estão apagadas. Fica uma escuridão e eu tenho medo de ser assaltado”, diz o menino. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)</p> <p>SD39: “Acho interessante a criança saber sobre as eleições, porque a gente também tem o direito de votar em quem a gente quer que governe o nosso país” (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)</p> <p>SD40: “A pandemia [de Covid-19] prejudicou bastante o estudo das crianças” (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)</p> <p>SD41: “Arroz, carne, tomate, muita coisa que a gente precisa para o dia a dia está cara. Me preocupo com as pessoas que têm um, dois, três filhos e não têm tanto dinheiro” (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)</p> <p>SD42: “Em vários lugares do Brasil está tendo muita casa sendo destruída. Gastaria [o dinheiro] para ajudar o máximo de pessoas que perderam 100% da casa e mandaria fazer abrigos para os sem teto”. (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)</p> <p>SD44: “A gente só tem 5% da água potável para beber, então quanto mais poluírem, mais a gente fica sem água”, justifica. (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)</p>
T3	SD35	SD35: Alicia Miranda acha que, para combater essa situação, os políticos eleitos devem fornecer marmitas e cestas básicas. E para pessoas em

		situação de rua, além da alimentação, também é necessário distribuir cobertores e colchões. “Eles ficam comendo um monte de coisas do lixo”, acrescenta. (T3, Alicia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo)
T3	SD36	SD36: “Coisa legal” para Samuel dos Santos Sanches, 9, seria a construção de mais hospitais e unidades de saúde. “No Rio de Janeiro tinham 200 pacientes e só cinco médicos para ajudar as pessoas”, descreve o morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo, sobre uma reportagem que viu na televisão. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)
T3	SD37	SD37: Além disso, o garoto sugere a construção de mais estradas. “Tem muito trânsito e isso atrapalha as pessoas que querem viajar. Quando eu vou no dentista ou no médico, pego muito trânsito”, relata o estudante. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)
T3	SD38	SD38: “Às vezes quando volto do futebol, quase 9 horas da noite, as luzes do bairro inteiro estão apagadas. Fica uma escuridão e eu tenho medo de ser assaltado”, diz o menino. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)
T3	SD39	SD39: “Acho interessante a criança saber sobre as eleições, porque a gente também tem o direito de votar em quem a gente quer que governe o nosso país” (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, morador do Parque São Lucas, bairro da zona leste de São Paulo)
T3	SD40	SD40: “A pandemia [de Covid-19] prejudicou bastante o estudo das crianças” (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)
T3	SD41	SD41: “Arroz, carne, tomate, muita coisa que a gente precisa para o dia a dia está cara. Me preocupo com as pessoas que têm um, dois, três filhos e não têm tanto dinheiro” (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)
T3	SD42	SD42: “Em vários lugares do Brasil está tendo muita casa sendo destruída. Gastaria [o dinheiro] para ajudar o máximo de pessoas que perderam 100% da casa e mandaria fazer abrigos para os sem teto”. (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)
T3	SD43	Ainda em relação à infraestrutura, Clara diz que não quer ficar mais no escuro com as frequentes quedas de energia no bairro. Caso fosse presidente do Brasil, ela resolveria esse problema usando o orçamento anual.
T3	SD44	SD44: “A gente só tem 5% da água potável para beber, então quanto mais poluírem, mais a gente fica sem água”, justifica. (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, residente no bairro Veloso, em Osasco, na região metropolitana de São Paulo)
T4	SD45	SD45: “Ter aula online em casa não é fácil porque você não entende o que os professores falam, já no presencial é mais fácil de entender.” (T4, Arthur Fernandes, 11, Campo Limpo, na zona sul de São Paulo)
T4	SD46	SD46: “No presencial é melhor porque você consegue tirar as dúvidas com a professora, falar com ela”, complementa Arthur. “No online é

		mais difícil porque o Wi-Fi trava, acontecem imprevistos, entendeu?”, afirma. (T4, Arthur Fernandes, 11, Campo Limpo, na zona sul de São Paulo)
T4	SD47	SD47: Além disso, ele conta que, no ensino remoto, tinha cerca de uma hora por dia de aula, diferente da fase presencial, onde está boa parte do dia na escola. “No presencial eu vi meus amigos, fazia muito tempo que eu não via eles.” (T4, Arthur Fernandes, 11, Campo Limpo, na zona sul de São Paulo)
T4	SD48	SD48: “Tô gostando mais do presencial, porque online não dá pra ver as minhas amigas, meus amigos”, afirma. “Ir no parquinho, também aula de música, educação física e história”. (T4, Isadora Teixeira, 6, bairro não especificado)
T4	SD49	SD49: “Eu estava com saudade da escola. Não gostei das aulas no remoto, mas gostei das aulas nas escolas”, diz Clara. (T4, Clara Teixeira, 6, bairro não especificado)
T4	SD50	SD50: Mas a segurança das unidades escolares nesse momento ainda causa receios. “Tô com medo de pegar corona”, diz Helena da Silva, 5, moradora de Cotia, na Grande São Paulo. (T4, Helena da Silva, 5, Cotia, na Grande São Paulo)
T4	SD51	SD51: “Foi muito chato, ficar só em casa, não poder ir no mercado, não poder sair com a minha avó”, relata a menina que sentiu falta dos amigos e da professora da escola. (T4, Helena da Silva, 5, Cotia, na Grande São Paulo)
T5	SD52	SD52: Em uma casa de dois cômodos vive a migrante nigeriana Amaka Anele, 6, com dois irmãos e os pais. Longe da escola há seis meses, ela diz que não gostou da nova rotina. “É ruim ficar só aqui”, resume. (T5, Amaka Anele, 6, Guaianases, na zona leste de São Paulo)
T5	SD53	SD53: Amaka passa os dias em brincadeiras com os irmãos e sem nenhum contato com a escola em que estuda no bairro, pois não há celulares disponíveis para as atividades escolares. A mudança na rotina não quer dizer que ela não sinta falta da sala de aula. “Lá eu tenho meus colegas. Cadê eles?”, questiona. (T5, Amaka Anele, 6, Guaianases, na zona leste de São Paulo)
T5	SD54	SD54: Zuri Bintu, 7, mora com os pais em Guaianases. Aluna do segundo ano do ensino fundamental na rede municipal, a menina ficou sem aulas e sem acesso ao ensino que teria na escola. Na casa dela não há computadores e os dois celulares ficam com os pais. “Não tem a professora e nem lição com os meus amigos”, diz. (T5, Zuri Bintu, 7, Guaianases, na zona leste de São Paulo)
T6	SD55	SD55: “Gosto de brincar na rua com os meus amigos que moram aqui perto, andar de bicicleta e jogar futebol” (T6, Maura Fernandes Abdalla Bechara, 10, que mora em Mogi Moderno, bairro de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo)
T6	SD56	SD56: A rua também é o lugar preferido de Enzo Bontempo de Freitas, 8, “porque lá eu jogo futebol com meu pai quando ele não está trabalhando” (T6, Maura Fernandes Abdalla Bechara, 10, que mora em Mogi Moderno, bairro de Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo)
T6	SD57	SD57: “O que eu mais gosto mesmo são os colegas que eu tenho aqui. Gosto muito de brincar com eles, porque eles são legais. Quando eu me mudei foram eles, mais ou menos, que ajudaram a me adaptar aqui” (T6, Isabela Raíssa Mello, 10, Cecap, em Guarulhos)

T6	SD58	SD58: Ele está no segundo ano do ensino fundamental I e se aventura a dizer até a matéria que mais gosta: “Ciências, porque a gente pode aprender sobre o que a gente não conhece, como os animais e a natureza”. (T6, Davi Nunes Ferreira, 7, do Jardim Marília, distrito de Cidade Líder, zona leste)
T6	SD59	SD59: Otávio Raider Gonçalves, 8, sonha ser jogador de futebol. Ele se diverte com o pai no Parque da Cidade, em Mogi das Cruzes. “Lá tem bastante espaço pra poder brincar e jogar bola”, mas diz que também gosta de jogar jogo da velha com a mãe. (T6, Otávio Raider Gonçalves, 8, Mogi das Cruzes)
T6	SD60	SD60: Além das brincadeiras, filmes e esportes, as crianças também adoram comer. Não à toa que o lugar preferido de Lorenzo Alves Bertolaccini, 8, é a loja de doces que fica na Vila Medeiros. “Lá tem todos os meus doces preferidos: bala de chocolate, caixa de bombons, pirulito, tem salgadinho também e refrigerante”, finaliza o garoto que lambe os beiços só de lembrar de tanta gostosura que o bairro também tem para oferecer. (T6, Lorenzo Alves Bertolaccini, 8, Vila Medeiros.)
T7	SD61	SD61: “É futebol, fantasia, festa do pijama, a gente vai comer cachorro-quente, pipoca, salgadinho, tomar refrigerante e se divertir” (T7, Lorena Tibre Souza, 6, do distrito de Sapopemba, na zona leste de São Paulo.)
T7	SD62	SD62: “As crianças que não têm como ganhar um presente, eu queria que elas ganhassem tipo, uma casa com comida e várias coisas, porque não dá para viver sem casa, né?”, completa Laura. (T7, Laura Tibre Souza,)
T7	SD63	SD63: Kevin Augusto Zancle Pereira, 10, morador do Itaim Paulista, vai além. “Acho que houve algo com crianças nesse dia”, comenta. A Agência Mural entrevistou uma garotada das periferias da Grande São Paulo e do centro da capital a fim de saber o que elas pensam sobre a data, comemorada nesta sexta-feira (12). Os meninos e meninas também desenharam como seria a melhor comemoração. (T7, Kevin Augusto Zancle Pereira, 10, morador do Itaim Paulista)
T7	SD64	SD64: ““É um dia onde as crianças ganham mais atenção e de vez em quando presentes também. E mandam nos pais, hein” (T7, Pérola Soares, 8, moradora do distrito de Pirituba, na zona noroeste, foi enfática)
T7	SD65	SD65: No dia, todo mundo pode brincar, mas não os adultos”, (T7, João Victor, 7, morador de Carapicuíba, na Grande São Paulo.)
T7	SD66	SD66: “Querida que as crianças ganhassem um caminhão, ganhassem carrinhos, ganhassem um brinquedo, um carro da polícia, ganhassem tudo o que quisessem” (T7, João Victor, 7, morador de Carapicuíba, na Grande São Paulo.)
T7	SD67	SD67: Já a pequena Giulia Beatriz Alvez Martins, 5, moradora do bairro da Liberdade, região central, diz acreditar que é um dia “para as crianças ganharem brinquedos” (T7, Giulia Beatriz Alvez Martins, 5, moradora do bairro da Liberdade)
T7	SD68	SD68: Giulia também deseja que “ganhem bastante coisa, tipo um balão com My Little Pony, gatinhos e o que mais elas quisessem”. (T7, Giulia Beatriz Alvez Martins, 5, moradora do bairro da Liberdade)

T7	SD69	SD69: “Gostaria que todas as crianças estivessem com os seus pais, brincando e felizes”, afirma” (T7, Larissa Marques Reginaldo, 9, do Parque do Tietê, na zona norte)
T7	SD70	SD70: “Quero viajar para a praia, quero dormir lá uns cinco dias” (T7, Lara Tibre Souza, 7, Sapopemba, na zona leste)
T7	SD71	SD71: A praia também seria o lugar ideal para se passar esse dia especial, de acordo com Luiz Henrique Barros Correa, 11, morador do Jardim Marília, do distrito Cidade Líder, na zona leste. Além de ter ao lado “a minha mãe, minha irmã, meu cunhado. Ah, a minha família inteira”. (T7, Luiz Henrique Barros Correa, 11, morador do Jardim Marília, do distrito Cidade Líder, na zona leste)
T7	SD72	SD72: Em Embu-Guaçu, na Grande São Paulo, Murilo Santos Schunck Luta, 10, morador do distrito Cipó-Guaçu, pensa em passar o dia “passeando com meu pai e minha mãe”. (T7, Murilo Santos Schunck Luta, 10, Embu-Guaçu, na Grande São Paulo)
T7	SD73	SD73: O Dia das Crianças geralmente tem “festa na escola e depois minha mãe me dá um presente e às vezes a gente sai para jantar num lugar chique. Da última vez fomos no shopping.” (T7, Caio Opazo Trindade, 8, que mora com a mãe e o pai em Cidade Tiradentes, na zona leste)